



CGJ-AM

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
AMAZONAS

RELATÓRIO DE GESTÃO

2023-2024



Semana de Regularização Fundiária

SOLO SEGURO



**Abertura da Semana Nacional de
Regularização Fundiária Solo Seguro,
em Agosto de 2023**

Corregedor-Geral de Justiça do Amazonas

Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes

Corregedor-Geral de Justiça do Amazonas Substituto

Desembargador Airtton Luís Corrêa Gentil

Juizes Auxiliares

Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues

Nathalia de Castro Sampaio Bessa
Assessor Jurídico de Juiz de Direito Auxiliar

Dr. Julião Lemos Sobral Júnior

Philip Cavalcante do Carmo
Assessor Jurídico de Juiz de Direito Auxiliar

Dr. Rafael Almeida Cró Brito

Thiago da Penha Lima
Assessor Jurídico de Juiz de Direito Auxiliar

Corpo Técnico

Sérgio Lins Amorim

Chefe de Gabinete

Marília Oliveira Cabral

Secretária Judiciária

Raphael de Carlos Paz de Almeida

Assessor de Gabinete

Alessandra Maddy Figliuolo

Secretária da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional e do Núcleo de Atendimento Pré-Processual

Aldemir da Silva Menezes Medeiros

Diretor da Divisão de Controle e Fiscalização dos Serviços Extrajudiciais

Monique Lobo Ramos

Diretora da Divisão de Expediente

Luciana Lima Augusto Nasser

Diretora da Divisão de Correição

Naiara Benchaya Marinho

Secretária do Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade

Daniele Costa Navegante

Assessora Técnica

Carlos Renato Santos de Oliveira

Coordenador de Estatística e Acompanhamento de Metas

Adalberto Caminha

Coordenador de Distribuição de 1º Grau

Ana Clara da Silva Souza

Chefe do Setor do Provimento e Controle dos Serviços Notariais e Registrais da Capital

Erick Pereira de Souza

Chefe do Setor de Provimento e Controle dos Serviços Notariais e Registrais do Interior

Daniel José Barroncas da Silva

Chefe do Setor de Controle e Arrecadação

Maria Beatriz Guedes de Freitas Rodrigues

Chefe do Setor de Expediente

Andreza da Silva Salgado

Chefe do Setor de Distribuição de 1º Grau

Carlos Frederico Macedo Marques

Chefe do Setor de Acompanhamento Estatístico

Larissa de Freitas Couto Barreiros

Chefe do Setor de Acompanhamento Processual do Conselho Nacional de Justiça

Acyane do Valle

Chefe do Setor de Comunicação Social

Mariah Luiza de Andrade Serra Azul Rios Santos

Chefe do Setor de Correição

Taís Viga de Albuquerque Olivia Souza

Chefe do Setor de Protocolo de Autuação Virtual

Márcia de Oliveira Fróes

Chefe do Setor de Certidões do Foro Extrajudicial

Editora Responsável

Acyane do Valle - Jornalista (ANJ - AM00267.JP)

Compilação de Conteúdo

Jéssica Rebello

Dora Paula

Raphael Almeida

Revisão

Acyane do Valle

Jéssica Rebello

Dora Paula

Laio Fonseca Castanhola

Fotografia

Chico Batata

Raphael Alves

Marcus Philip

Projeto Gráfico e Diagramação

Laio Fonseca Castanhola

Desembargador Jomar Fernandes - Perfil



Com a experiência de 38 anos na magistratura amazonense, o desembargador Jomar Fernandes **assumiu a Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas (CGJ-AM)** em janeiro de 2023. Em março do mesmo ano foi eleito **conselheiro do Fórum Nacional Fundiário das Corregedorias-Gerais dos Tribunais de Justiça**. À frente do Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade da CGJ-AM, abriu diálogos e promoveu ações importantes para a efetivação de políticas públicas de regularização de terra no estado, com destaque nacional para as **Semanas "Solo Seguro" e "Solo Seguro Favela"**, com incentivo à regularização de títulos de terras no interior e de imóveis urbanos.

Nos quase dois anos de gestão na Corregedoria, presidiu os trabalhos relacionados à **Semana Nacional de Registro Civil - "Registre-se!"** em Manaus e em municípios do interior do estado (Barcelos, Tabatinga, Benjamin Constant e Rio Preto da Eva) e coordenou a **Semana Nacional de Conciliação no Amazonas**, eventos que alcançaram resultados expressivos, contribuindo para a conquista da cidadania e da pacificação social no estado, mesmo diante de inúmeras dificuldades impostas pela estiagem extrema no estado.

Determinou a inédita transferência da sede da Corregedoria para Tabatinga, no Alto Solimões, durante a estiagem histórica de 2023. A medida teve o objetivo de fortalecer as ações do Judiciário naquela região, especialmente em áreas mais isoladas, como Belém do Solimões, considerada a maior comunidade indígena do País. A ação garantiu a emissão de certidões de nascimento e outros documentos essenciais para os indígenas da localidade.

Assumindo o compromisso de promover o respeito e a equidade de direitos, foi sob sua gestão a **realização de casamento coletivo** gratuito para grupos vulneráveis (indígenas de São Gabriel da Cachoeira e casais LGBTQIA+, PCDs, idosos, indígenas e de outros grupos socialmente vulneráveis na capital), além da instituição do **Núcleo de Inclusão Social do judiciário do Amazonas**, por entender que a Corregedoria desempenha um forte papel social.

Em dezembro, ainda em seu primeiro ano de gestão à frente da Corregedoria, o órgão correccional foi agraciado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o **'Prêmio Corregedoria Ética, categoria Desempenho – Justiça Estadual'**.

No dia 8 de janeiro de 2023 foi aclamado **presidente do Colégio Permanente de Corregedoras e Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE)** para o exercício 2024, se tornando o primeiro amazonense a assumir a Presidência do colegiado.



Abertura da Semana Nacional de Regularização Fundiária - Solo Seguro, em agosto de 2023, com a presença do ministro Luis Felipe Salomão, à época Corregedor Nacional de Justiça, e Magistrados da Corregedoria Nacional, com a entrega simbólica de títulos de imóveis.



Mensagem do Corregedor

Ao longo desses dois anos de trabalho na Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas, vivemos uma intensa jornada de aprendizado e dedicação.

Conseguimos bater todas as metas do Poder Judiciário, com mais de 4 mil processos baixados, um número extremamente positivo – cumprindo integralmente das Metas 1, 2 e 3 determinadas para as Corregedorias de Justiça brasileiras.

Percorremos todas as comarcas do interior do Amazonas, testemunhando de perto os desafios enfrentados diariamente pelo nosso Judiciário e pela população da nossa vasta região. Nós conseguimos realizar correições nas unidades judiciais e nos cartórios extrajudiciais de todas as comarcas do interior do estado, seja por meio presencial ou virtual.

Também desenvolvemos projetos inovadores, como a transferência da sede da Corregedoria para o Alto Solimões, na seca de 2023, para fortalecer a presença e o sentimento de Justiça entre os caboclos daquela região, num dos momentos mais críticos de nossa história. Visitamos sete municípios dessa região usando avião, carros, barcos e até com hidroavião para chegar até as localidades mais distantes.

Um olhar mais atento também levou o resultado do trabalho da corregedoria amazonense mais longe, com temas extremamente relevantes para o Estado e para o Judiciário da Amazônia.

Esse mesmo olhar foi direcionado para as populações mais vulneráveis. As duas edições da Semana Nacional do Registro Civil- Registre-se!, com foco no combate ao sub-registro civil, resultaram mais de 40 mil atendimentos no Amazonas, incluindo ainda as ações de Registro Civil em Rio Preto da Eva e Novo Airão. Foram dois anos em que tivemos a oportunidade de prestar nossa contribuição para resgatar a cidadania de milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade social, ações estas que surpreenderam pela quantidade de indivíduos que estavam “invisíveis” na sociedade por não possuírem uma certidão de nascimento.

Além dessas que ganharam seus documentos, a Corregedoria ajudou outras a ganharem uma família. Na adoção internacional, atuamos em duas adoções envolvendo crianças amazonenses com casais da Itália e dos Estados Unidos. E já há um terceiro caso de adoção internacional em andamento no estado.

Os dois últimos anos, também incentivamos a regularização fundiária, dialogando com os principais atores envolvidos nessa temática, alcançando resultados importantes: foram quase 5,5 mil títulos registrados entregues no Amazonas, com a realização da Semana Nacional de Regularização Fundiária – Solo Seguro Amazônia. E, este ano, na primeira edição do Solo Seguro Favela, foram entregues 6.198 títulos registrados, proporcionando a segurança jurídica da propriedade a centenas de famílias.

Permanecemos juntos, unidos também em prol da conciliação, ultrapassando todas as metas, mesmo diante das duas piores secas de nossa história, que exigiram muito mais esforço e dedicação dos nossos servidores e magistrados. Tudo isso porque acreditamos que o diálogo ainda é sempre o melhor caminho para resolver os conflitos. Foram mais de 20 mil audiências de conciliação realizadas; mais de 110 milhões de reais em acordos homologados; quase 43 mil pessoas atendidas somente no período da campanha.

Mensagem do Corregedor

Trabalhamos com a Linguagem Simples, com a sua aplicação em determinadas comunicações da Corregedoria, tornando a Justiça mais acessível a todos. E promovemos os casamentos coletivos de grupos populacionais vulneráveis, além de provimentos voltados especialmente aos grupos indígenas e LGBTQIA+.

E por fim, recebemos magistrados e servidores de todo o país, em Manaus, no 94.º Encontro Nacional de Corregedores dos Tribunais de Justiça e 6.º Fórum Fundiário Nacional, com quase 300 profissionais das corregedorias de todo o Brasil, para discutir a melhoria, a eficácia, transparência do trabalho das corregedorias e do poder judiciário como um todo, aperfeiçoando, melhorando e fazendo com que o cidadão possa receber a justiça que merece.

Antes de concluir, quero me dirigir especialmente aos profissionais da CGJ e dizer do meu profundo sentimento de gratidão aos que estiveram conosco nessa caminhada. São pessoas que contribuíram de forma decisiva para que chegássemos ao final com a certeza de que cumprimos a nossa missão. E saio dessa experiência com um imenso carinho por todos esses profissionais que nos ajudaram transformar desafios em conquistas!

Muito Obrigado a todos!

Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes
Corregedor-Geral de Justiça do Amazonas



TJAM, Corregedoria e Governo do Estado assinam Termo de Cooperação para avançar na regularização fundiária no Amazonas.



Desembargador Abraham Peixoto Campos Filho, Coordenador-Geral do Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade da CGJ/AM, participou da Solenidade de assinatura do termo.

Sumário

COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E ACOMPANHAMENTO DE METAS	11
PESSOAL E COMISSÕES	14
SETOR DE ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL DO CNJ	17
NÚCLEO DE ATENDIMENTO PRÉ-PROCESSUAL NAPP	20
COMISSÃO DE ADOÇÃO INTERNACIONAL DO AMAZONAS - CEJAIA/AM	22
SETOR DE DIVISÃO DE EXPEDIENTE	25
SETOR DE PROTOCOLO E AUTUAÇÃO	27
DIVISÃO DE CORREIÇÃO	29
SEDE DA CGJ NO ALTO SOLIMÕES	48
SETOR DE SECRETARIA JUDICIÁRIA	61
SETOR DE COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL DO 1º GRAU	67
SETOR DE DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SERVIÇO EXTRAJUDICIAL	69
SETOR DE CERTIDÕES DO FORO EXTRAJUDICIAL	74
SETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	81
GABINETE 01- JUIZ AUXILIAR DR. ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES	98
GABINETE 02 - JUIZ AUXILIAR DR. JULIÃO LEMOS SOBRAL JÚNIOR	148
GABINETE 03 - JUIZ AUXILIAR DR. RAFAEL ALMEIDA CRÓ BRITO	181
94.º ENCONTRO NACIONAL DOS CORREGEDORES-GERAIS DE JUSTIÇA	217
6.º FÓRUM FUNDIÁRIO NACIONAL	253

CGJ-AM
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
AMAZONAS

COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E ACOMPANHAMENTO DE METAS



Coordenadoria de Estatística e Acompanhamento de Metas —

Atividades Desenvolvidas

- Elaboração de relatórios estatísticos sob demanda;

- Levantamento e envio de informações relativos à Resolução n.º 76/2009 do Conselho Nacional de Justiça, anexos III e IV;

- Elaboração de meio informatizado para controle de Metas da CGJ;

- Envio de informações relativas às METAS anuais da CGJ para o CNJ;

- Alimentação Mensal do Módulo de produtividade CNJ (dados serventias, servidores e magistrados).

- Estudo e levantamento de produtividade de magistrados em processos de promoção e remoção;

- Acompanhamento e suporte da Semana Nacional de Conciliação, ficando o setor responsável pelo cadastro no sistema SICAE, bem como suporte ao mesmo em caso de necessidade;

- Responsável pelo levantamento dos julgamentos dos processos que ainda tramitam no sistema SAJ-SG5 e proceder com a alimentação do fluxo alternativo do CNJ (PjeCOR);

- Criação de planilha para o acompanhamento dos processos classificados como integrantes das Metas Nacionais das Corregedorias (Metas 1, 2 e 3), permitindo o controle de prazos, localização dos processos, situação, dentre outras informações.



Destaque: Criação de uma planilha para a supervisão dos processos classificados como aderentes às Metas Nacionais das Corregedorias.

Coordenadoria de Estatística e Acompanhamento de Metas —

Acervo das Metas, matéria disciplinar, período de 2023 e 2024								
	Acervo até 31/12/2022	Autuados em 2023	Baixados em 2023	Acervo até 31/12/2023	Autuados em 2024	Baixados em 2024	Acervo até 11/12/2024	Diferença do somatório da coluna acervo 2023 + autuados 2024 - (baixados em 2024)
Juiz 1	58	28	-49	37	38	-28	37	10
Juiz 2	52	35	-42	45	218	-225	32	6
Juiz 3	75	40	-55	60	37	-58	39	0
Corregedor	1	4	-3	2	18	-14	6	0
					Total de processos =>		114	16

Acervo Geral da Corregedoria, período de 2023 e 2024							
	Acervo até 31/12/2022	Autuados em 2023	Baixados em 2023	Acervo até 31/12/2023	Autuados em 2024	Baixados em 2024	Acervo até 11/12/2024
Acervo Geral	106	2.400	-2.240	266	2.488	-1.506	1.248
					Total de processos =>		1.248

PESSOAL E COMISSÕES



Pessoal e Comissões

2023 - 1º Semestre

2023/000022093-00 - Subgrupo de Trabalho da Comissão Permanente de Correição Ordinária Anual dos Cartórios Extrajudiciais da Capital.

2023/000021684-00 - Comissão Permanente de Correição Ordinária Anual dos Cartórios Extrajudiciais da Capital.

2023/000021688-00 - Comissão Permanente de Correição Virtual nas Varas da Capital

2023/000021686-00 - Comissão Permanente de Correição Virtual nas Unidades Judiciais e Extrajudiciais do Interior do Estado do Amazonas.

2023/000021690-00 - Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias.

2023/000021689-00 - Comissão de Reestruturação Normativa no Ambito desta Corregedoria-geral.

2023/000021668-00 - Comissão de Assessoramento Técnico, Administrativo e Judiciário da Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas.

2023 - 2º Semestre

2023/000045385-00 - ID 1325130 - Comissão de Assessoramento Técnico Administrativo e Judiciário da Corregedoria-geral de Justiça do Amazonas.

2023/000045389-00 - ID 1310065 - Comissão de Reestruturação Normativa no Âmbito desta Corregedoria-Geral.

2023/000045397-00 - ID 1325757 - Comissão Permanente de Correição Virtual nas Varas da Capital.

2023/000045397-00 - ID 1334543 - Comissão Processante dos Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias (PAD).

2023/000045418-00 - ID 1335514 - Comissão Permanente de Correição Ordinária Anual nos Cartórios Extrajudiciais da Capital.

2023/000045418-00 - ID 1309008 - Comissão Permanente de Correição Virtual nas Unidades Judiciais e Extrajudiciais do Interior do Estado do Amazonas.

2024 - 1º Semestre

ID 1700197 - Comissão de Assessoramento Técnico Administrativo e Judiciário da Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas

ID 1693454 - Comissão de Reestruturação Normativa no Âmbito desta Corregedoria-Geral .

ID 1697386 - Comissão Processante dos Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias (PAD)

ID 1674652 - COMISSÃO PERMANENTE DE CORREIÇÃO VIRTUAL NAS VARAS DA CAPITAL

ID 1665760 - Comissão Permanente de Correição Virtual nas Unidades Judiciais e Extrajudiciais do Interior do Estado do Amazonas.

ID 1697007 - Comissão Permanente de Correição Ordinária Anual nos Cartórios Extrajudiciais da Capital.

ID 1702203 - Subgrupo de Trabalho da Comissão Permanente de Correição Ordinária Anual nos Cartórios Extrajudiciais da Capital.

SETOR DE ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL DO CNJ



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Setor de Acompanhamento Processual do CNJ

Atividades Desenvolvidas

- Cadastramento de processos oriundos do CNJ e distribuição no âmbito da Corregedoria;
- Cumprimento dos atos processuais necessários para viabilizar o andamento dos processos advindo do CNJ;
- Gerenciamento de prazos processuais nos sistemas PJeCOR e PJeCNJ, via tabela de controle interno;
- Comunicação de informações solicitadas ao CNJ;
- Acompanhar os sistemas processuais PJeCOR e PJeCNJ;
- Produção de minutas acerca das Metas e Diretrizes do CNJ para o ano de 2024;
- Produção de minutas acerca da Inspeção realizada pelo CNJ, no ano de 2023;

- Intimação/notificação dos interessados, servidores, magistrados, representantes de outros órgãos via sistema, SEI, e-mail, malote digital, portal do Selo, A.R. e via whatsapp;
- Expedição de ofícios e ofícios-circulares quando de competência do Setor de Acompanhamento Processual do CNJ na CGJ-AM;
- Notificação/intimação das partes para participar das audiências;
- Gerenciamento das informações recebidas via malote digital e e-mail;
- Atendimento aos interessados via e-mail, whatsapp e balcão virtual;
- Arquivamento dos procedimentos administrativos.



Prazos por mês 2023		Prazos por mês 2024	
Janeiro	4	Janeiro	7
Fevereiro	32	Fevereiro	21
Março	6	Março	14
Abril	8	Abril	23
Maio	13	Maio	14
Junho	12	Junho	13
Julho	2	Julho	11
Agosto	13	Agosto	13
Setembro	4	Setembro	6
Outubro	9	Outubro	2
Novembro	15	Novembro	-
Dezembro	7	Dezembro	-

Setor de Acompanhamento Processual do CNJ

Em consequência do **Relatório de Inspeção Ordinária 2023**, expedido pelo CNJ em Acórdão para acompanhamento de cada uma das determinações encaminhadas a este órgão. Em conclusão, foi produzido o **Relatório de Diligências**, apresentado ao CNJ em maio e junho do corrente ano.

43

processos
atuados

PJeCOR

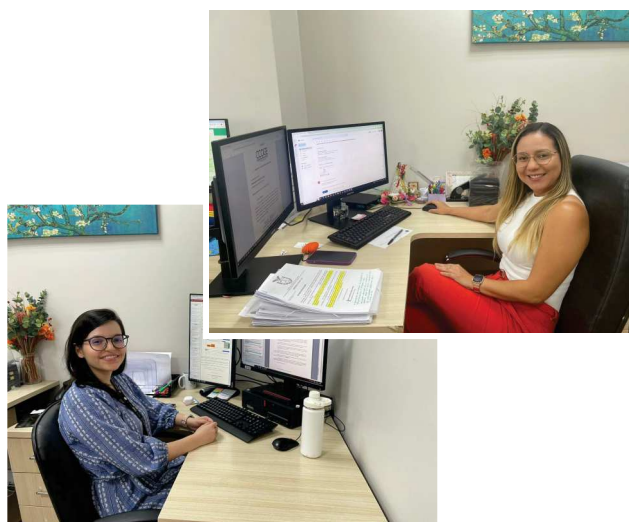
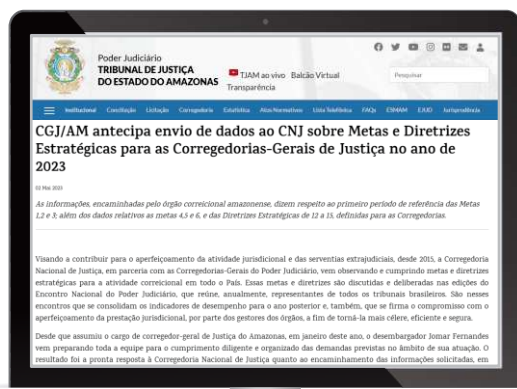
Um dos principais enfoques dos trabalhos desempenhados tem sido em relação ao cumprimento do **Glossário das Metas Nacionais e Diretrizes Estratégicas das Corregedorias** para o ano de 2023, e posteriormente de 2024, no âmbito desta CGJ-AM.



A distribuição de processos do **Setor no PJeCOR** é realizada por etiquetas, registradas no perfil "**Seção de Cumprimento - Servidor Geral**". Esse mesmo perfil é utilizado pelo **Setor de Expediente** para distribuir e cumprir as determinações de sua competência, motivo pelo qual, até o momento, não é possível apontar um quantitativo específico da quantidade de processos nos quais esses setores atuaram.



Matéria em destaque



<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/8393-cgj-am%20antecipa-envio-de-dados-ao-cn-j-sobre-metas-e-diretrizes-estrategicas-p%20ara-as-corregedorias-gerais-de-justica-no-ano-de-2023>

**NÚCLEO DE
ATENDIMENTO
PRÉ-PROCESSUAL
NAPP**



Núcleo de Atendimento Pré-Processual - NAPP

Atividades Desenvolvidas

- Recebimento e registro de reclamações formuladas em face de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça, bem como em face de delegatários do serviço extrajudicial no estado do Amazonas;

- Adoção de providências iniciais para tentativa de resolução consensual das questões que lhe são apresentadas, referente às matérias elencadas no inciso anterior.

Conforme estabelecido no **Provimento 443/2023-NAPP/CGJ-TJAM**, recebida a manifestação, esta é analisada pela mencionada Comissão sobre a possibilidade do cadastrado ou simplesmente dar uma resposta ao jurisdicionado sobre questionamento feito através de manifestação efetuada no site, caso o reclamante/demandante alegue morosidade ou outro tema que seja necessário envio de documentos/ofícios, é gerado um Processo Administrativo (Reclamação Pré-Processual) em que as partes podem acompanhar toda a tramitação pela internet, atualmente através do sistema SEI.

Durante o Biênio
2023-2024

750
DEMANDAS



Referentes a morosidade processuais e condutas de servidores nos cartórios judiciais e extrajudiciais aos quais este Núcleo atende, **SEDO SOLUCIONADOS EM QUASE SUA TOTALIDADE POR ESTE NÚCLEO.**

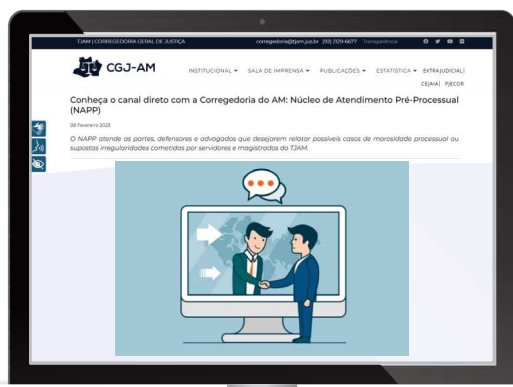
sei.



A atuação do NAPP no **Biênio 2023-2024** foi decisiva na resolução de demandas **sem que houvesse o abarrotamento do sistema PJECOR**, uma vez que as **mais de 750 demandas pré-processuais** enviadas ao **NAPP**, em sua quase totalidade, **foram resolvidas pela atuação do Núcleo**, dentro do **Sistema SEI.**



Matéria em destaque



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/7868-conheca-o-canal-direto-com-a-corregedoria-do-am-nucleo-de-atendimento-pre-processual-napp>



**COMISSÃO DE ADOÇÃO
INTERNACIONAL DO
AMAZONAS - CEJAIA/AM**



Atividades Desenvolvidas

- Acompanhamento e recebimento de solicitação de Habilitação de Processos à CEJAIA-CGJ/TJAM;

- Acompanhamento de servidores de CEJAIA estágio de convivência de casal habilitado;

- Acompanhamento de todas as comarcas do interior para alcançar as metas estipuladas pelo CNJ, logrando êxito nas adoções e acolhimentos;

- Participação de reuniões junto à Presidência deste TJAM e setor de estatística para desenvolvimento de atividades e execução aos planos de metas estipulados pelo CNJ;

- Visita a 4 (quatro) unidades acolhedoras de Manaus com consequente análise e fiscalização das mesmas.

- Divulgação de campanhas de adoção com o acesso à informações e meios que possibilitem um futuro para as crianças sem perspectiva de adoção.

- Participação na repatriação da criança Isabella Cardoso Oliveira, vinda da Alemanha, e realocada à sua família de origem.

- Adoção internacional das crianças Manuela e Gabriela Sorentti e o acompanhamento pós adotivo.

- Atualização de cadastros de servidores e magistrados do TJAM nos Sistemas do CNJ: (CNA/CNCA/CNCL/CNUIS), em virtude solicitações recebidas à esta Comissão;

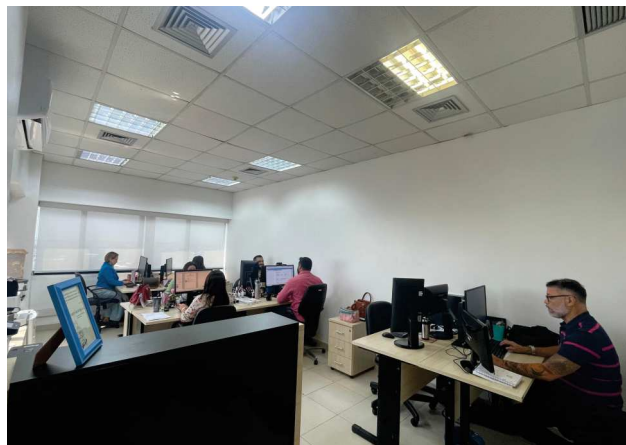
- Atendimento ao público em geral com orientações e consultas diversas quanto à adoção internacional;

- Esclarecimento de dúvidas sobre o Sistema Nacional de Adoção - SNA;

- Disponibilização de Curso sobre o Sistema Nacional de Adoção – SNA em plataforma digital;

- Participação de membros que compõe a Comissão da CEJAIA no XXIV Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras para Adoção Internacional de Crianças e Adolescentes e interação com CEJAS de outros Estados – Período: 13 a 16 de junho de 2023.

- Parceria com a Coordenadoria da Vara da Infância e Juventude (COIJ) para troca de informações, efetivação de projetos e fortalecimentos na atualização dos cadastros do SNA.

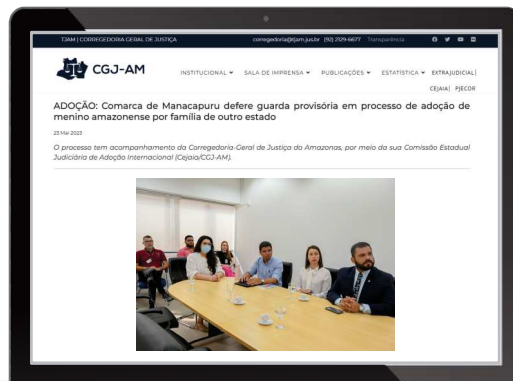




Matérias em destaques



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/7940-corregedoria-geral-de-justica-acompanha-repatriacao-de-menina-amazonense-que-estava-na-alemanha>



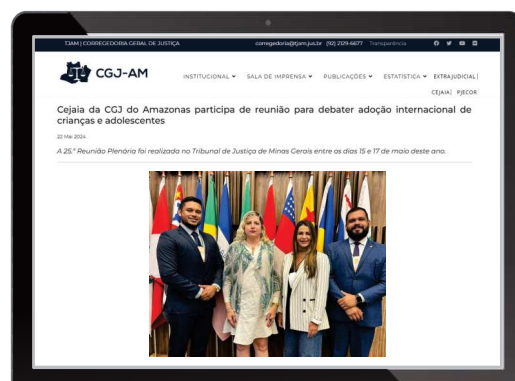
<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/8583-adoacao-comarca-de-manacapuru-defere-guarda-provisoria-em-processo-de-adoacao-de-menino-amazonense-por-familia-de-outro-estado>



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/8753-representantes-da-cejaia-am-participam-de-reuniao-das-centrais-brasileiras-para-adoacao-internacional>



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9412-mais-de-600-processos-de-adoacao-e-de-acolhimento-de-criancas-e-adolescentes-no-am-contaram-com-assessoramento-e-apoio-da-cejaia>



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/11469-cejaia-da-cgj-do-amazonas-participa-de-reuniao-para-debater-adoacao-internacional-de-criancas-e-adolescentes>



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/11636-corregedoria-geral-de-justica-acompanha-processo-de-adoacao-de-criancas-do-interior-do-amazonas-por-casal-italiano>

SETOR DE DIVISÃO DE EXPEDIENTE



Setor de Divisão de Expediente

Atividades Desenvolvidas

• Intimação/notificação dos interessados, servidores, magistrados, representantes de outros órgãos via sistema, SEI, e-mail, malote digital, portal do Selo, A.R. e via whatsapp;	• Gerenciamento das informações recebidas via malote digital, e-mail e SEI;
• Expedição de mandados de intimação e citação;	• Certidões de tempestividade;
• Expedição de ofícios quando de competência do Setor de Expediente;	• Certidões de sobrestamento e suspensão de feitos;
• Expedição de ofícios-circulares quando de competência do Setor de Expediente;	• Consultas de processo em grau de recurso e certificação nos autos;
• Envio de comunicações via whatsapp;	• Gerenciamento de prazo;
• Envio de 2ª via de certidões por correspondência aos interessados;	• Encaminhamento e recebimento dos processos enviados em grau de recurso;
• Publicação dos expedientes da CGJ no DJE;	• Arquivamento dos procedimentos administrativos;
• Notificação/intimação das partes para participar das audiências;	• Atendimento aos interessados via e-mail, whatsapp, balcão virtual, telefone institucional e de forma presencial.

SETOR DE PROTOCOLO E AUTUAÇÃO



Setor de Protocolo e Autuação

Atividades Desenvolvidas

- Controlar a entrada de procedimentos administrativos, com o devido registro no sistema informatizado, dando ciência à Secretaria-Geral;

- Virtualizar os procedimentos e documentos físicos remetidos à Corregedoria;

- Observar as formalidades legais pertinentes ao cadastro dos procedimentos;

- Verificar se os expedientes recebidos preenchem os requisitos mínimos para identificação de seu autor e do propósito a que se destina;

- Zelar pelos prazos dos procedimentos inerentes às suas atribuições;

- Executar outras atividades compatíveis com sua natureza.

As filas se encontravam bem numerosas, uma vez que era um período de transição entre gestões, retorno do recesso forense.

89 PROCESSOS
de outros documentos - expedir

50 PROCESSOS
autos recebidos da autuação

número que foi devidamente reduzido e no presente momento **todas as filas de responsabilidade desta unidade encontram-se atualizadas.**

2023

2.400

Autuados

2.406

Distribuídos

2024

1.330

Autuados

1.335

Distribuídos

3.741

novos processos

movimentados durante o período em tela nesta unidade até a presente data.

*Dados atualizados até o 08/08/2024



DIVISÃO DE CORREIÇÃO



Atribuições

• Elaborar, acompanhar e controlar o calendário anual de correições ou inspeções;	• Encaminhar o relatório final de correição para homologação;
• Divulgar o cronograma de correições;	• Zelar pelos prazos dos procedimentos inerentes às suas atribuições;
• Elaborar e publicar os Editais, Portarias e demais atos formais necessários para a realização das correições ou inspeções;	• Sistematizar, automatizar e informatizar seus procedimentos, de modo a garantir a segurança jurídica nas correições, das informações e dados, além de garantir eficiência e impessoalidade necessários a suas atribuições;
• Providenciar materiais e equipamentos necessários à realização das correições ou inspeções;	• Elaborar informações relativas às atas e encaminhá-las para análise pela equipe de Juízes Assessores da Corregedoria Geral de Justiça;
• Providenciar, junto ao setor competente, o deslocamento dos magistrados e servidores que participarão das correições e inspeções;	• Organizar e articular os dados relativos aos resultados das correições gerais ordinárias e extraordinárias de acordo com as circunscrições e atribuições das unidades em que realizadas;
• Comunicar ao juiz e diretor de secretaria/escrivão da realização da correição ou inspeção;	• Analisar os dados de acordo com a metodologia da supervisão de serviço;
• Controlar o recebimento e os prazos para entrega dos relatórios de correição ou inspeção;	• Elaborar relatórios acerca do cumprimento das normas de trabalho e propor a realização de correições;
• Aplicar e, quando possível, sugerir atualizações ao manual de correição;	• Executar outras atividades compatíveis com sua natureza.
• Oficiar aos respectivos destinatários acerca das recomendações/determinações contidas no relatório final da correição e inspeção judicial e extrajudicial;	

Planejamento Estratégico 2023

Conforme previsto no art. 5º do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça - CNC, a função correicional é exercida por intermédio de correições ordinárias ou extraordinárias realizadas por comissão designada mediante Portaria do Corregedor-Geral de Justiça. Com o objetivo de dar cumprimento ao determinado no artigo 11º do mencionado código, os cronogramas de trabalho anual foram publicados no diário oficial de justiça no dia 27 de janeiro de 2023. Dessa forma, foram divulgadas as unidades da capital e do interior do Estado a serem correicionadas, em caráter ordinário, por este órgão. As unidades da capital, em regra, foram elencadas de maneira a dar continuidade aos trabalhos iniciados por gestões anteriores, sendo inseridas, no Edital de Correição de 2023, as unidades judiciais previstas no cronograma de 2022, cuja implementação restou impossibilitada em face da exiguidade temporal, cabendo destacar o cronograma de 2023.

CRONOGRAMA CORREIÇÕES CAPITAL - ANO 2023	
ITEM	UNIDADE JUDICIÁRIA
01	Vara da Auditoria Militar
02	1ª Vara do Tribunal do Júri
03	2ª Vara do Tribunal do Júri
04	3ª Vara do Tribunal do Júri
05	Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas
06	2ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho
07	3ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho
08	6ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho
09	7ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho
10	9ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho
11	10ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho
12	11ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho

CRONOGRAMA CORREIÇÕES CAPITAL - ANO 2023	
ITEM	UNIDADE JUDICIÁRIA
13	12ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho
14	13ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho
15	14ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho
16	15ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho
17	16ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho
18	17ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho
19	18ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho
20	19ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho
21	20ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho
22	Juizado da Infância e da Juventude Infracional
23	Vara do Juizado Cível da Infância e da Juventude
24	Central de Inquéritos Policiais



Divisão de Correição

As correições nas varas da capital são realizadas por comissão permanente de correição virtual, admitindo-se, excepcionalmente, consoante a complexidade e necessidade, a atuação presencial junto às unidades. Em regra, a comissão é presidida pelo Corregedor-Geral de Justiça e, atualmente, coadjuvada por 8 (oito) servidores. Na capital, as atividades correicionais iniciaram-se no dia 01 de março, encerrando-se no dia 7 de dezembro. Além das correições ordinárias programadas, a Vara de Registros Públicos foi fiscalizada, extraordinariamente, por determinação do Corregedor-Geral. A seguir, tabela contendo informações detalhadas acerca das correições de fato implementadas em 2023:

CORREIÇÕES IMPLEMENTADAS EM 2023 - CAPITAL			
UNIDADE JUDICIÁRIA	TIPO	N. PROCESSO	STATUS DO PROCESSO
Vara da Auditoria Militar	Ordinária	0000223-87.2023	Ag. preparação de voto
1ª Vara do Tribunal do Júri	Ordinária	0000659-46.2023	Em tramitação
2ª Vara do Tribunal do Júri	Ordinária	0000670-75.2023	Arquivado
3ª Vara do Tribunal do Júri	Ordinária	0000671-60.2023	Em tramitação
Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas	Ordinária	0000922-78.2023	Ag. preparação de voto
2ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho	Ordinária	0001342-83.2023	Ag. preparação de voto
Vara de Registros Públicos	Extraordinária	0001504-78.2023	Ag. preparação de voto
3ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho	Ordinária	0001448-45.2023	Ag. preparação de voto
6ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho	Ordinária	0001692-71.2023	Em tramitação
7ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho	Ordinária	0002023-53.2023	Em tramitação

As unidades do interior foram escolhidas com base nos requisitos estabelecidos no Provimento n.º 431/2023-CGJ/AM, quais sejam: a complexidade de acesso às unidades, o atingimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, o acervo processual existente, o período máximo de 3 anos sem a realização de correição na unidade e a discricionariedade da Corregedoria Geral de Justiça.

CRONOGRAMA CORREIÇÕES INTERIOR - ANO 2023	
ITEM	UNIDADE JUDICIÁRIA
01	Alvarães - Vara Única
02	Amaturá - Vara Única
03	Anamá - Vara Única
04	Anori - Vara Única
05	Apuí - Vara Única
06	Atalaia do Norte - Vara Única
07	Barcelos - Vara Única
08	Benjamin Constant - Vara Única
09	Boa Vista do Ramos - Vara Única
10	Boca do Acre - Vara Única
11	Borba - Vara Única
12	Careiro Castanho - Vara Única
13	Eirunepé - Vara Única
14	Envira - Vara Única
15	Fonte Boa - Vara Única
16	Ipixuna - Vara Única
17	Iranduba - 1ª Vara

CRONOGRAMA CORREIÇÕES INTERIOR - ANO 2023	
ITEM	UNIDADE JUDICIÁRIA
18	Itacoatiara - JECC
19	Itamarati - Vara Única
20	Japurá - Vara Única
21	Juruá - Vara Única
22	Jutai - Vara Única
23	Manacapuru - 1ª Vara
24	Manacapuru - 2ª Vara
25	Manicoré - 1ª Vara
26	Maraã - Vara Única
27	Maués - 1ª Vara
28	Nova Olinda do Norte - Vara Única
29	Novo Aripuanã - Vara Única
30	Parintins - 2ª Vara
31	Santa Isabel do Rio Negro - Vara Única
32	São Sebastião do Uatumã - Vara Única
33	Tabatinga - 2ª Vara

Divisão de Correição

Além das correições ordinárias, programadas, esta Corregedoria realizou correições extraordinárias em unidades judiciárias e em cartórios extrajudiciais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

CORREIÇÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS IMPLEMENTADAS NO INTERIOR - ANO 2023			
UNIDADE JUDICIÁRIA/CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL	TIPO	N.º PROCESSO	STATUS DO PROCESSO
Juruá – Vara Única	Ordinária	0000526-04.2023	Ag. preparação de voto
Manacapuru – 1ª Vara	Ordinária	0000530-41.2023	Arquivado
Itacoatiara – JECC	Ordinária	0000547-77.2023	Arquivado
São Gabriel da Cachoeira – Vara Única	Extraordinária	0000238-56.2023	Em tramitação
São Gabriel da Cachoeira – Cartório Extrajudicial	Extraordinária	0000238-56.2023	Em tramitação
São Sebastião do Uatumã – Vara Única	Ordinária	0000766-90.2023	Em tramitação
Tabatinga – 2ª Vara	Ordinária	0000634-33.2023	Arquivado
Irlanduba – 1ª Vara	Ordinária	0000875-07.2023	Em tramitação
Boca do Acre – Vara Única	Ordinária	0000830-03.2023	Arquivado
Eirunepé – Vara Única	Ordinária	0001087-28.2023	Arquivado
Nova Olinda do Norte – Vara Única	Ordinária	0001240-61.2023	Ag. preparação de voto
Nova Olinda do Norte – Cartório Extrajudicial	Extraordinária	0001243-16.2023	Em tramitação
Parintins – 2ª Vara	Ordinária	0001532-46.2023	Ag. preparação de voto
Parintins – 1º Ofício	Extraordinária	0001533-31.2023	Arquivado
Parintins – 2º Ofício	Extraordinária	0001534-16.2023	Em tramitação
Maués – 1ª Vara	Ordinária	0001499-56.2023	Em tramitação
Maués – Cartório Extrajudicial	Extraordinária	0001500-41.2023	Em tramitação
Tabatinga – 1ª Vara	Extraordinária	0001469-21.2023	Em tramitação
Borba – Vara Única	Ordinária	0001506-48.2023	Em tramitação
Rio Preto da Eva – Vara Única	Extraordinária	0001731-68.2023	Ag. preparação de voto
Amaturá – Vara Única	Ordinária	0001450-15.2023	Em tramitação
Amaturá – Cartório Extrajudicial	Extraordinária	0001451-97.2023	Em tramitação
Atalaia do Norte – Vara Única	Ordinária	0001446-75.2023	Em tramitação
Atalaia do Norte – Cartório Extrajudicial	Extraordinária	0001447-60.2023	Em tramitação
Benjamin Constant – Vara Única	Ordinária	0001444-08.2023	Ag. preparação de voto
Benjamin Constant – Cartório Extrajudicial	Extraordinária	0001445-90.2023	Em tramitação
Santo Antônio do Içá (Tonantins) – Vara Única	Extraordinária	0001716-02.2023	Em tramitação
Santo Antônio do Içá (Tonantins) – Cartório Extrajudicial	Extraordinária	0001723-91.2023	Em tramitação
São Paulo de Olivença – Vara Única	Extraordinária	0001899-70.2023	Em tramitação
São Paulo de Olivença – Cartório Extrajudicial	Extraordinária	0001900-55.2023	Em tramitação
Tabatinga – 2º Ofício	Extraordinária	0001638-08.2023	Em tramitação
Careiro Castanho – Vara Única	Ordinária	0001944-74.2023	Em tramitação
Manacapuru – 2ª Vara	Ordinária	0001892-78.2023	Ag. preparação de voto



Correições em 2023





Correições em 2023





Correições em 2023

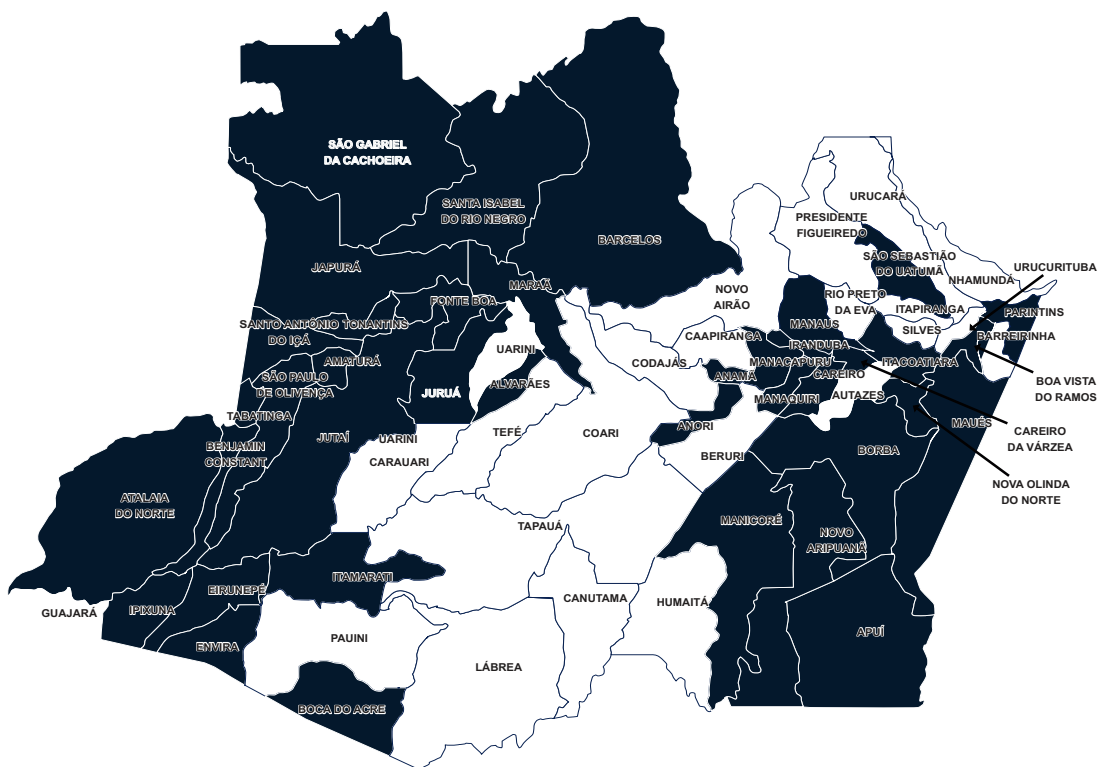


22 unidades judiciais **+** **12** cartórios extrajudiciais **= 34** total

10 unidades
judiciárias

44 total de correções realizadas no ano de 2023

2023



Planejamento Estratégico 2024

Os Editais de Correição da Capital e do Interior do Estado foram publicados no dia 18 de janeiro de 2024. Na capital, o Edital foi elaborado de modo a inserir as unidades judiciárias do Edital do ano de 2023 que não foram fiscalizadas, acrescido de outras unidades, a critério do Corregedor-Geral.

VIRTUAL			
VARA	N.º PROCESSO	INÍCIO	FIM
2ª Vara de Iranduba	0000074-57.2024	25/01	08/02
JECC - Manacapuru	0000137-82.2024	19/02	23/02
JECC - Coari	0000198-40.2024	26/02	01/03
Carauari - Vara Única	0000221-83.2024	04/03	11/03
Novo Aripuanã	0000287-63.2024	18/03	25/03
Fonte Boa	0000435-74.2024	01/04	08/04
Jutaí	0000598-54.2024	22/04	29/04
Maraã	0000709-38.2024	08/05	13/05
Tapauá	0000580-33.2024	05/12	08/12
Presidente Figueiredo – 1ª Vara	0002383-51.2024	09/12	16/12
Anori	0002384-36.2024	09/12	14/12
Beruri	0002385-21.2024	09/12	14/12
Uarini	0002386-06.2024	09/12	14/12
Coari – 1ª Vara	0002387-88.2024	16/12	21/12
Tefé – 2ª Vara	0002389-58.2024	16/12	21/12
Barcelos	0002398-20.2024	16/12	20/12
Pauini	0002399-05.2024	16/12	20/12
Codajás	0002391-28.2024	23/12	28/12
Santa Isabel do Rio Negro	0002400-87.2024	23/12	28/12
Humaitá - Jecc	0002419-93.2024	23/12	26/12
Manicoré -2ª Vara	0002421-63.2024	23/12	26/12

VIRTUAL			
VARA	N.º PROCESSO	INÍCIO	FIM
9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	0000076-27.2024	29/01	04/03
23ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	0001895-33.2023	19/02	29/02
10ª Cível	0000209-69.2024	11/03	05/04
10ª Vara de Família	0000291-03.2024	09/04	26/04
11ª Cível	0000589-92.2024	06/05	31/05
12ª Cível	0000841-95.2024	10/06	19/07
7ª Vara de Família	0001228-13.2024	18/07	02/08
13ª Cível	0001189-16.2024	2/07	02/08
14ª Cível	0001301-82.2024	12/08	23/08
15ª Cível	0001426-50.2024	26/08	09/09
16ª Cível	0001439-49.2024	13/09	27/09
Vara de Registros Públicos	0001653-40.2024	01/10	10/10
17ª Cível	0001800-66.2024	15/10	25/10
18ª Cível	0001899-36.2024	29/10	19/11
3º Juizado Especial Cível	0002045-77.2024	26/11	13/12

Divisão de Correição

PRESENCIAL				
VARA	N.º PROCESSO	INÍCIO	FIM	SEI
2ª Vara de Itacoatiara	0000150-81.2024	19/02	24/02	2024/000005486-01
Urucurituba - Vara Única	0000269-42.2024	28/02	03/03	2024/000008724-01
Urucurituba - Cartório Extrajudicial	0000270-27.2024	28/02	03/03	2024/000008724-01
Anamá - Vara Única	0000281-56.2024	06/03	10/03	2024/000009237-01
Anamá - Cartório Extrajudicial	0000282-41.2024	06/03	10/034	2024/000009237-01
1ª Vara de Tefé	0000223-53.2024	11/03	22/03	2024/000007710-01
Lábrea - Extrajudicial e Inspeção NGFS	0000358-65.2024	22/03	25/03	2024/000011461-01 e 2024/000012649-01
Boca do Acre - Extrajudicial e Inspeção NGFS	0000358-65.2024	22/03	25/03	2024/000012649-01
Autazes - Cartório Extrajudicial (INSPEÇÃO)	0000588-10.2024	14/04	16/04	2024/000017288-01
Japurá - Vara Única	0002119-68.2023	06/05	09/05	2023/000048947-01
Japurá - Cartório Extrajudicial	0002120-53.2023	06/05	09/05	2023/000048947-01
Parintins - 1ª Vara	0000571-71.2024	20/05	24/05	2024/000017025-01
Parintins - 3ª Vara	0000572-56.2024	20/05	24/054	2024/000019535-01
Careiro da Várzea - Vara Única	0000790-84.2024	22/05	25/05	2024/000023236-1
Novo Airão (Extrajudicial)	0000825-44.2024	22/05	26/05	2024/000023727-01
Boa Vista do Ramos	0000365-57.2024	10/06	14/06	2024/000011731-01
Humaitá - 1ª Vara	0000912-97.2024	12/06	18/06	2024/000027575-01
Coari - 2ª Vara	0000791-69.2024	13/06	15/06	2024/000023706-01
Itacoatiara - 2º Ofício	0000814-15.2024	13/06	15/06	2024/000023679-01
Lábrea - Vara Única	0000917-22.2024	29/06	06/07	2024/000026948-01
Canutama - Vara Única	0000775-18.2024	02/07	06/07	2024/000023022-01
Manicoré - 1ª Vara	0000886-02.2024	02/07	06/07	2024/000026226-01
Novo Airão - Vara Única	0000923-29.2024	03/07	05/07	2024/000028388-01
Apuí - Vara Única	0001087-91.2024	09/07	14/07	2024/000031250-01
Apuí - Cartório Extrajudicial	0001086-09.2024	09/07	14/07	2024/000031250-01
Lábrea - Cartório Extrajudicial	0001085-24.2024	09/07	14/07	2024/000031250-01
Autazes - Vara Única	0001072-25.2024	10/07	12/07	2024/000081175-01
1ª Vara de Itacoatiara	0001193-53.2024	16/07	20/07	2024/000033741-01
Itacoatiara - 3º Ofício	0001197-90.2024	16/07	20/07	2024/000033741-01
Maués - 2ª Vara	0000922-44.2024	17/07	19/07	2024/000028506-01
Manaquiri - Vara Única	0000937-13.2024	15/07	19/07	2024/000028530-01
Barreirinha - Vara Única	0000926-81.2024	22/07	26/07	2024/000028411-01
Tefé - JECC	0000938-95.2024	28/07	02/08	2024/000028740-01
Manaquiri - Extrajudicial	0001251-56.2024	30/07	03/08	2024/000035451-01
Careiro Castanho - Extrajudicial	0001253-26.2024	30/07	03/08	2024/000035451-01
Careiro da Várzea - Extrajudicial	0001254-11.2024	30/07	03/08	2024/000035451-01
Parintins - JECC	0001034-13.2024	12/08	16/08	2024/000030373-01
Caapiranga - Vara Única	0001256-78.2024	14/08	16/08	2024/000035349-01
Nhamundá - Vara Única	0000086-71.2024	19/08	22/08	2024/000037724-01
Nhamundá - Extrajudicial	0000087-56.2024	19/08	22/08	2024/000037724-01
Tabatinga - 1ª Vara	0001379-76.2024	20/08	24/08	2024/000039969-01
Alvarães - Vara Única	0001257-63.2024	20/08	23/08	2024/000036527-01
Uruará - Vara Única	0001117-29.2024	21/08	24/08	2024/000031784-01
Guajará - Vara Única	0001210-89.2024	26/08	29/08	2024/000034028-01
Silves - Vara Única	0000806-38.2024	27/08	31/08	2024/000041645-01



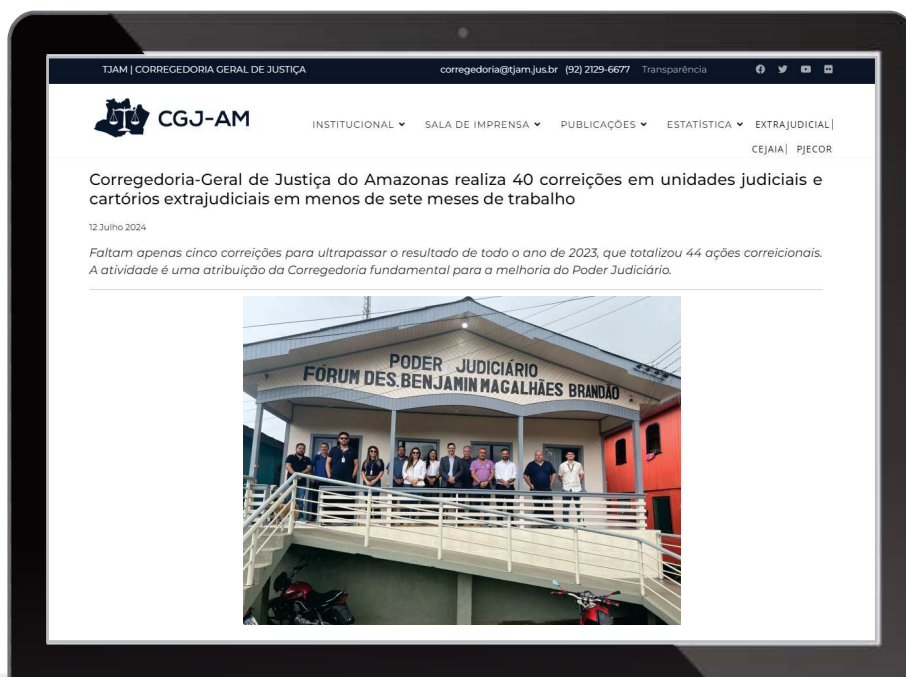


Correições em 2024





Matéria Destaque



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/11890-corregedoria-geral-de-justica-do-amazonas-realiza-40-correicoes-em-unidades-judiciais-e-em-cartorios-extrajudiciais>

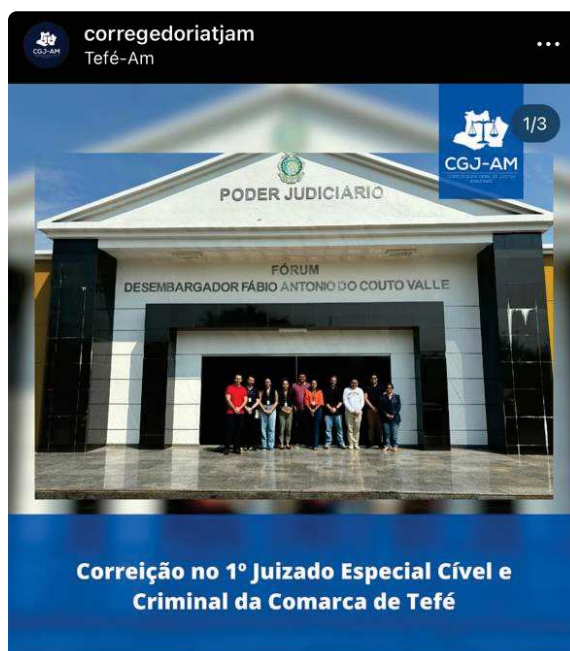


Correições em 2024



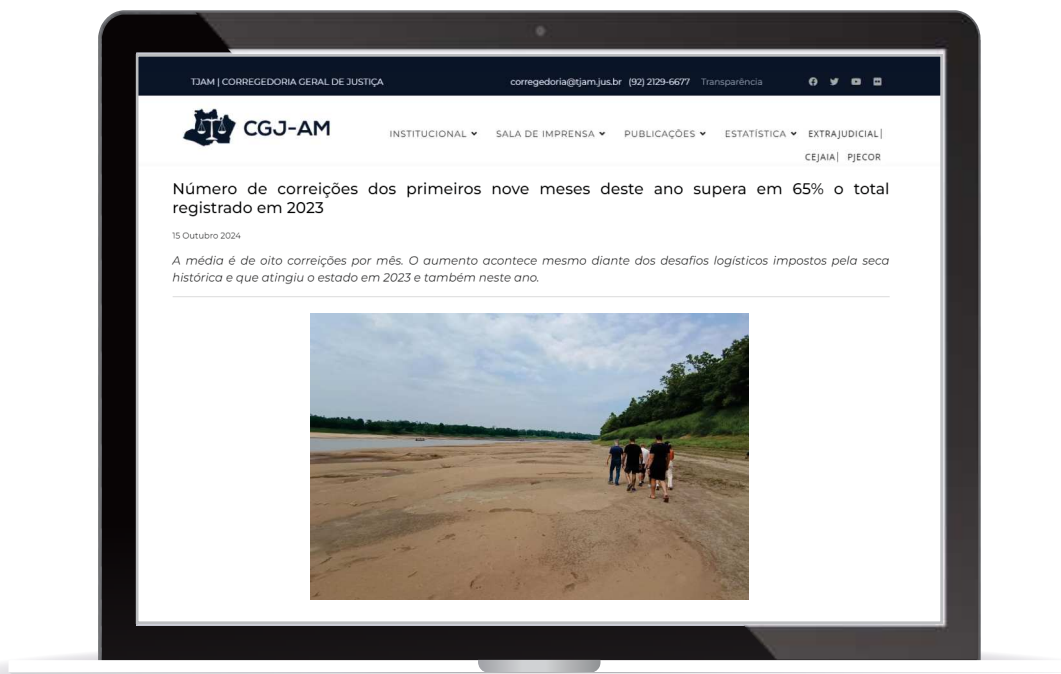


Correições em 2024

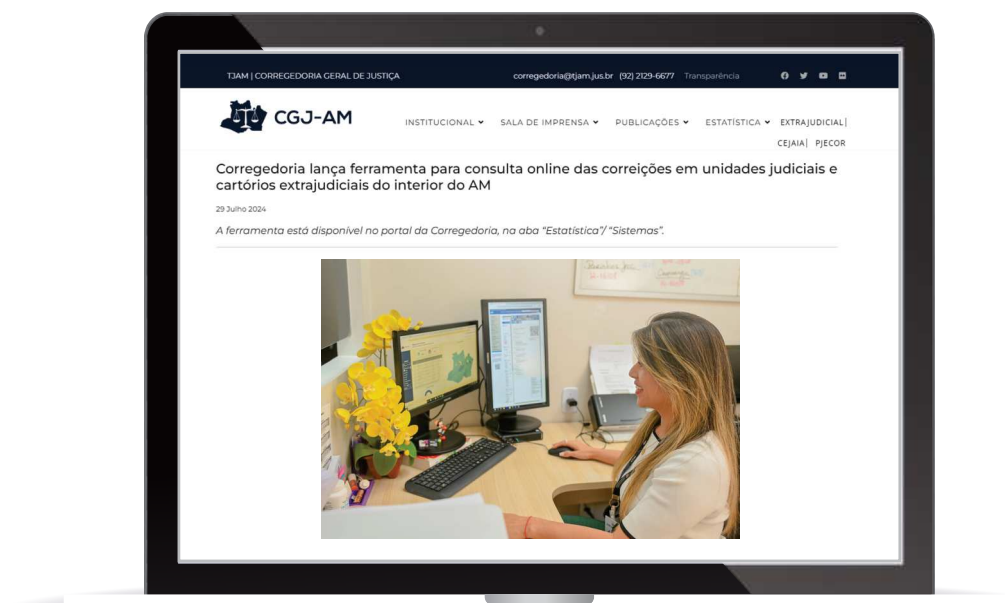




Matéria Destaque



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/12699-numero-de-correicoes-dos-primeiros-nove-meses-deste-ano-supera-em-65-o-total-registrado-em-2023>



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/12022-corregedoria-lanca-ferramenta-para-consulta-online-das-correicoes-em-unidades-judiciais-e-cartorios-extrajudiciais-do-interior-do-am>



Correições em 2024



Divisão de Correição

Inspeção ou Correição Ordinária Anual

Destaca-se que esta Divisão é responsável por autuar os respectivos processos, no Sistema PjeCor, e comunicar as unidades judiciárias da capital e do interior do Estado sobre a existência deles, cabendo elencar os números do processo de inspeção 2023 e 2024, assim como o seus respectivos status:

Processos de Inspeção 2023:

CAPITAL

Processo
n.º 0000160-62.2023
Arquivado

INTERIOR

Processo
n.º 0000159-77.2023
Em tramitação

Processos de Inspeção 2024:

CAPITAL

Processo
n.º 0000019-09.2024
Em tramitação

INTERIOR

Processo
n.º 0000020-91.2024
Em tramitação

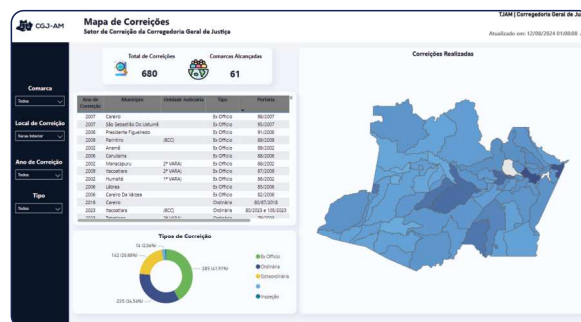
Sistema BI

A Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas (CGJ/AM) lançou uma plataforma digital que permite a consulta online de todas as correições realizadas pelo órgão desde o ano 2000 nas unidades jurisdicionais (capital e interior) e cartórios extrajudiciais (interior). Anteriormente, tais consultas eram conduzidas de forma burocrática e manual, através de registros físicos armazenados nesta Divisão de Correição, na sede da CGJ, em Manaus.

A referida plataforma pode ser acessada através da página do Tribunal de Justiça do Amazonas (www.tjam.jus.br), na aba “Corregedoria”, localizada no menu de navegação superior do site, seguido das abas “Estatística” e “Sistemas”, por meio do seguinte link:



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-estatistica/cgj-sistemas>



SEDE DA CGJ NO ALTO SOLIMÕES





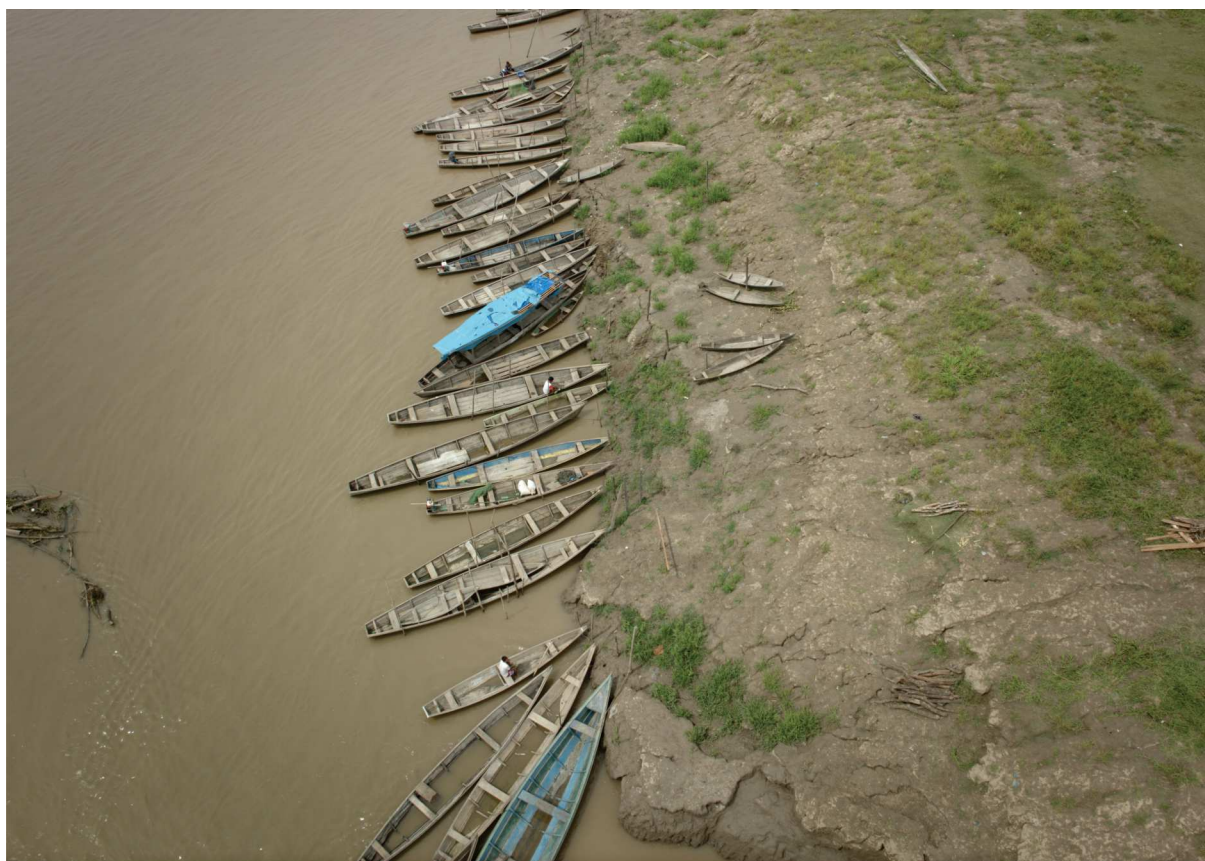
17 Outubro 2023

A mudança temporária da sede da CGJ tem a finalidade principal de facilitar o acesso da população do Alto Solimões aos serviços do Judiciário, fortalecendo o papel social desempenhado pela Justiça.



Mudança da sede da Corregedoria para comarca de Tabatinga em outubro de 2023, a qual se deu diante de forte estiagem que atingiu o Estado, ocasião em que foi realizada a fiscalização de 07 (sete) municípios, sendo elas: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Santo Antônio do Içá, Tonantins, São Paulo de Olivença e Tabatinga.







ATALAIA DO NORTE, INTERIOR DO AMAZONAS



Além das outras atividades desenvolvidas no Alto Solimões, o corregedor também realizou correição extraordinária no cartório extrajudicial de Santo Antônio do Içá e Tonantins (anexo), e visita ao Fórum de Justiça da comarca.





AMATURÁ, INTERIOR DO AMAZONAS





CHEGADA A SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ, INTERIOR DO AMAZONAS



VISITA A BENJAMIN CONSTANT, INTERIOR DO AMAZONAS



ATALAIA DO NORTE, INTERIOR DO AMAZONAS



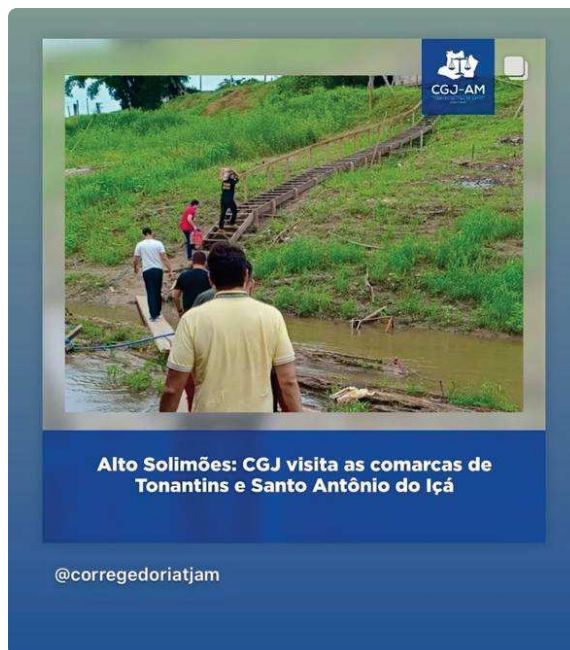
VISITA AO FÓRUM EM BENJAMIN CONSTANT



TRAJETO TABATINGA - BENJAMIN CONSTANT



Matérias em Destaques





Repercussão Local e Nacional



Jornal da Justiça-2a. Edição, matéria veiculada em 24/11/23 -TV Justiça-STF

A reportagem especial encerrou o telejornal.



<https://www.youtube.com/watch?si=v-BbxZiUiHTnTSMs&v=cPnieC9qebM&feature=youtu.be>



Programa Agora, reportagem editada veiculada em 24/11/23 -TV Norte / SBT;

Para assistir coloque em 1'17"38:

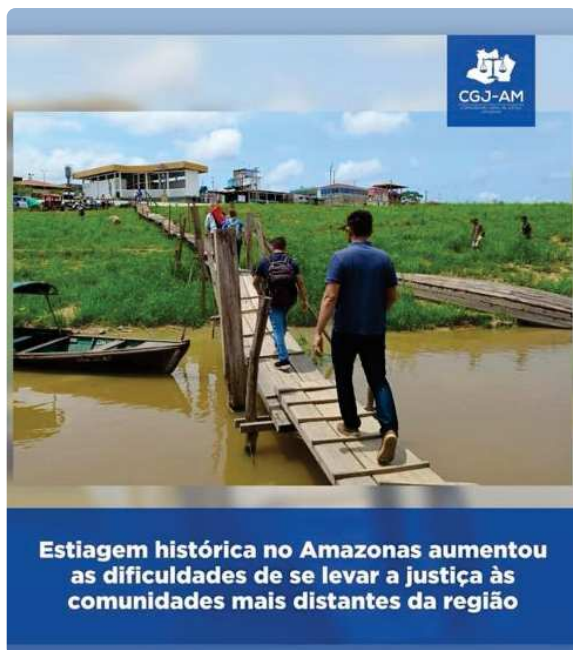


<https://youtu.be/E-TVozYxSsqo?t=36>

Mudança da Sede



Matérias em Destaques





Repercussão Nacional



Seca histórica no Amazonas aumentou dificuldade de se levar a justiça às comunidades

🕒 28 de novembro de 2023 - 📁 Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias



A Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas transferiu temporariamente a sua sede para Tabatinga - Foto: Raphael Almeida | CGJ/AM



<https://www.cnj.jus.br/seca-historica-no-amazonas-aumentou-dificuldade-de-se-levar-a-justica-as-comunidades/>



Acesse a reportagem especial, na íntegra, publicada no canal da CGJ no YouTube:



<https://www.youtube.com/watch?v=S8nL2jEUK-k>

SECRETARIA JUDICIÁRIA



3.353

mensagens recepcionadas

que foram respondidas, encaminhadas aos setores correspondentes ou deram início a procedimentos autuados no PJECOR, distribuídos entre os gabinetes dos magistrados.

143

ofícios em 2023

para solicitação de providências referentes às cartas precatórias.

105

ofícios em 2024

243

portarias em 2023

148

portarias em 2024

(dentre elas de autorização de casamento, designação de servidores e interinos, correção extrajudicial nos cartórios da capital e instauração de processos administrativos disciplinares e sindicâncias).

35

provimentos

para regulamentação das atividades da CGJ e da atuação dos cartórios extrajudiciais na capital e no interior do estado foram editados pela **SEC/CGJ**, na Gestão Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, atual Corregedor-Geral de Justiça.

Por fim, seguem os quantitativos de **malotes digitais recebidos e enviados** no período de **01/01/2023 a 07/08/2024**, nas lotações de responsabilidade da Secretaria Judiciária:

SETOR	ENVIADOS	RECEBIDOS
GABINETE DA CGJ/AM	345	297
SECRETARIA JUDICIÁRIA DA CGJ	100	111
SETOR DE PRECATÓRIOS DA CGJ	20	20
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA	710	668



Provimentos

PROVIMENTOS - ANO 2023	
Provimento n° 431/2023	Processo n° 0000209-06.2023.2.00.0804 (Dispõe sobre as correções nas unidades judiciais e extrajudiciais do interior do Estado do Amazonas).
Provimento n° 432/2023	Consolida o Programa Permanente de Acompanhamento e Aperfeiçoamento das Unidades Jurisdicionais do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.
Provimento n° 433/2023	Regulamenta a atuação do Núcleo de Atendimento Pré-Processual da Corregedoria-Geral de Justiça e dá outras providências.
Provimento n° 434/2023	Dispõe sobre a quantidade de Integrantes e as diárias nas correções nas unidades judiciais e extrajudiciais do interior do Estado do Amazonas.
Provimento n° 435/2023	Estabelece a obrigatoriedade de cadastro no sistema Projudi de informações relativas à raça, etnia indígena, idioma falado e grau de compreensão da língua portuguesa.
Provimento n° 436/2023	Estabelece o acompanhamento da Corregedoria-Geral de Justiça em relação às atividades desenvolvidas pela Vara Única de São Gabriel da Cachoeira, voltadas à garantia dos direitos das pessoas indígenas.
Provimento n° 437/2023	Estabelece o procedimento a ser utilizado pelos Oficiais de Justiça no cumprimento de mandados de intimações e citações dirigidos a pessoas indígenas.
Provimento n° 438/2023	INSTITUI o Núcleo de Regularização Fundiária no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.
Provimento n° 439/2023	Estabelece a obrigatoriedade de comprovação de residência à Corregedoria-Geral de Justiça, pelos magistrados titulares das comarcas do interior do Estado do Amazonas.
Provimento n° 440/2023	Dispõe sobre os procedimentos de adjudicação compulsória na via extrajudicial, prevista no artigo 216-B da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973.
Provimento n° 441/2023	INCLUI os incisos VIII e IX no art. 4° do Provimento CGJ/AM n° 440/2023, quanto aos procedimentos de adjudicação compulsória na via extrajudicial.
Provimento n° 442/2023	ALTERA o art. 5° do Provimento CGJ/AM n° 404/2021 e dá outras providências.
Provimento n° 443/2023	Regulamenta a distribuição de processos entre a 3ª e a 9ª Varas de Família e entre a 2ª e 10ª Varas de Famílias.
Provimento n° 444/2023	Dispõe sobre a remessa das demandas administrativas relativas à matéria extrajudicial na forma do art. 161-C da Lei Complementar n° 17/97 e dá outras providências.
Provimento n° 445/2023	ALTERA o art 3° do Provimento n.º 443/2023.
Provimento n° 446/2023	ALTERA o Provimento n° 438/2023, para dispor sobre o Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.
Provimento n° 447/2023	Corrige monetariamente os valores dos emolumentos devidos pela prática dos atos notariais e de registro no Estado do Amazonas previstos nas tabelas anexas à lei n° 2.751/2002 e suas alterações posteriores e dá outras providências.
Provimento n° 448/2023	Dispõe acerca da atuação dos juízes de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas nos processos que envolvam regularização fundiária.
Provimento n° 450/2023	INSTITUI o Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Proteção a Pessoas Socialmente Vulneráveis (NAPPV) no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.
Provimento n° 451/2023	DETERMINA a comunicação da CGJ/AM da instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou Procedimento de Investigação.
Provimento n° 58/2023	Regimento interno da CGJ/AM

Atividades Desenvolvidas

A Secretaria auxilia no planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades da CGJ, sendo responsável pela elaboração dos atos administrativos como Provimentos, Portarias, certidões, Ordens de Serviços, além de zelar pelo seu cumprimento.

Para consecução de seus objetivos, atualmente, a Secretaria fica responsável pela leitura diária dos malotes digitais das lotações Gabinete da Corregedoria-Geral de Justiça, Secretaria-Geral da Corregedoria, Corregedoria Geral de Justiça e Setor de Precatórias da Corregedoria Geral.

Demais atividades

Além de suas atividades típicas, a Secretaria Judiciária desempenha uma série de atividades rotineiras essenciais para o bom andamento dos processos em tramitação no sistema PJECOR e, por conseguinte, o bom funcionamento da Corregedoria-Geral de Justiça.



Semana Nacional de Conciliação e demais semanas do Conselho Nacional de Justiça

A Secretaria Judiciária desenvolve papel essencial na organização e realização da Semana Nacional de Conciliação de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, que ocorre anualmente em todo território nacional, uma vez que fica responsável pelo envio dos ofícios iniciais de comunicação aos órgãos participantes e aos grandes litigantes, bem como, é encarregada de gerenciar os links de cadastro de processos, varas e servidores participantes, que ao final, serão utilizados para levantamento dos dados estatísticos e composição do relatório de conciliações realizadas.

Nas demais semanas (Semana "Registre-se/Semana de Regularização Fundiária, entre outras) a SEC/CGJ encaminha, junto ao Gabinete da CGJ, os ofícios de comunicação e de agradecimento aos participantes, e ainda, de solicitação de materiais e parcerias para realização dos eventos.

Informações Adicionais/Atividades Realizadas pela SEC/CGJ (Gestão 2023/2025)

A Gestão do Desembargador-Corregedor Jomar Ricardo Saunders Fernandes se iniciou em 02/01/2023 e desde então a Secretaria Judiciária participou da realização da Semana Nacional de Conciliação de 2023, dos dias 06 a 10/11/2023, **expedindo os ofícios para varas, Defensoria Pública, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Amazonas e para grandes litigantes.**

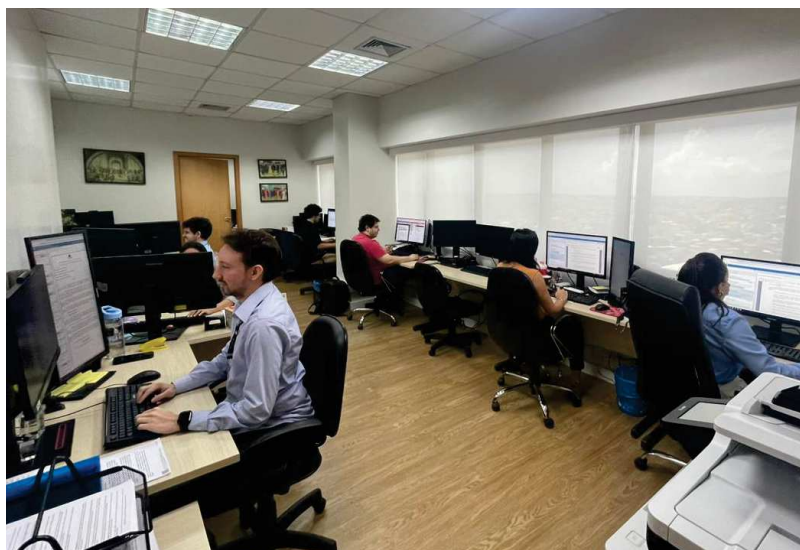
Registre-se!
Semana Nacional do Registro Civil
AMAZONAS

de 13 a 17/05/2024
152
Ofícios preparatórios e
de agradecimentos

aos participantes diretos e indiretos da ação realizada para emissão de certidões de registro civil para populações indígenas, pessoas em situação de rua, migrantes, refugiados e população carcerária.

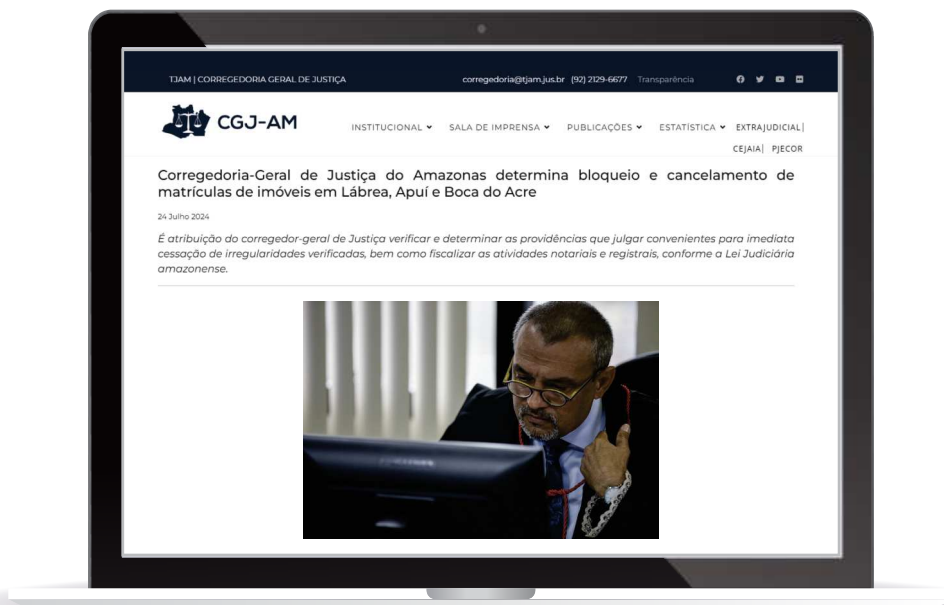
Provimentos

PROVIMENTOS - ANO 2024	
Provimento nº 452/2024	Dispõe sobre alteração da proporção de distribuição processual entre os Juizados Especializados no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Manaus/AM, e dá outras providências.
Provimento nº 453/2024	DETERMINA o Cadastro no Projudi das serventias extrajudiciais para a comunicação de atos judiciais e protocolo de procedimentos suscitados com trâmite na competência de Registros Públicos.
Provimento nº 454/2024	INSTRUI sobre o procedimento de redistribuição, remessa, arquivamento e baixa dos processos gerados no Sistema de Automação da Justiça -SAJ, com a precípua finalidade de cumprimento de mandado de prisão
Provimento nº 455/2024	INCLUI o art. 5º-A no Provimento nº 404/2021, que institui o NUMOPEDE nesta Corregedoria Geral da Justiça.
Provimento nº 456/2024	ORGANIZA o processamento dos relatórios de correição judicial e extrajudicial no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Amazonas.
Provimento nº 457/2024	Estabelece diretrizes e procedimentos, no âmbito do Poder Judiciário, para a transferência e o recambiamento de pessoas presas.
Provimento nº 458/2024	DETERMINA a realização de correições extraordinárias e especializadas nas unidades judiciárias do interior do Estado do Amazonas com competência na apuração de Violência contra a Mulher e pessoa transgênero, no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.
Provimento nº 459/2024	Dispõe acerca do assento de nascimento de indígena no Registro Civil de Pessoas Naturais.
Provimento nº 460/2024	INSTITUIR o Prêmio "Dr. Adalberto Carim Antônio", no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado, a fim de premiar os registradores com os melhores índices de títulos de propriedade registrados.
Provimento nº 461/2024	RECOMENDA, nos processos que envolvam indígenas, em trâmite na Comarca de São Gabriel da Cachoeira, que a parte dispositiva da sentença seja acompanhada de tradução para a língua indígena falada pelas partes do processo.
Provimento nº 462/2024	Regulamenta os procedimentos do Setor de Certidões do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Amazonas.
Provimento nº 463/2024	Altera o inciso II do art. 450, do Manual de Regulamentação do serviço extrajudicial do Estado do Amazonas.
Provimento nº 464/2024	Dispõe sobre o bloqueio das matrículas de imóveis registradas nos cartórios extrajudiciais de Lábrea/AM e Apui/AM que possuam mais de 50 (cinquenta) mil hectares e dá outras providências
Provimento nº 465/2024	DETERMINA a instituição de fluxo processual voltado ao acompanhamento de processos disciplinares envolvendo violência contra mulher, no âmbito da Corregedoria do Estado do Amazonas.
Provimento nº CONJUNTO 01/2024	Implementa o programa permanente para visibilidade, proteção e atenção aos povos originários, coletando dados, incentivando e igualmente realizando pesquisas científicas, isoladamente pela Corregedoria e Escolas Judiciais ou em parceria com instituições públicas e privadas do Brasil ou do exterior





Matérias Destaques



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/11985-corregedoria-geral-de-justica-do-amazonas-determina-bloqueio-e-cancelamento-de-matriculas-de-imoveis-em-labrea-apui-e-boca-do-acre>



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/11439-corregedores-assinam-provimento-que-permite-a-inclusao-da-etnia-como-sobrenome-na-certidao-de-nascimento-de-indigenas-no-amazonas>

**COORDENADORIA
DE DISTRIBUIÇÃO
PROCESSUAL DO 1.º GRAU**



Atribuições

A Coordenadoria de Distribuição Processual, órgão inerente da estrutura da Corregedoria-Geral de Justiça, nos termos da Lei complementar nº 261/2023 é o setor responsável por cadastro, distribuição e redistribuição de processos judiciais que tramitam na primeira instância da Capital do Estado do Amazonas. Além disso, desempenha as seguintes atividades:

- Desarquivamento de processos das varas extintas como a 3ª vara de família e 4ª vara da fazenda pública;

- Cadastro de incidentes processuais, processos dependentes e pedidos de providências quando requisitado pela vara;

- Atendimento telefônico. Presencial e virtual de advogados, jurisdicionados e servidores de cartórios de outras Comarcas;

- Responder processos administrativos referentes às informações de custas processuais;

- Retira e exclui tarjas de processos, a pedido do magistrado ou diretor das varas;

- Recebe, cadastra e distribui processos de outros órgãos do poder judiciário;

- Elabora relatórios estatísticos de produtividade do setor;

- Cancela distribuição de processos, conforme decisão dos magistrados.

Atividades Desenvolvidas

Com a constatação de não ser possível realizar todas as atividades diárias sem exceder o expediente regular, uma vez que o setor possui uma grande carga de movimentações e atribuições, e com a migração do sistema para o PROJUDI, sistema esse menos automatizado que o SAJ, para evitar acúmulo de processos nas filas de trabalho, este setor conta com uma comissão permanente formada pelos servidores do próprio setor. Por essa razão, todos os fluxos de trabalho encontram-se em dias, sem atrasos ou acúmulos de processos.



**SETOR DE DIVISÃO
DE FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE DO SERVIÇO
EXTRAJUDICIAL**



Setor de Divisão de Fiscalização e Controle do Serviço Extrajudicial —

Atividades Desenvolvidas

Dos responsáveis Interinos por serventias extrajudiciais no estado do Amazonas;

Atualização dos dados cadastrais dos cartórios e do armazenamento dos atos de designação dos Oficiais;

Banco de dados de Oficiais/Tabeliães titulares e interinos do estado do Amazonas;

Portal do Selo Eletrônico;

Compensação do arquivo de remessa e retorno do Banco do Brasil em relação ao FUNJEAM/EXTRAJUDICIAL;

Controle de informações prestadas pelos delegatários ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC)

Informações prestadas pelo setor nos procedimentos administrativos;

Das correições extraordinárias realizadas no interior do estado do Amazonas;

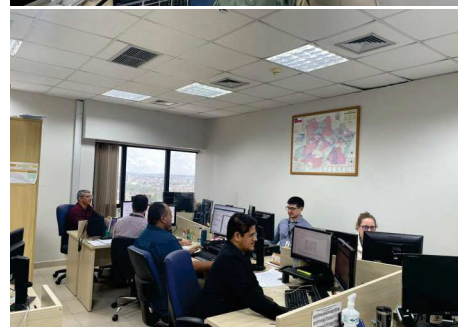
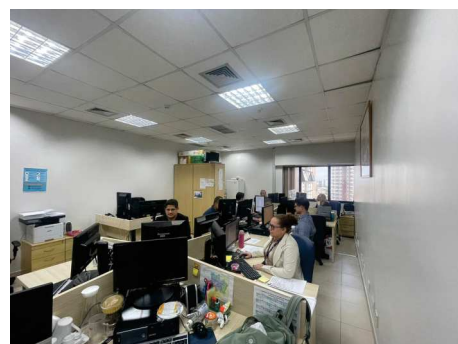
Comissão de Correição Ordinária Anual nos Cartórios Extrajudiciais da Capital e dos Relatórios Correicionais;

Boas Práticas.

Conclui-se que esta Divisão Técnica, atuou, primordialmente, na fiscalização e controle das atividades extrajudiciais do Estado do Amazonas, sempre com escopo de aprimorar o serviço público e em observâncias às normas e diretrizes estaduais, somados aos Provimentos do Conselho Nacional de Justiça.

Além disso, de bom alvitre destacar a atuação desta divisão, sempre em determinação do Corregedor-Geral de Justiça, na fiscalização dos cartórios do interior do Estado do Amazonas, o que contribuiu para aprimoramento do serviço, sobretudo aos hipossuficientes.

Por derradeiro, esta divisão técnica atuou na busca por fraudes em matrículas imobiliárias, destacando-se a atuação no Cartório Extrajudicial de Lábrea e Apuí, serventias em que foi decretada a intervenção.





Matérias Destaques



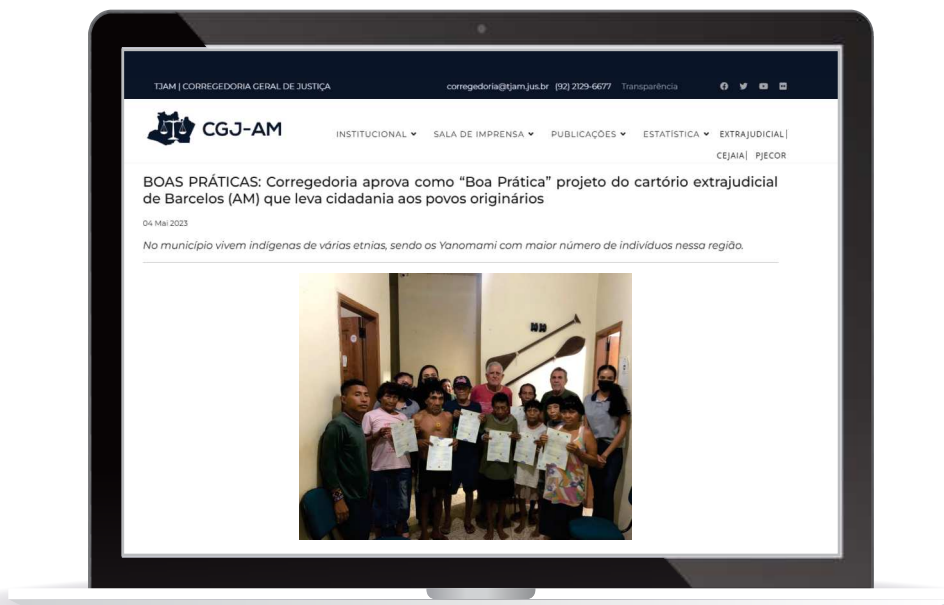
<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9795-corregedor-determina-a-cartorio-extrajudicial-o-cumprimento-imediato-de-decisao-da-justica-federal-e-esclarecimentos-a-cgj-am-sobre-o-caso>



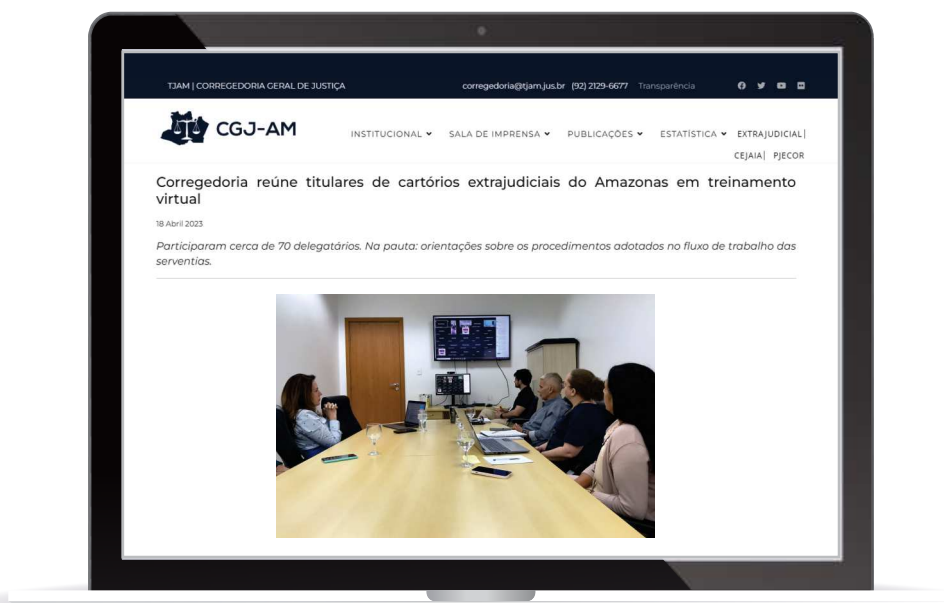
<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/8773-boas-praticas-cartorio-extrajudicial-de-japura-realizara-nova-etapa-do-projeto-voltado-ao-combate-do-sub-registro-civil-no-municipio>



Matérias Destaques



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/8440-corregedoria-aprova-como-boas-pratica-projeto-do-cartorio-extrajudicial-de-barcelos-am-que-leva-cidadania-aos-povos-originaarios>



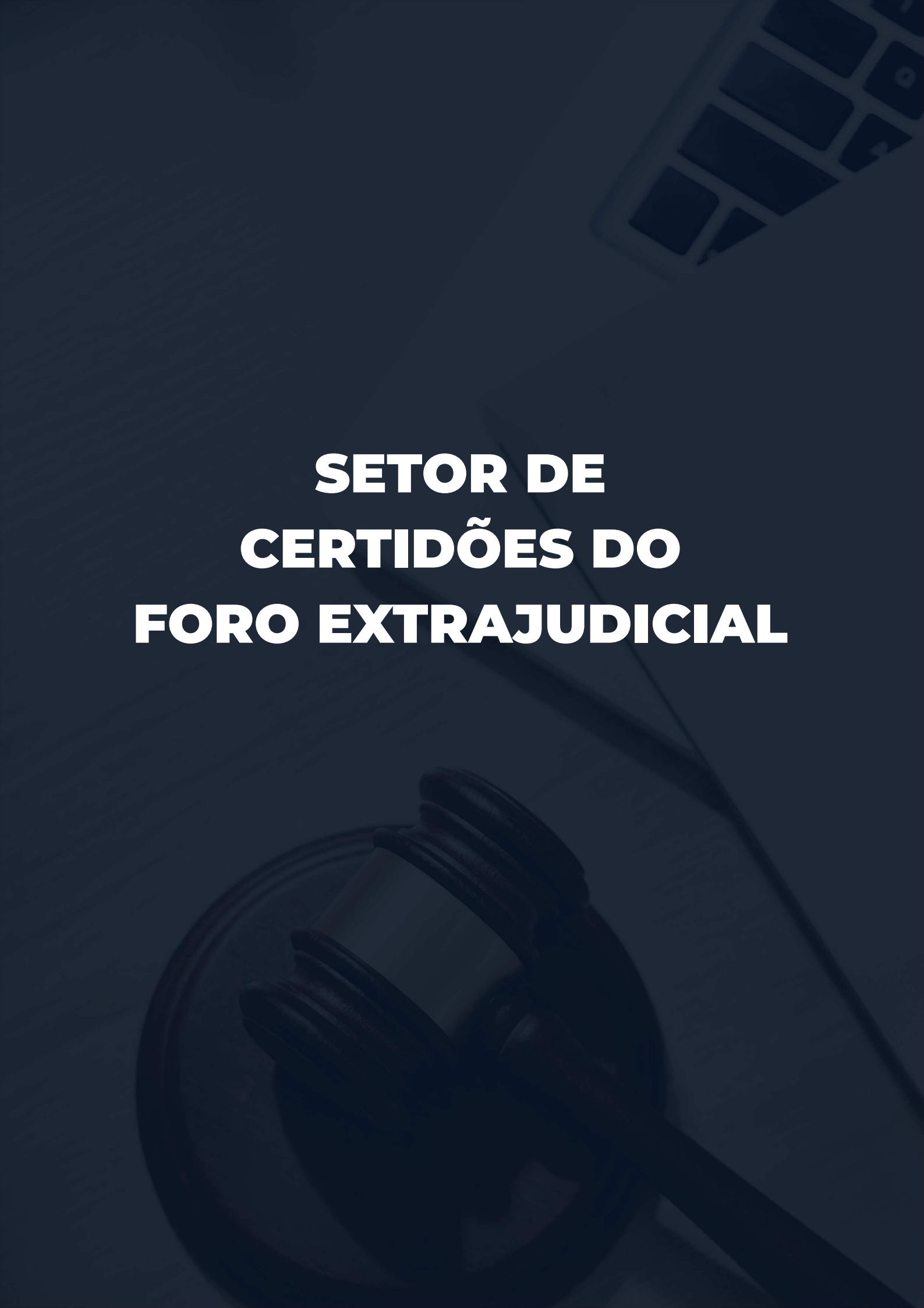
<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/8296-corregedoria-reune-titulares-de-cartorios-extrajudiciais-do-amazonas-em-treinamento-virtual>



Matérias Destaques



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/10958-curso-com-as-novas-diretrizes-para-cartorios-extrajudiciais-sobre-combate-a-lavagem-de-dinheiro-e-financiamento-ao-terrorismo-comeca-no-dia-2-de-abril>

The background is a dark, monochromatic image. In the upper right corner, a portion of a laptop keyboard is visible, showing several keys. In the lower half, a judge's gavel is positioned diagonally, with its head resting on a surface. The text is centered in the middle of the image.

SETOR DE CERTIDÕES DO FORO EXTRAJUDICIAL

Atribuições

O Setor de Certidões do Foro Extrajudicial, órgão integrante da estrutura da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, nos termos do Regimento Interno - Resolução nº 58/2023, compete, no âmbito do registro civil, prestar assistência as pessoas carentes, orientando e providenciando o necessário à obtenção de 2ª via de certidões de nascimento, casamento, óbito, bem como averbações e retificações legais de acordo com a Lei nº 6.015/73 - Dispõe dos Registros Públicos.

- Receber e atender aos expedientes do Gabinete do Corregedor Geral da Justiça e dos Juízes-Corregedores Auxiliares;
- Cobrar das serventias os documentos que extrapolem os prazos estabelecidos em despachos;
- Manter banco de dados, acessível pela internet, para atender as consultas formuladas sobre registro e certidões do registro civil;
- Manter parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, por meio do Instituto de Identificação, Defensoria Pública e demais Instituições;
- Zelar pelos prazos dos procedimentos inerentes as suas atribuições;
- Executar outras atividades compatíveis com sua natureza.

Atividades Desenvolvidas

O Setor de Certidões da CGJ-AM assegura a gratuidade de segundas vias de registro civil de pessoas naturais, hipossuficientes, registros estes que abrangem: certidões de nascimento, de casamento e de óbito, bem como averbações e retificações legais.

O atendimento ao público é efetuado de forma presencial, de acordo com a necessidade do requerente as solicitações são encaminhadas as serventias extrajudiciais por meio de ofícios, declarações de hipossuficiência juntamente com a cópia dos documentos ou dados extraídos através dos sistemas utilizados por este Setor como ferramenta de assistência.

Requerentes que solicitam certidões do interior do Amazonas e preferem o documento no formato físico ou de outros estados da federação arcam apenas com as custas postais de acordo com o Provimento de nº 413/2022.

Planejamento Estratégico

Organização do acervo histórico e atualização das filas processuais do SAJ/PG5

No ano de 2023 foi identificado que o acervo contava com **certidões abandonadas há cerca de 1 década** e com aproximadamente

18.175
processos desatualizados no SAJ/PG5

Conforme estabelecido na **Portaria nº 17/2024 - TJAM**, o Grupo de Trabalho no Setor de Certidões atuou para fins de organização do acervo histórico e atualização das filas processuais do SAJ/PG5, com tempo de duração de 60 (sessenta) dias, constituído pelos seguintes membros abaixo:

- **Naiara Benchaya Marinho (coordenadora);**
- **João Sampaia Sobrinho;**
- **Josué Freitas da Costa;**
- **Janeide Ferreira de Souza.**

Após a finalização do grupo de trabalho, foram contabilizados

5.302 + 3.762
certidões negativas certidões positivas

= 9.064
total de certidões

No **Sistema SAJ/PG5**, o quantitativo de **18.175** (dezoito mil cento e setenta e cinco) **processos desatualizados foram alocados nas filas de trabalho corretas**, no qual encontra-se **100% atualizado**, constando, portanto, um total de:

70.455
processo encerrados
(na data 18 de março de 2024)

Realização de Ações Sociais e Eventos

Semana Nacional do Registro Civil - REGISTRE-SE

A 1.ª e 2.ª Semana Nacional do Registro Civil, sob a coordenação no estado da Corregedoria Geral de Justiça - CGJ/AM e com atuação em parceria de órgãos e instituições do Amazonas, conforme o Provimento nº 140/2023, seguiu com atendimento ao público-alvo do "Registre-se", sendo os povos indígenas, as pessoas em situação de rua, hipossuficientes, os migrantes e a população carcerária.

No primeiro evento, no ano de 2023, os serviços se deram da seguinte forma: os servidores atenderam requerentes registrados no interior e outro estado, por meio de formulários, que foram preenchidos com os dados do requerente e orientados que após 30 (trinta) dias, Anoreg/ AM efetuará contato telefônico para agendar o recebimento da certidão na sede do órgão após a data do evento do "Registre-se". Em casos registrados na capital, eram orientados e encaminhados aos Cartórios da Capital que participaram do evento.

No segundo evento, no ano de 2024, o Juiz Corregedor Auxiliar 03, Exmo. Dr. Rafael Almeida Cro Brito, viabilizou o acesso ao sistema do CRC-JUD, para tão somente as buscas de certidões de nascimento, casamento e óbito a nível nacional, não sendo permitido por este Setor a solicitação e a emissão no referido sistema, para que ocorresse atendimento célere no dia da ação. Além disso, foi disponibilizado na semana do evento um módulo do "Registre-se" destinado para solicitações das 2ª vias de certidões de nascimento, casamento e óbito.

Os servidores do Setor de Certidões do Foro Extrajudicial atuaram no evento com informações e orientações dos serviços oferecidos aos solicitantes e encaminhamentos à Defensoria Pública ou aos Cartórios de Registro Civil da capital.

Na data de 8 a 12 de maio de 2023, ocorreu a 1.ª Semana Nacional do Registro Civil

estimativa de
1.150
de atendimentos no evento

Na data de 13 a 17 de maio de 2024, ocorreu a 2.ª Semana Nacional do Registro Civil

estimativa de
1.721
de atendimentos no evento

Setor de Certidões do Foro Extrajudicial

Trabalho Desenvolvido pela Casa de Justiça e Cidadania

A partir do dia 13 de fevereiro de 2015 a Casa da Cidadania ficou encarregada, por meio do Pronto Atendimento ao cidadão (PAC), a atender a população hipossuficiente na solicitação da segunda via de certidão de nascimento, casamento e óbito, trabalho feito dentro do sistema SEI, conforme disposto na Resolução nº 58/2023, ficando todo encargo de cobrança junto às serventias e entrega das referidas certidões ao Setor de Certidões - CGJ.

Importante frisar que todo serviço oferecido e prestado pela casa de cidadania está vinculado ao Setor de Certidões da corregedoria, acolhendo as orientações da Resolução nº 001 de maio de 2014 (Regimento interno da Corregedoria Geral de Justiça), realizando as atividades de segunda a sexta-feira, das 8h as 14h, em benefício da população hipossuficiente.

**No biênio, pela Casa de
Justiça e Cidadania,
foram emitidos**

aproximadamente
2.502

**ofícios, solicitando
certidões para os
cartórios**

Instituições Atendidas

As instituições sociais operam como mediadoras levando aos assistidos a oportunidade de se adequarem aos padrões sociais a fim de que não haja divergência entre a vida individual e a vida social.

A Corregedoria por meio do Setor de Certidões do Foro Extrajudicial firmava contrato de parceria com as Instituições do Estado, totalizando 37 (trinta e sete) cadastradas e atendidas, para que possam representar os dependentes químicos, moradores de rua, albergados, enfermos, nos serviços oferecidos pelo Setor de Certidões. Constavam cadastradas:

- CRAS Careiro Castanho;
- CREAS Iranduba;
- CRAS Maués;
- Conselho Tutelar Zona Centro Oeste (CTZCO);
- Conselho Tutelar Zona Oeste (CTZL);
- Conselho Tutelar Zona Leste I (CTZLI);
- Conselho Tutelar Zona Leste II (CTZLII);
- Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP);
- Fundação Dr. Thomas;
- Casa do Idoso São Vicente de Paula;
- SEMASC;
- INACESELAM;
- Nova Aliança;
- Centro POP;
- FECONSEG;

- Instituto de Assistência Social Educacional, Cultural, Esporte, Lazer do Amazonas;
- Centro de Referência Especial de Assistência Social CREAS;
- CREAS Maués;
- Serviço de Acolhimento Institucional Amine Daou Lindoso - SEMASC;
- Centro Social Caminho Segura;
- Associação Mãos Amigas;
- Instituição Conselho Tutelar Zona Rural;
- Associação Philippe Sociais da Comunidade Nova Aliança;
- PAC Iranduba;
- EMED Presidente Figueiredo;
- CREAS Centro Oeste SEMASC;
- Centro de Formação Vida Alegre;
- Instituto de Direito do Terceiro Setor;

Setor de Certidões do Foro Extrajudicial

- Prefeitura Municipal de Manacapuru;
- Conselho Tutelar 1 da Cachoeirinha;
- Ministério Internacional Libertação Mundial;
- Instituto Amigos da Família - Iafam;
- Casa Andrea;
- Projeto Reeducação;

- Agremiação Social da Pessoa com Deficiência do Residencial Viver Melhor - AGREPEDEV;
- Instituto de Assistência Social Educacional, Cultural, Lazer Do Amazonas;
- Conselho Tutelar Zona Rural.

Após a publicação do Provimento nº 462/2024 - CGJ/TJAM, que entrou em vigor no dia 1º de agosto de 2024, houve a Regulamentação dos procedimentos do Setor de Certidões quanto ao número de atendimento ao público, devido ao aumento significativo de atendimento diário ao público em geral. De igual forma, houve regulamentação na forma de firmar o Acordo de Parceria Técnica junta as instituições e a Corregedoria.

Durante o mês da publicação do provimento, houve manifestação de uma única instituição junto à Corregedoria - Associação dos Moradores da Colônia Agrícola Terra Nova - em busca da participação das ações de cidadania do TJAM e formalização do Acordo de Cooperação Técnica, na forma regulamentar do TJAM, de acordo com as normas da lei nº 14.133/2021.

Projeto Câmara Cidadã

A Corregedoria Geral de Justiça - CGJ/AM, representada pelo Setor de Certidões do Foro Extrajudicial, participou ativamente nos dias 11 e 12 de abril do ano de 2024, na 1.ª Edição do Projeto Câmara Cidadã, com a finalidade de solicitar segunda via de certidões (nascimento, casamento e óbito) via ofício junto aos cartórios da capital, interior e estados da federação, além de prestar informações e orientações aos solicitantes, os encaminhados a Defensoria Pública, ou aos Cartórios de Registro Civil da capital.

A equipe disponibilizada na participação do evento, pelos seguintes membros abaixo:

- Marcia de Oliveira Frees;
- Camila Rejane Ferreira Oliveira;
- Joao Sampaia Sobrinho;
- Jose Guilherme Sampaia D' Almeida;
- Oswaldo Antonio Gadelha Holanda;
- Daniel Pereira da Silva Junior.

**2 dias
de ação**

contabilizados
202
serviços prestados

Produtividade Desenvolvida Setor

17.308

Expedição de Ofício para
Capital, Interior e outro
Estado

4.865

Entrega de Certidões

2.151

Certidões Positivas Disponíveis
para Entrega

623

Certidões Negativas Disponíveis
para Entrega

1.675

Pedidos em andamento
(solicitação das 2.ª vias para interior e outro estado)

2.500

Requerimento de Retificação
Administrativo

12.433

E-mails enviados solicitação e
cobrança

1.150

Atendimentos em 2023
Semana Nacional do Registro Civil

1.721

Atendimentos em 2024
Semana Nacional do Registro Civil

37

Instituições cadastradas
junto ao Setor de
Certidões em 2023

01

com processo em andamento
para o Acordo de Cooperação
Técnica, conforme Provimento
nº 462/2024.

SETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA CGJ/AM

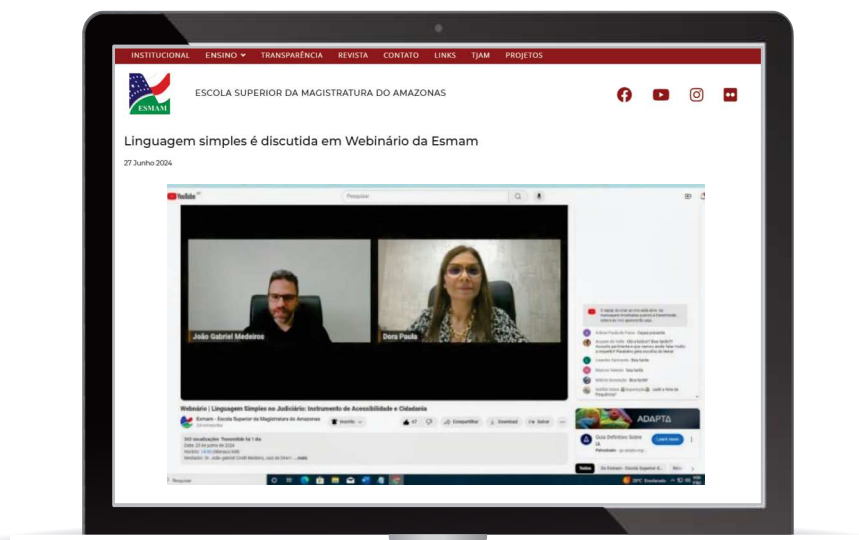


Reuniões de Sensibilização sobre Linguagem Simples no Judiciário



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/12471-corregedoria-inicia-rodada-de-reunioes-setoriais-para-discutir-a-importancia-do-uso-da-linguagem-simples-em-documentos-do-orgao>

Webinário sobre linguagem simples no judiciário - ESMAM/CGJ

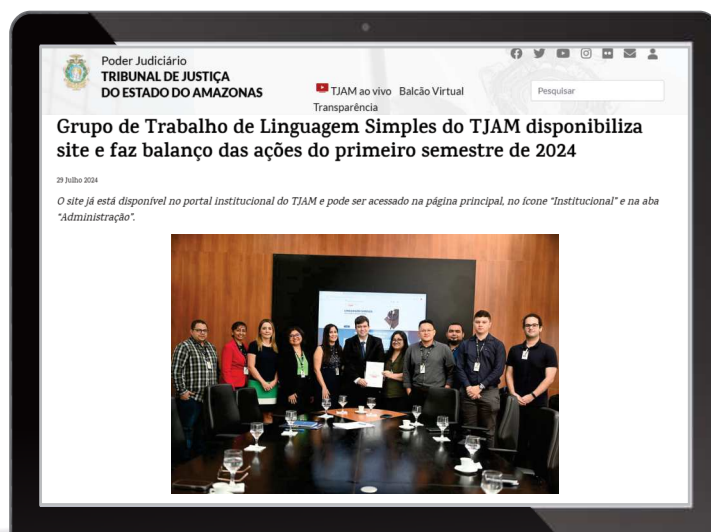


<https://www.tjam.jus.br/index.php/esmam-noticias/11797-linguagem-simples-e-discutida-em-webinario-da-esmam>

Principais Ações no Biênio:

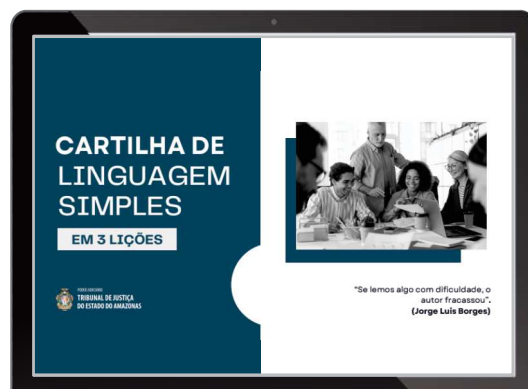
1. Projeto Linguagem Simples no Judiciário:

Participação no grupo de trabalho sobre Linguagem Simples do TJAM



<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/12018-grupo-de-trabalho-de-linguagem-simples-do-tjam-lanca-site-e-faz-balanco-das-acoes-do-primeiro-semester>

Elaboração do Guia e da Cartilha de Linguagem Simples no Judiciário



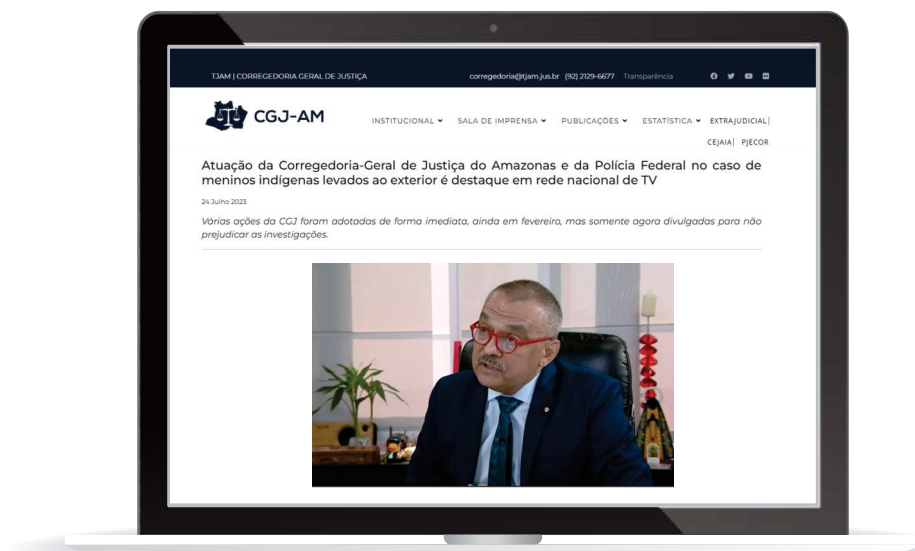
<https://www.tjam.jus.br/index.php/linguagem-simples>



Entrevista ao Fantástico - Rede Globo

2. Atuação Direta em Pautas com Repercussão Nacional

Crianças indígenas de SGC levadas para exterior 2023 – Fantástico – Rede Globo



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9046-atuacao-da-corregedoria-geral-de-justica-do-amazonas-e-da-policia-federal-no-caso-de-meninos-indigenas-levados-ao-exterior-e-destaque-em-rede-nacional-de-tv>





**Trechos da reportagem sobre a ação no Alto Solimões,
veiculada na Tv Justiça**



Conflito fundiário em Lábrea e Boca do Acre 2024 – Jornal Hoje – Rede Globo



3. Projeto Manual de Identidade Visual da CGJ

Apresentação das aplicações para a marca visual, paleta de cores, backgrounds, tipografias e todas as peças de comunicação da CGJ



Produção de conteúdo e Monitoramento diário:

Acompanhamento contínuo das métricas de engajamento (curtidas, compartilhamentos, comentários), e ajustes ágeis das estratégias conforme necessário.

Resultados alcançados

Aumento do alcance

incremento de mais

300%

no número de seguidores e alcance de publicações, demonstrando maior interesse do público nas informações compartilhadas.

Engajamento efetivo

aumento de

87,3%

na taxa de engajamento, refletindo maior interação com a audiência.

Feedback positivo

Recebimento de feedbacks positivos da comunidade, destacando a transparência nas ações da Corregedoria e a eficácia na comunicação.

Fortalecimento da imagem institucional

Aumento da percepção positiva da Corregedoria Geral de Justiça como uma instituição acessível, educativa e comprometida com a justiça.

Comunicação Interna

120

Comunicados através de aplicativo de mensagem (até 07/08/2024)

Atualização Mural - Recepção da CGJ

Mensal

Comunicação Externa

Assessoria de imprensa: press-releases enviados à imprensa local e nacional, cobertura midiática e interação com os veículos de comunicação;

Produção de matérias jornalísticas:

265

matérias jornalísticas.

de janeiro de 2023 a julho de 2024

Mídias Sociais



@corregedoriatjam



@CorregedoriaGeraldeJustica



corregedoriageraldejusticadotjam





Eventos Especiais

1º Semestre de 2024

Destaque no Fantástico com a série Invisíveis



<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/06/16/invisiveis-nova-serie-do-fantastico-acompanha-a-rotina-da-populacao-que-nao-tem-registro-pelo-pais.ghtml>



Eventos Especiais

1º Semestre de 2024

Operação da CGJ com a Polícia Federal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Receita Federal do Brasil (RFB); Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e profissionais de Registro de Imóveis





Eventos Especiais

2º Semestre de 2024

6.º Fórum Fundiário Nacional



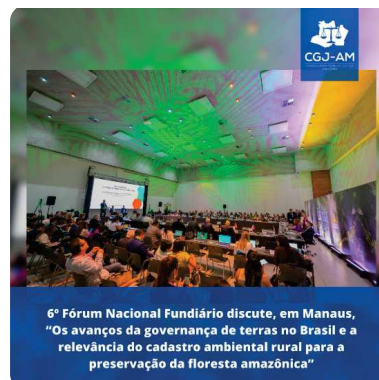
Abertura das atividades do 6.º Fórum Fundiário Nacional no Vasco Vasques



Corregedores definem diretrizes na "Carta de Manaus", no final do Encôge



"Governança fundiária é indispensável para se falar em sustentabilidade", diz procurador do Instituto de Terras do Piauí



6º Fórum Nacional Fundiário discute, em Manaus, "Os avanços da governança de terras no Brasil e a relevância do cadastro ambiental rural para a preservação da floresta amazônica"



Eventos Especiais

2º Semestre de 2024

94.º Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais de Justiça (Encoge)



**Cerimônia de Abertura do 94º ENCOGE -
Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais
da Justiça e 6º Fórum Fundiário Nacional**



O corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, participa do Encoge em Manaus



Conferência de abertura do 94.º Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais de Justiça destaca "A Amazônia e os Direitos Fundamentais de seus Habitantes"



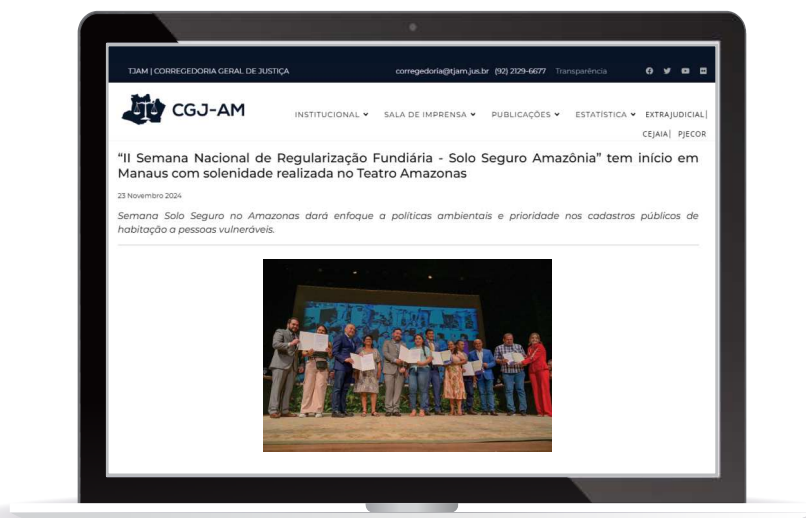
Manhã de atividades do 94º ENCOGE - Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça no Vasco Vasques



Eventos Especiais

2º Semestre de 2024

II Semana Nacional de Regularização Fundiária - Solo Seguro Amazônia



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/13077-ii-semana-nacional-de-regularizacao-fundiaria-solo-seguro-amazonia-tem-inicio-em-manaus-com-solenidade-realizada-no-teatro-amazonas-2>



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/13073-2-semana-solo-seguro-amazonia-legal-equipe-do-sistema-judiciario-realiza-visita-tecnica-a-instituicao-de-acolhimento-e-projeta-acoes-em-beneficio-da-populacao-lgbtqiapn-2>



Eventos Especiais

2º Semestre de 2024

Reconhecimento à comunidade LGBTQIAPN+ Indígena no Amazonas





Eventos Especiais

2º Semestre de 2024

II Semana Nacional de Regularização Fundiária - Solo Seguro Amazônia



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/13045-semana-solo-seguro-amazonia-legal-audiencia-publica-discute-regularizacao-fundiaria-em-ipixuna>



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/13075-municipio-de-coari-sob-coordenacao-da-corregedoria-geral-de-justica-do-amazonas-promove-entrega-de-350-titulos-definitivos-na-abertura-da-2-edicao-da-semana-solo-seguro-amazonia-legal-2>

GABINETE 01

**JUIZ AUXILIAR
DR. ÁLDRIN HENRIQUE
DE CASTRO RODRIGUES**



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-



Relatório das Atividade Desenvolvidas pelos Núcelos e Gabinete Coordenados pelo Juiz Auxiliar 1 (2023)

No Estado do Amazonas, havia a necessidade de orientação e fiscalização, pela Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, nas ações que visam promover a regularização fundiária em todo o território estadual, com o objetivo de garantir o acesso à moradia e o desenvolvimento sustentável da região.

Dessa forma, o Provimento n° 438/2023-CGJ/AM editado pelo Exmo. Des. Corregedor-Geral de Justiça, Dr. Jomar Ricardo Saunders Fernandes, instituiu o Núcleo de Regularização Fundiária no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

A partir do Provimento n° 446/2023, publicado na página 6 do caderno extra do Diário da Justiça Eletrônico (DJE), do dia 17 de julho. o Núcleo de Regularização Fundiária da Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas, instituído no final de abril deste ano (Provimento n.º 438/2023), contou com nova atribuição e passou a se chamar Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade (NGFS/CGJ-AM).

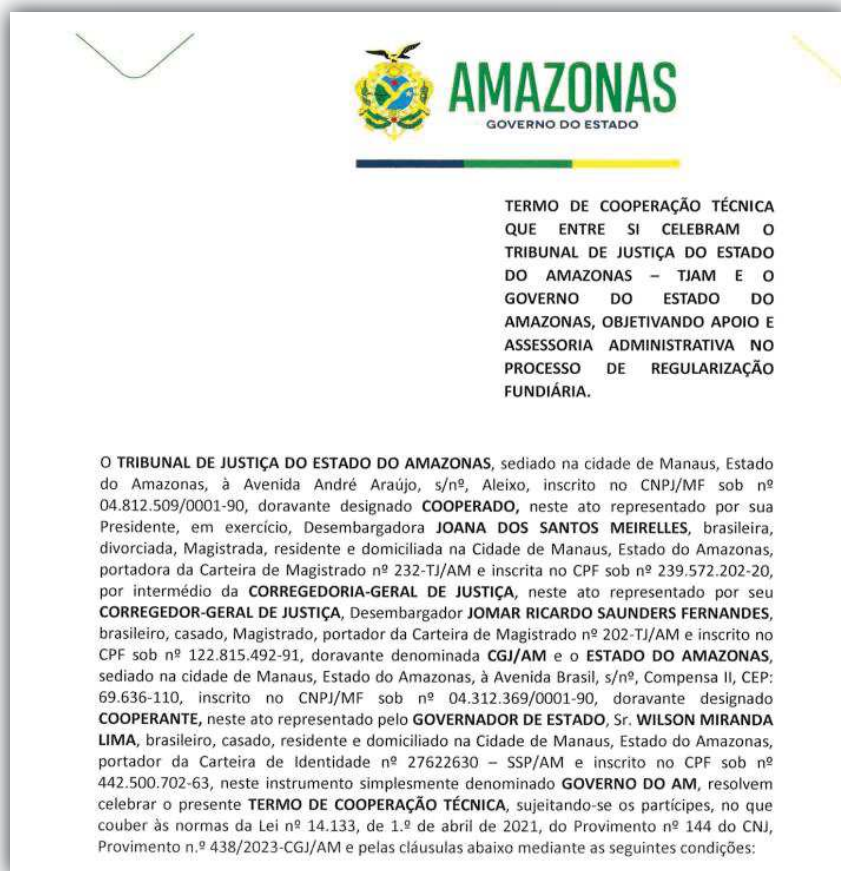
Para o devido cumprimento das responsabilidades atribuídas ao Núcleo, foram realizar diversas atividades, reuniões, audiências, atendimentos, notas técnicas, parecerias técnicas, ofícios, campanhas, eventos, dentre outros. Vejamos abaixo as tarefas desenvolvidas pelo NGFS.

Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) e o Governo do Estado do Amazonas, objetivando apoio e Assessoria Administrativa no Processo de Regularização Fundiária.

Na data de 19 de junho de 2023, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), por intermédio da Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ/AM), representando pelo Exmo. Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes e o Estado do Amazonas, representado pelo Governador de Estado, Sr. Wilson Miranda Lima, celebraram o Termo de Cooperação Técnica.

O Termo citado, com vigência de 03 (três) anos, tem como objetivo geral a Coordenação do Projeto "Programa Permanente de Gestão Fundiária e Sustentabilidade da Amazônia", através do intercâmbio de dados, informações, documentos, estudos, pesquisas, relatórios e diagnósticos e a realização de atividades institucionais e educativas nas áreas agrárias e fundiárias necessários ao acompanhamento dos conflitos agrários e da regularização fundiária no Estado do Amazonas.

Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/8797-tjam-corregedoria-e-governo-do-estado-assinam-termo-de-cooperacao-para-avancar-na-regularizacao-fundiaria-no-amazonas>

Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues–

Termo de Cooperação Técnica entre o TJAM e a Superintendência da Polícia Federal no Amazonas

Os representantes do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), da Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ/AM) e da Superintendência da Polícia Federal no Amazonas assinaram em 21/08/2023 na sede do Poder Judiciário amazonense, o Acordo de Cooperação Técnica n.º 045/2023-TJAM que tem por objetivo promover um maior compartilhamento de informações entre esses órgãos a fim de prevenir e combater a exploração infantil no estado, principalmente o tráfico de crianças e adolescentes.



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9230-poder-judiciario-do-amazonas-e-policia-federal-assinam-cooperacao-tecnica-para-facilitar-a-troca-de-informacoes-que-auxiliem-no-combate-a-exploracao-e-trafico-de-criancas-e-adolescentes>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Audiência Pública na Comarca de São Gabriel da Cachoeira/AM sobre regularização fundiária do município e situação de vulnerabilidade dos povos indígenas.

A audiência pública realizada em 10 de agosto de 2023 em São Gabriel da Cachoeira (município localizado a 852 quilômetros de Manaus), dá cumprimento às diretrizes estabelecidas pelo Provimento n. 144/2023, da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece a criação do Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal e incentiva o respeito ao meio ambiente e aos povos originários por meio de ações e eventos de conscientização, coordenados pelas Corregedorias Estaduais de Justiça e contou com a participação de diversas autoridades.



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9172-judiciario-do-am-realiza-audiencia-publica-em-sao-gabriel-da-cachoeira-para-discutir-regularizacao-fundiaria-do-municipio-e-situacao-de-vulnerabilidade-dos-povos-originais-na-regiao> e <https://www.youtube.com/watch?v=pPJNAPWGOEY>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Ofícios enviados (2023-2024)

Durante o biênio 2023-2024, foram enviados diversos ofícios aos órgãos e autoridades competentes que versam sobre a regularização fundiária no Estado do Amazonas e enviados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dentre os quais podemos citar:

OFÍCIOS ENVIADOS	TEMA DO OFÍCIO
Ofício Nº 01/2024 NGFS/CGJ	Informações acerca da entrega de títulos pelo Município de Presidente Figueiredo/AM
Ofício Nº 02/2024 NGFS/CGJ	Esclarecimentos acerca da Quantidade de Títulos Registrados no Município de Presidente Figueiredo/AM
Ofício Nº 03/2024 NGFS/CGJ	Informações sobre entrega de Títulos Registrados e processos de regularização fundiária da Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários (SEMhaf)
Ofício Nº 04/2024 NGFS/CGJ	Informações sobre a entrega de Títulos Registrados no Estado do Amazonas enviado a Secretaria de Estado das Cidades e Territórios (SECT)
Ofício Nº 05/2024 NGFS/CGJ	Divulgação de notícias e matérias sobre Regularização Fundiária enviado ao Setor de Comunicação Social da Corregedoria-Geral do Estado do Amazonas (CGJ/AM)
Ofício Nº 06/2024 NGFS/CGJ	Indicação de locais e estimativa do número de títulos que serão entregues durante a semana do "Solo Seguro - Favela" enviado ao Exmo. Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Luís Felipe Salomão
Ofício Nº 07/2024 NGFS/CGJ	Resposta ao Ofício nº 731/2024-GAB/SECT
Ofício Nº 08/2024 NGFS/CGJ	Ofício enviado a vários Juízes Diretores dos foros das Comarcas do Interior e dos Oficiais de Registro das respectivas comarcas que prestem informações sobre a regularização dos prédios onde funcionam os fóruns
Ofício Nº 09/2024 NAPPV/CGJ	Reiteração do Ofício Nº 08/2024 NGFS/CGJ

Eventos do NGFS (2023)

Durante o biênio, foram realizados diversos eventos promovidos pelos Núcleos coordenados por este Juiz Auxiliar, bem como houve a participação de cursos e demais cerimônias.

Curso de Capacitação em Gestão de Terras, Regularização Fundiária, Direito Agrário e Registral Imobiliário.

Uma parceria entre a Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas (CGJ/AM) e a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas (Ejud/TJAM) viabilizou a realização do curso de capacitação em Política de Regularização Fundiária, com ênfase na Amazônia Legal, para delegatários dos serviços judiciais do Estado, magistrados e demais operadores do direito. Em pauta a governança de terras, regularização fundiária, Direito Agrário e Registral Imobiliário.



<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/8261-curso-realizado-em-parceria-entre-cgj-am-e-ejud-lanca-luz-nas-politicas-de-regularizacao-fundiaria-com-ênfase-na-amazonia-legal> e <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/8677-cgj-am-e-ejud-promoveram-curso-sobre-governanca-de-terras-regularizacao-fundiaria-direito-agrario-e-registral-imobiliario>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Workshop Governança Fundiária e Sustentabilidade

O evento, idealizado e coordenado pelo Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade da Corregedoria (NGFS/CGJ-AM), em parceria com a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas (Ejud), ocorreu no formato presencial, no auditório do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM), localizado na Avenida Efigênio Salles, 1.155, bairro do Aleixo, zona Centro-Sul de Manaus. A intenção com o evento é capacitar os gestores públicos em relação à temática, sanar dúvidas e prepará-los para a realização da Semana "Solo Seguro" nos seus municípios, que acontecerá no final de agosto.

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9172-judiciario-do-am-realiza-audiencia-publica-em-sao-gabriel-da-cachoeira-para-discutir-regularizacao-fundiaria-do-municipio-e-situacao-de-vulnerabilidade-dos-povos-originais-na-regiao> e <https://www.youtube.com/watch?v=pJNAPWGOEY>



Entrega de títulos definitivos registrados na Comarca de Apuí/AM

Evento realizado em 01/09/2023, a Ação fez parte da programação da Semana de Regularização Fundiária "Solo Seguro", que encerrou na sexta-feira (1.º/9).



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9343-equipe-da-corregedoria-geral-de-justica-acompanha-a-entrega-de-titulos-registrados-em-apui-no-interior-do-amazonas>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Entrega de 281 títulos registrados preferencialmente a mulheres na comarca de Parintins/AM

Durante o evento, que aconteceu no ginásio da Escola Estadual Tomaszinho Meirelles, em 11 de novembro de 2023 no município de Parintins, foram beneficiadas centenas de famílias da comunidade Pascoal Alaggio, área com alta densidade populacional e baixa infraestrutura, situada na zona urbana de Parintins, através da entrega de 281 títulos definitivos entregues no último dia 11 de novembro em Parintins (município a 369 quilômetros de Manaus), 230 foram registrados em nome de mulheres, dando cumprimento ao Decreto assinado no dia 31 de outubro de 2023, pelo governador do Amazonas, Wilson Lima.

Os documentos entregues pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado das Cidades e Territórios (Sect), garantem juridicamente a propriedade do imóvel e possibilita, às famílias beneficiárias, acesso ao crédito para financiamento de construção, reforma e ampliação do bem; além de permitir a condição de herança legal e promover a valorização da área.



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9797-em-parintins-corregedoria-participa-de-entrega-de-titulos-de-imoveis-preferencialmente-a-mulheres#:~:text=Publica%C3%A7%C3%B5es-,Em%20Parintins%2C%20Corregedoria%20participa%20de%20entrega%20de,de%20im%C3%B3veis%20preferencialmente%20a%20mulheres&text=A%20a%C3%A7%C3%A3o%20aconteceu%20no%20C3%BAltimo,assinado%20em%20outubro%20deste%20ano.>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Entrega de 300 títulos registrados na Comarca de Coari/AM

O Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Amazonas, criado a partir do Provimento n.º 446/2023-CGJ, realizou em 10.12.2024, a entrega de 300 títulos de terra definitivos em parceria com a Prefeitura de Coari (a 363 quilômetros de Manaus). Os documentos foram expedidos pelo município para regularizar núcleos informais no bairro denominado Nazaré Pinheiro, que surgiu a partir de ocupação irregular de áreas urbanas do município. Durante o evento, foram realizadas ações sociais como corte de cabelo, serviços de estética e expedição de documentos pelo cartório extrajudicial de Coari.



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9997-cgj-am-realiza-entrega-de-300-titulos-de-areas-urbanas-na-comarca-de-coari#:~:text=O%20N%C3%BAcleo%20de%20Governan%C3%A7a%20Fundia,a%20363%20quil%C3%B4metros%20de%20Manaus>



Reunião com SUHAB, SECT e Secretaria Municipal de Produção Rural de Parintins

O corregedor-geral de Justiça do Amazonas, desembargador Jomar Saunders Fernandes, reuniu, em 27.09.2023, o secretário de Estado das Cidades e Territórios, João Coelho Braga, e o coordenador fundiário da secretaria Municipal de Produção Rural de Parintins, Sandro Martins, para tratar do planejamento de iniciativas relacionadas a regularização das terras daquele município, localizado a 372 quilômetros de Manaus.



Desde junho, sob a coordenação do Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade (NGFS) do Poder Judiciário do Amazonas, equipes da Superintendência Estadual de Habitação (Suhab) e Secretaria de Estado das Cidades e Territórios (SECT) realizam ações de cadastramento para regularização fundiária em áreas urbanas de Parintins. Até agora 281 títulos foram analisados e aprovados pelo NGFS e pelo 2.º Ofício de Registros de Imóveis local.

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9478-reuniao-entre-judiciario-e-executivo-reforca-parceria-para-a-efetivacao-de-politicas-publicas-de-regularizacao-fundiaria-no-interior-do-am>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Audiência Pública na Comarca de Parintins/AM sobre regularização fundiária no município.

A Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas (CGJ/AM), por meio do Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade (NGFS), realizou em 21 de setembro de 2023, Audiência Pública no município de Parintins (distante 372 quilômetros de Manaus) para conhecer a realidade local e discutir, com autoridades estaduais e municipais, políticas públicas que atendam, efetivamente, as necessidades habitacionais de um dos municípios com maior densidade populacional do Amazonas e de grande expressão cultural no país – que, todos os anos, recebe milhares de turistas para assistir o Festival Folclórico protagonizado pelos bumbás Caprichoso e Garantido.



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9464-cgj-am-discute-regularizacao-urbana-do-municipio-de-parintins>



Entrega de 507 títulos definitivos a famílias indígenas na Comarca de São Gabriel da Cachoeira/AM, com a Participação do Ministro de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

A entrega dos documentos foi realizada em 31 de novembro de 2023 em cerimônia festiva que preservou características culturais dos povos originários da região e contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira; do presidente do Incra, César Aldrighi; do governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima; do diretor de Governança Fundiária; João Pedro Gonçalves; do superintendente do Incra no estado, Denis da Silva; dentre outras autoridades das várias esferas de poder.



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/9710-corregedoria-participa-da-entrega-de-507-titulos-de-terra-a-familias-indigenas-de-sao-gabriel-am>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Entrega de 355 títulos definitivos em bairros de Manaus

Ação de regularização fundiária e de reassentamento de famílias das comunidades da Sharp e Manaus 2000 realizado em 11/09/2023. Foram entregues 355 títulos definitivos de imóveis a moradores de bairros da capital e reassentadas mais 22 famílias da área de intervenção do Programa Social e Ambiental de Manaus e Interior (Prosamin+).



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9364-tjam-acompanha-a-entrega-de-355-titulos-de-imoveis-pelo-governo-do-amazonas>



Audiência Pública na Comarca de Presidente Figueiredo/AM sobre regularização fundiária do município

A Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas (CGJ/AM), por meio do Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade (NGFS), realizou em 14/09/2023, em parceria com o Poder Municipal, uma Audiência Pública na cidade de Presidente Figueiredo (distante 126 quilômetros de Manaus) para debater "Crédito de Carbono, Regularização Fundiária e Ambiental" dentro dos limites territoriais daquela localidade.



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9404-cgj-realiza-audiencia-publica-em-presidente-figueiredo-para-discutir-a-regularizacao-fundiaria-do-municipio>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Reunião Virtual com registradores de imóveis da capital e do interior

Em reunião realizada em 12/07/2023, após reunião com a CGJ, os registradores de imóveis da capital e interior assumiram compromisso de divulgar e orientar o cidadão sobre os benefícios do registro do imóvel.



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/8972-corregedoria-geral-de-justica-prepara-campanha-de-conscientizacao-para-o-registro-de-imovel-no-amazonas>



Reunião com a Associação Amazonense de Municípios e Prefeito de Rio Preto da Eva

O corregedor-geral de Justiça do Amazonas, desembargador Jomar Fernandes, reuniu-se em 22/06/2023 com o presidente da Associação Amazonense de Municípios (AAM) e prefeito de Rio Preto da Eva, Anderson Sousa (União Brasil), para discutir a gestão fundiária no âmbito dos municípios e a viabilização de medidas administrativas para o avanço da regularização de terras (rurais e urbanas) no estado.



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/8828-gestao-fundiaria-e-pauta-de-reuniao-entre-a-corregedoria-e-associacao-amazonense-de-municipios>



Semana Solo Seguro 2023



O Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal e a Semana de Regularização Fundiária foram instituídos pelo Provimento n. 144, de 25/4/2023 e lançados pelo Corregedor Nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), no dia 26/4/2023.

O referido provimento considerou a necessidade de alinhamento das ações institucionais do Poder Judiciário às diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, com especial atenção ao ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ao ODS 10 (Redução das Desigualdades), ao ODS 15 (Proteção da Vida Terrestre) e ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), bem como à Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

"O Programa Permanente de Regularização Fundiária, com vigência e eficácia sobre a área territorial da Amazônia Legal", constituída pelos estados do Pará, Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Amapá, Tocantins e Maranhão, foi criado com a finalidade de definir, coordenar e dar celeridade às medidas relativas à REURB e Rural, bem como à identificação de áreas públicas e daquelas destinadas à proteção ambiental, na forma prevista na legislação pertinente.

Em resposta ao Ofício-Circular Nº 40/COGP, no qual restou consignada a necessidade das Corregedorias-Gerais enviarem dados e relatórios, conforme previsão do art. 7º do Provimento n. 144/2023, que institui o Programa Permanente de Regularização Fundiária, no tocante ao item "ii" (plano estratégico voltado à regularização fundiária que será efetivado ao longo do ano, no prazo de 30 (trinta) dias), segue planejamento estratégico 2023/2024 do Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade (NGFS/GCJ-AM):

Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

PLANO ESTRATÉGICO 2023/2024	
MEDIDAS	DATA
Entrega de, aproximadamente, 150 títulos registrados no município de Coari;	02/12/2023
Audiência Pública orientadora para a regularização fundiária no município de Coari, com participação do Executivo municipal, Legislativo, SECT e demais integrantes da rede colaborativa;	02/12/2023
Reconhecimento pelo NGFS dos principais colaboradores para a Regularização Fundiária no Estado;	Dezembro de 2023
Envio do Projeto de Lei Estadual para criação do fundo de compensação para interesse social (REURB S);	até Dezembro de 2023
Workshop de Governança Fundiária com parceria da Secretaria Municipal de Habitação;	Fevereiro de 2024
Audiências Públicas programadas para os municípios de Maués, Lábrea, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tefé;	A partir de fevereiro de 2024
Seminário Internacional no município de Coari para discussão da exploração de recursos com sustentabilidade, bioeconomia e Regularização Fundiária;	Previsto para abril de 2024
Conclusão do diagnóstico fundiário do Estado e apresentação no site da CGJ-AM;	Até 10 de maio de 2024
Fortalecimento da rede colaborativa para aceleração da Regularização Fundiária no Estado.	

Em resposta ao Ofício-Circular Nº 33/COGP, no qual restou consignada a necessidade das Corregedorias-Gerais adotarem as medidas indicadas nos itens "I", "II" e "III" da missiva, a fim de uniformizar o evento Semana Nacional "Solo Seguro", foram prestadas as seguintes informações:

No tocante ao item "I" (dar ciência a todos os órgãos e entidades envolvidas de que os títulos deverão ser enviados às serventias extrajudiciais até a primeira semana de agosto, a fim de que possam ser entregues aos requerentes na última semana de agosto), cumpre esclarecer que a CGJ/AM já tomou as devidas providências com o envio de ofícios aos órgãos e entidades envolvidas.

Quanto ao item "II" (a expectativa/previsão do número de títulos a serem entregues, enviados para as serventias extrajudiciais, apenas para coordenação pela Corregedoria Nacional), estima-se a expedição de 1.000 (mil) títulos, todavia, o número poderá ser maior até o final da Semana "Solo Seguro".

Por fim, no que concerne ao item "III" (informar a programação, data e local do Seminário/Fórum de Governança Fundiária, durante a Semana "Solo Seguro"), considerando a extensão do território do Amazonas e a necessidade de ampliar o espectro de atuação da Governança Fundiária no Estado, de modo a facilitar a participação dos municípios e o engajamento dos registradores, a CGJ/AM realizará eventos de forma diluída, da seguinte maneira:

Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Relatório de Atividades

De modo a esclarecer as atividades do Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade, segue abaixo o resumo das informações do ano de 2023:

AÇÃO	DATA	ENTREGA	OBSERVAÇÕES
Formação do Núcleo de Regularização Fundiária no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas	24 de abril de 2023	Provimento nº 438/2023-CGJ/AM	Em cumprimento ao Provimento nº 144/2023 do Conselho Nacional de Justiça.
Elaboração do Inventário Estatístico Registral Imobiliário das Serventias Extrajudiciais do Amazonas	31 de maio de 2023	Para o inventário, o Núcleo elaborou questões que foram encaminhadas às serventias extrajudiciais de registros de imóveis, cujas respostas constam do processo PJEOR nº 0001036-17.2023.2.00.0804.	A partir das informações obtidas do inventário foi desenvolvida metodologia que orienta a tomada de decisões do Núcleo quanto a aspectos relacionados às prioridades e efetividade no processamento da regularização fundiária no Amazonas.
Realização do Curso de Capacitação em Gestão de Terras e Regularização Fundiária	12 de abril de 2023 (1ª etapa) e 29, 30 e 31 de maio de 2023 (2ª etapa)	Curso realizado em parceria da CGJ/AM com a EJUD - Escola Judicial do TJAM, dividido em duas etapas.	O conhecimento técnico-jurídico difundido entre os participantes foi de extrema importância para o processo de regularização fundiária nas diversas serventias extrajudiciais.
Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Governo do Estado do Amazonas	19 de junho de 2023	Acordo firmado entre as instituições buscou aperfeiçoar o processo de regularização fundiária em todo o Estado.	O compartilhamento de informações e apoio já garantiu o registro e entrega de títulos à parcela da população hipossuficiente nos municípios do Estado.
Definição da identidade visual do Núcleo	26 de julho 2023	Identidade visual condizente com as atribuições do núcleo.	Desenvolvimento de modelos a fim de objetivar o maior alcance e visualização do núcleo e seus objetivos.
Audiência Pública na Comarca de São Gabriel da Cachoeira	10 de agosto de 2023	O evento contou com a participação dos atores da Gestão Fundiária, oportunidade em que discutiram sobre os impactos relacionados à comunidade, economia local, preservação do meio ambiente, bem como a segurança jurídica aos ocupantes de terras, especialmente comunidades tradicionais e de baixa renda. Destaque para aspectos sociais com transversalidade do tema fundiário que, da mesma forma, merecem destaque, como a governança de terras indígenas, com preocupação humanística dos povos que habitam o Amazonas, devendo ser abordados temas como a exploração indígena, desmatamento florestal, o tráfico de jovens ao exterior, o alcoolismo e a influência da cultura do branco nos povos originários.	O evento foi realizado no Centro de Ensino Integral Pedro Fukuyei Yamaguchi Ferreira.

Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

AÇÃO	DATA	ENTREGA	OBSERVAÇÕES
Workshop Governança Fundiária e Sustentabilidade	17 e 18 de agosto de 2023	Promovido pela Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas, por meio do Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade, em parceria com a EJUD e a Associação dos Notários e Registradores do Amazonas, tendo como objetivo capacitar todos os envolvidos em relação à temática, para a efetivação do direito à moradia e à proteção ambiental. O evento contou com a presença das juristas Ana Cristina Maia e Michely Freire Fonseca Cunha, que abordaram temas relacionados à governança de terras, bem como exposição sobre teorias e práticas da regularização fundiária. De igual forma, houve abordagem quanto ao aspecto ambiental, além de apresentação de iniciativas positivas relacionadas à governança fundiária e sustentabilidade.	O evento foi realizado no Auditório do Tribunal de Contas do Amazonas.
Total de títulos registrados		1. Apuí - 87 títulos registrados, com previsão de mais títulos a serem entregues no próximo ano; 2. Autazes - 26 títulos registrados; 3. Careiro - 4 títulos registrados; 4. Itapiranga - 01 título registrado; 5. Anori - 01 título registrado; 6. Rio Preto da Eva - 30 títulos registrados; 7. Canutama - 09 títulos registrados; 8. Barreirinha - 02 títulos registrados; 9. Nhamundá - 03 títulos registrados; 10. Novo Airão - 15 títulos registrados; 11. Boca do Acre - 05 títulos registrados; 12. Manacapuru - 35 títulos registrados; 13. São Sebastião do Uatumã - 02 títulos registrados; 14. Itacoatiara - 16 títulos registrados 15. Parintins - 348 títulos registrados; 16. São Gabriel da Cachoeira - 546 títulos, sendo 152 registrados; 17. Caapiranga - 01 título registrado; 18. Itamarati - 09 títulos registrados; 19. Humaitá - 140 títulos registrados; 20. Novo Aripuanã - 03 títulos registrados; 21. Pauini - 03 títulos registrados; 22. Codajás - 10 títulos registrados; 23. Nova Olinda do Norte - 05 títulos registrados; 24. Silves - 10 títulos registrados; 25. Presidente Figueiredo - 07 títulos registrados; 26. Envira - 01 título registrado; 27. Benjamin Constant - 17 títulos registrados; 28. 3º Ofício de Manaus - 381 títulos registrados; 29. 4º Ofício de Manaus - 890 títulos registrados; 30. 5º Ofício de Manaus - 402 títulos registrados; 31. 6º Ofício de Manaus - 92 títulos registrados.	Do levantamento total de títulos registrados no Amazonas temos: • Registros de Imóveis das Comarcas do interior do Estado: 942 • Registros de Imóveis da Capital do Estado: 1.765

Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

AÇÃO	DATA	ENTREGA	OBSERVAÇÕES
Divulgação vídeo "Campanha de Regularização Fundiária, Urbana e Rural".	29 de agosto de 2023	O vídeo foi lançado pela Corregedoria durante a Semana Solo Seguro no Amazonas, conscientizando a população sobre a importância de levar o título até o cartório de registro de imóveis para a garantia do Direito de Propriedade.	Para a efetividade da mensagem, fez-se uso de uma linguagem popular e bem-humorada, encenada por artistas locais, valorizando, também, aspectos da cultura amazônica.
Audiência Pública no Município de Presidente Figueiredo	01 de setembro de 2023	O evento abordou questões fundiárias, realização do diagnóstico do município de Presidente Figueiredo, bem como soluções para eventuais dificuldades enfrentadas, com a participação das autoridades locais, do INCRA, FUNAI, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, dentre outros convidados.	O evento foi realizado no Auditório da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo.
Audiência pública no Município de Parintins	21 de setembro de 2023	O evento abordou questões fundiárias com a participação de representantes da Prefeitura, Poder Legislativo, Associações, Ministério Público e Defensoria Pública, com a finalidade de discutir políticas públicas que atendam, efetivamente, às necessidades habitacionais.	O evento foi realizado no Auditório do Fórum de Justiça Desdor. Raimundo Vidal Pessoa.

Resultados da Semana de Regularização Fundiária "Solo Seguro" 2023

De modo a esclarecer as atividades do Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade, segue abaixo o resumo das informações do ano de 2023:

Abaixo, será demonstrado, de maneira simplificada, os resultados obtidos na Semana de Regularização Fundiária "Solo Seguro" 2023.

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE TÍTULOS REGISTRADOS	MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE TÍTULOS REGISTRADOS	MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE TÍTULOS REGISTRADOS
Apuí	87 TÍTULOS REGISTRADOS	Barreirinha	2 TÍTULOS REGISTRADOS	Parintins	348 TÍTULOS REGISTRADOS
Autazes	26 TÍTULOS REGISTRADOS	Nhamundá	3 TÍTULOS REGISTRADOS	São Gabriel da Cachoeira	546 TÍTULOS, SENDO 152 REGISTRADOS
Careiro	4 TÍTULOS REGISTRADOS	Novo Airão	15 TÍTULOS REGISTRADOS	Caapiranga	1 TÍTULO REGISTRADO
Itapiranga	1 TÍTULO REGISTRADO	Boca do Acre	5 TÍTULOS REGISTRADO	Itamarati	9 TÍTULOS REGISTRADOS
Anori	1 TÍTULO REGISTRADO	Manacapuru	35 TÍTULOS REGISTRADOS	Humaitá	140 TÍTULOS REGISTRADOS
Rio Preto da Eva	30 TÍTULOS REGISTRADOS	São Sebastião do Uatumã	2 TÍTULOS REGISTRADOS	Novo Aripuanã	3 TÍTULOS REGISTRADOS
Canutama	9 TÍTULOS REGISTRADOS	Itacoatiara	16 TÍTULOS REGISTRADOS	Pauini	3 TÍTULOS REGISTRADOS

Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS SEMANA SOLO SEGURO		
EVENTO	ABORDAGEM	DATA
Audiência Pública em São Gabriel da Cachoeira/AM	O evento contará com a participação dos atores da Gestão Fundiária, oportunidade em que haverá discussão sobre os impactos relacionados à comunidade, economia local, preservação do meio ambiente, bem como a segurança jurídica aos ocupantes de terras, especialmente comunidades tradicionais e de baixa renda. Também haverá destaque para aspectos sociais com transversalidade do tema fundiário que, da mesma forma, merecem destaque, como a governança de terras indígenas, com preocupação humanística dos povos que habitam o Amazonas, devendo ser abordados temas como a exploração indígena, desmatamento florestal, o tráfico de jovens ao exterior, o alcoolismo e a influência da cultura do branco nos povos originários.	10/08/2023, às 9h30min, no Centro de Ensino Integral Pedro Fukuyei Yamaguchi Ferreira
Workshop sobre Governança Fundiária e Sustentabilidade	O evento contará com a presença das juristas Ana Cristina Maia e Michely Freire Fonseca Cunha, que irão abordar temas relacionados à governança de terras, bem como expor sobre teorias e práticas da regularização fundiária. De igual forma, haverá abordagem quanto ao aspecto ambiental, além de apresentação de iniciativas positivas relacionadas à governança fundiária e sustentabilidade.	17/08/2023 8h30min às 18h 18/08/2023 - 9h às 13h no Auditório do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Fórum Diálogos para a regularização da Amazônia	Serão convidados os principais atores da Gestão Fundiária no Amazonas, com a participação do Governador do Estado, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM), Prefeitos, Presidente da Associação dos Municípios, Superintendente da Zona Franca de Manaus, oportunidade em que serão abordados não só os temas voltados ao viés fundiário, mas também social, econômico e político.	29/08/2023 início às 14h, no Auditório anexo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Audiência Pública em Presidente Figueiredo/AM	O evento abordará as questões fundiárias, realização do diagnóstico do município de Presidente Figueiredo, bem como soluções para eventuais dificuldades enfrentadas. Haverá participação das autoridades locais, do INCRA, FUNAI, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, dentre outros convidados.	01/09/2023, às 10h, no Auditório da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo

Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE TÍTULOS REGISTRADOS
Codajás	10 TÍTULOS REGISTRADOS
Nova Olinda do Norte	5 TÍTULOS REGISTRADOS
Silves	10 TÍTULOS REGISTRADOS
Presidente Figueiredo	7 TÍTULOS REGISTRADOS
Envira	1 TÍTULO REGISTRADO
Benjamin Constant	17 TÍTULOS REGISTRADOS
3º Ofício de Manaus	381 TÍTULOS REGISTRADOS
4º Ofício de Manaus	890 TÍTULOS REGISTRADOS
5º Ofício de Manaus	402 TÍTULOS REGISTRADOS
6º Ofício de Manaus	92 TÍTULOS REGISTRADOS

2.707 Total de títulos registrados no Amazonas

942 Registros de Imóveis das Comarcas do interior do Estado

1.765 Registros de Imóveis da Capital do Estado

Disponível nos links:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9289-em-manaus-corregedoria-do-cnj-lanca-semana-de-regularizacao-fundiaria-solo-seguro-35>

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9307-no-lancamento-da-1-semana-de-regularizacao-fundiaria-no-am-corregedor-nacional-de-justica-destaca-importancia-da-acao-para-a-amazonia>

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9335-registradores-do-amazonas-encampam-o-movimento-solo-seguro>
<https://www.youtube.com/watch?v=xGN2quYG98A>

Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas (NUMOPEDE)

O Poder Judiciário necessitava enfrentar as ações predatórias, as quais são causa de desvio de dinheiro público para atividades irregulares, prejudicando o devido funcionamento desta Corte de Justiça.

Além disso, houve a aprovação no 75º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, da Carta de Belo Horizonte, de 30/06/2017, que estabeleceu a criação do NUMOPEDE como diretriz para as Corregedorias-Gerais de Justiça.

Sendo assim, a Excelentíssima Senhora Desembargadora Nélia Caminha Jorge, à época, Corregedora-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, instituiu o Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas – NUMOPEDE na Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Amazonas, por meio do Provimento nº 404/2021-CGJ/AM.

2ª Reunião de 2023 para apresentação de diagnóstico do NUMOPEDE

O Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas (Numopede), da Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas (CGJ-AM) **divulgou três enunciados elaborados para auxiliar os magistrados da Justiça amazonense** com parâmetros para tomada de decisões em demandas massificadas com elementos de abusividade ou fraude, conhecidas como demandas predatórias.

Em 27/09/2023, foram aprovados e anunciados os seguintes enunciados:

Enunciado nº 1:	"Desde que fundamentada a decisão e, havendo indícios suficientes para a caracterização de demandas predatórias, o juiz poderá determinar o comparecimento pessoal do (a) jurisdicionado (a) à unidade judiciária para ratificar ou não o mandato outorgado ao advogado."
Enunciado nº 2:	"É inválido o instrumento de mandato assinado através de certificado digital não emitido por Autoridade Certificadora credenciada (ICP-Brasil), conforme previsto no Art. 1º, § 2º, inciso II, alínea a, da Lei 11.419/06, sendo que não atendida a ordem judicial para regularizar a representação processual deve o processo ser extinto, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 76, § 1º, inciso I, do Código de Processo Civil."
Enunciado nº 3:	"É indispensável a juntada de extrato bancário relativo ao período da contratação do empréstimo questionado, sendo que não atendida a ordem judicial de emenda, impõe-se o indeferimento da inicial, com extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil."

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9860-corregedoria-de-justica-do-amazonas-divulga-enunciados-para-auxiliar-magistrados-na-identificacao-de-demandas-predatorias>



Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Proteção a Pessoas Socialmente Vulneráveis (NAAPV)

Tendo em vista, destacadamente, a necessidade de efetivar direitos a pessoas vulneráveis e, portanto, com maior dificuldade de acesso a informações ou serviços prestados pelo poder público e o papel do Poder Judiciário em fomentar iniciativas e práticas que permitam o acesso à população a seus órgãos e promover a cidadania, o Provimento nº 450/2023-CGJ/AM, exalado pelo Exmo. Des. Corregedor-Geral de Justiça Jomar Ricardo Saunders Fernandes, instituiu o Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Proteção a Pessoas Socialmente Vulneráveis (NAAPV) no âmbito da CGJ/AM.

Segundo o art. 3º do Provimento citado, são atribuições do NAAPV:

- Desenvolver ações sociais suficientes ao reconhecimento de direitos e garantia de cidadania a grupo vulneráveis com isenção de despesas, quando comprovadamente hipossuficientes;
- Atuar, em conjunto, com universidades públicas ou privadas para a elaboração de pesquisas sobre violência a grupos vulneráveis, visando à proteção de direitos, além de facilitar a implementação de políticas públicas voltadas ao tema;
- Encaminhar notícias sobre ilícitos praticados aos órgãos competentes;

Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

- Determinar diligências necessárias e, quando for o caso, realizar o encaminhamento desses cidadãos ou órgãos competentes através de ofício ou documento oficial, de modo a facilitar a obtenção de direitos ou informações perante outros órgãos;
- Realizar audiências públicas, palestras, seminários, workshops multitemas, a fim de aprofundar os debates sobre as diversas formas de vulnerabilidades e promover soluções práticas que contribuam na proteção e valorização dos grupos e pessoas;
- Atuar em conjunto ao Governo Federal, Governo Estadual e Prefeituras Municipais do Estado do Amazonas a fim de promover ações públicas que visem à proteção e que erradique a violação de direitos;
- Recomendar aos setores do Tribunal ajustes para atendimento humanizado, se possível, com protocolo de prestação de serviços peculiar a cada grupo vulnerável;
- Coordenar os trabalhos de grupos voltados à proteção de direitos humanos, especialmente com a participação de representantes da sociedade civil e integrantes e lideranças de grupos socialmente vulneráveis.

Casamento Coletivo Povos Originários, realizado em quatro línguas (tukano, baniwa, nheengatu e português), na Comarca de São Gabriel da Cachoeira

O corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, participou da cerimônia civil do casamento coletivo de 26 casais indígenas de 13 etnias, realizada em 20/04/2023, em São Gabriel da Cachoeira, distante 852 quilômetros da capital. O município é considerado o mais indígena do Brasil por registrar a maior população autodeclarada indígena, conforme o último censo do IBGE.

O "sim" dos casais das etnias Baniwa, Dessano, Baré, Kubeo, Tuyuka, Tukano, Barassana, Tariano, Arapasso, Piratapuya, Ybamasã, Hupda e Wanano foi testemunhado também pelo ministro Mauro Campbell Marques, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); pelo desembargador Jomar Fernandes, corregedor-geral de Justiça do Amazonas; magistrados das Corregedorias Nacional e Estadual de Justiça; pelo prefeito de São Gabriel da Cachoeira, Clóvis Saldanha, que é da etnia Tariano; e outras autoridades locais e lideranças indígenas.



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/8329-ministro-luis-felipe-salomao-acompanha-casamento-coletivo-de-26-casais-indigenas-e-a-inauguracao-da-sala-de-depoimento-especial-em-sao-gabriel-da-cachoeira-am>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Eventos e Reuniões

1ª Reunião de 2023 na qual houve deliberação quanto à necessidade de realização de audiência pública

Os integrantes do Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas (Numopede), da Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas (CGJ/AM), promoveram em 01º de março de 2023, a primeira reunião do grupo de trabalho deste ano. A principal ação já estabelecida diz respeito à realização de uma audiência com a participação de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil- Seccional Amazonas (OAB/AM), da Associação dos Magistrados do Amazonas (Amazon) e de instituições financeiras com o objetivo de ouvir seus posicionamentos e dificuldades, bem como suas propostas relacionadas às chamadas "demandas ou litigâncias predatórias".



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/7972-primeira-reuniao-de-2023-do-numopede-da-cgj-define-realizacao-de-audiencia-com-representantes-de-instituicoes-financeiras-e-entidades-de-classe>



Audiência Pública com grandes litigantes para incentivar o combate à demandas predatórias

Em 28/03/2023, foi realizada audiência pública para ouvir um dos segmentos que compõem a lista dos grandes litigantes do país: as instituições bancárias. Estiveram presentes ao evento a gerente do Departamento Jurídico da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Heloísa Scarpelli Marques, e os procuradores Paulo Pompeu e Graziela Ribeiro, do Bradesco; Émerson Eduardo, do Itaú/Unibanco; Wenia Alves Dias e Cássio Cunha, do BMG.



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/8173-numopede-am-realiza-audiencia-publica-com-grandes-litigantes-para-incentivar-o-combate-as-demandas-predatorias>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Correições, Inspeções e Diligências durante o ano de 2023

Correição Extraordinária na Comarca de São Gabriel da Cachoeira/AM

A correição extraordinária foi determinada por meio da Portaria n.º 15, de 31 de janeiro de 2023, publicada em Diário da Justiça Eletrônico (DJe) do dia 1.º/02/2023, caderno extra, página 2, e tem o objetivo de identificar, fiscalizar, orientar e adotar medidas em prol do acesso à Justiça pelos povos indígenas. Esta será a primeira vez que a CGJ realizará uma correição extraordinária voltada especificamente a um grupo populacional vulnerável do interior do Amazonas.

Foi instituída uma comissão da CGJ para a realização da correição extraordinária, por meio da Portaria n.º 15/2023, formada pelos juízes auxiliares e cinco servidores da Corregedoria. Os trabalhos serão presididos pelo corregedor-geral, desembargador Jomar Fernandes.

DATA	PORTARIA	PjeCor
01/02/2023 a 30/04/2023	nº 15/2023 - CGJ/AM	000238-56.2023.2.00.0804

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/7846-corregedor-determina-correicao-extraordinaria-em-sao-gabriel-da-cachoeira-para-verificar-atuacao-em-processos-envolvendo-povos-indigenas>



Inspeção na Unidade Acolhedora de Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescente - SAICA



A atividade faz parte das atribuições previstas na Lei Complementar n.º 17/1997 (art. 74, XV) e no Regimento Interno da Comissão, que deve avaliar a existência de casas de acolhimento e o cumprimento da legislação específica voltada à proteção das crianças e dos adolescentes que se encontram nesses locais.

DATA

07/03/2024

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/8017-corregedoria-geral-de-justica-inspeciona-servico-de-acolhimento-institucional-de-criancas-e-de-adolescente-em-manaus>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues – 2024



Termo de Cooperação Técnica entre o TJAM e o Município de Coari/AM **(Apoio e Assessoria Administrativa no Processo de Regularização Fundiária)**

Data: 17/04/2024

O acordo firmado em 17/04/2024, prevê desde cessão à capacitação de servidores da prefeitura para alavancar ações de governança fundiária e sustentabilidade na região.

O corregedor-geral de Justiça do Amazonas, desembargador Jomar Saunders Fernandes, cumpriu agenda de trabalho em Coari, município localizado a 363 km de Manaus. O motivo principal da viagem foi a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade do Judiciário do Amazonas, que faz parte da estrutura administrativa da CGJ/AM, e a Prefeitura local. A parceria tem o objetivo de garantir a qualidade técnica necessária à expansão de políticas públicas com efeito social e ambiental para as populações da região, no que diz respeito a regularização de terras.



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/11161-termo-de-cooperacao-entre-corregedoria-do-tjam-e-municipio-de-coari-consolida-projeto-solo-seguro-na-regiao>

https://www.instagram.com/p/C58_yDmroOI/?igsh=aWNnOHlqbHR6bDEy



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Casamento coletivo oficializa união civil de 23 casais LGBTQIAPN+ no auditório da sede da OAB-AM

A Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ-AM) do Tribunal de Justiça do Amazonas, em parceria com a Caixa de Assistência dos Advogados do Amazonas (CAAM) e apoio da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc) realizarão a Cerimônia de Casamento Civil Coletivo de 23 casais LGBTQIAPN+.

O evento ocorreu no dia 08/12/2023, no auditório da sede da Ordem dos Advogados do Brasil-AM na Av. Umberto Calderaro, 2000 - Adrianópolis.



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9962-casamento-coletivo-oficializa-uniao-civil-de-23-casais-lgbtqiapn-no-auditorio-da-sede-da-oab-am> e <https://www.instagram.com/p/C0KY067Pvc/?igsh=dXZ3MTkyMGhxNmlw>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Correição na 1ª Vara da Comarca de Iranduba/AM

A Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas (CGJ/AM) iniciou mais uma inspeção em unidade jurisdicional do interior do estado, na 1.ª Vara da Comarca de Iranduba, a 25 quilômetros de Manaus, em cumprimento ao Edital de Correições Ordinárias – Cronograma 2023, publicado no início do ano. Pelo documento, 57 correições ordinárias estão previstas em 33 Varas Judiciais no interior e em 24 na capital, que foram elencadas para receber as equipes de fiscalização da Corregedoria nos próximos meses. Correição presidida pela Des. Mirza Telma de Oliveira Cunha



DATA	PORTARIA	SEI
31/05/2023 a 02/06/2023	nº 127/2023 - CGJ/AM	Nº 2023/000026599-01

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/8724-1-vara-da-comarca-de-iranduba-recebe-equipe-de-correicao-ordinaria-da-cgj>



Correição na 2ª Vara da Comarca de Parintins/AM

Todos os anos, no mês de janeiro, a Corregedoria publica no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) o Edital de Correição Ordinária, dando publicidade ao cronograma anual de atividades, em cumprimento ao Código de Normas da CGJ/AM (Provimento n.º 41/2000). Neste ano, o planejamento foi publicado na edição do dia 31 de janeiro, página 11 do Caderno Administrativo. Correição presidida pelo Desdor Jomar Ricardo Saunders Fernandes

DATA	PORTARIA	SEI
12 a 22/09/2023	nº 194/2023 - CGJ/AM	nº 2023/000035979-01

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/8082-cgj-am-inicia-na-segunda-feira-o-cronograma-2023-de-correicoes-ordinarias-em-varas-judiciais-do-interior-do-estado>



Diligências presenciais em comarcas do interior do Estado relativas a procedimentos disciplinares

Comarca de Beruri/AM, Sindicância em desfavor de D. D. D. B. (PjeCor nº 0001562-18.2022.2.00.0804)

DATA	PORTARIA	RESUMO
05/04/2023	nº 1.697/2023 - PTJ/AM	Deslocamento à comarca de atuação do magistrado com o objetivo de coletar dados, informações e realizar entrevistas.

Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Reunião com Município e Magistrados das Varas da Fazenda Pública e do Meio Ambiente para discutir regularização de áreas urbanas em Manaus

O encontro aconteceu em 02 de abril de 2024, na sala de reuniões da Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas (CGJ/AM), a pedido do secretário municipal de habitação. Na ocasião, Jesus Alves apresentou aos magistrados o diagnóstico fundiário de Manaus e um cronograma de regularização de áreas de ocupação em 25 pontos da capital amazonense, dentre eles:



São Raimundo, Morro da Liberdade, Jorge Teixeira, Zumbi, Santa Luzia, Betânia, Lírio do Vale, Beija-Flor II, Jardim Belvedere, Parque Santa Etelvina, Campo Dourado, Duque de Caxias, Jardim Primavera e Barra Bela, Via Bom Jesus, Jardim Canaranas, Retiro Marcilene, Rio Piorini, Jardim Raquel, Coliseu (União) e Galileia.

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/11022-cgj-reune-municipio-e-magistrados-das-varas-da-fazenda-publica-e-do-meio-ambiente-para-discutir-regularizacao-de-areas-urbanas-em-manaus>



Workshop "Urbanismo Sustentável" (abertura da Semana Solo Seguro Favela)

De 3 a 7 de junho de 2024, a Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas (CGJ/AM) realizou mais uma edição da Semana Solo Seguro, que este ano traz como tema "Favela", chamando atenção para a importância da regularização de ocupações informais em áreas urbanas.



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/11528-workshop-abre-a-programacao-da-semana-solo-seguro-em-junho-no-amazonas>

<https://www.instagram.com/p/C7zMIAUA1SR/?igsh=MWFkdmZteDhpYTFibg==>

<https://www.instagram.com/reel/C7xUgNVPlbG/?igsh=b2dkamg4NmpjaTI=>

https://www.instagram.com/p/C7kHB_OvSee/?igsh=MXNyADBuzmVoZjF3MA==



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Termo de Cooperação Técnica entre o TJAM e o Município de Presidente Figueiredo (Apoio e Assessoria Administrativa no Processo de Regularização Fundiária)

Data: 21/05/2024

Termo de cooperação assinado em 21/05/2024, entre Corregedoria do TJAM e prefeitura visa a estabelecer segurança jurídica relacionada às terras do município.

O corregedor-geral de Justiça do Amazonas, desembargador Jomar Fernandes, e a prefeita Patrícia Lopes Miranda, do município de Presidente Figueiredo (distante 107 quilômetros de Manaus), firmaram Termo de Cooperação Técnica com o objetivo de apoiar o processo de regularização fundiária na região.



O suporte, coordenado pelo Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade da Corregedoria do Judiciário do Amazonas, visa a abranger medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas a áreas urbanas consolidadas, cujos moradores não possuem registro de propriedade do imóvel.

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/11467-cgj-am-vai-impulsionar-regularizacao-fundiaria-em-presidente-figueiredo>

<https://www.instagram.com/p/C7RQfmrACQx/?igsh=MWJ6dnkzOXlsaGZqMg==>



Reunião com representantes de instituições ligadas à regularização fundiária (SECT, Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários, Delegatário do 6º Ofício de Registro de Imóveis de Manaus, Associação Amazonense de Municípios)

O diálogo foi realizado de forma presencial na Sala de Reuniões da CGJ-AM, 8º andar da sede do Tribunal de Justiça, no bairro Aleixo e contou com a presença dos juízes auxiliares da CGJ-AM, Julião Lemos Sobral e Áldrin Henrique de Castro Rodrigues; o secretário da Secretaria de Habitação e Assuntos Fundiários do Município (SECT), Jesus Alves; do titular do 6º Ofícios de Registros de Imóveis da capital, Aníbal Fraga de Resende Chaves; e representantes da Associação Amazonense de Municípios (AAM).



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/10524-nucleo-de-governanca-fundiaria-e-sustentabilidade-da-corregedoria-geral-de-justica-do-amazonas-coordena-dialogo-para-regularizacao-urbana-na-capital-e>
<https://www.instagram.com/p/C22ykO2pQkG/?igsh=b2d6Z2d0Z3hybXFu>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Entrega de títulos registrados no bairro Colônia Antônio Aleixo (Parte da Semana Solo Seguro Favela)

CGJ/AM participou da entrega de registros de imóveis a moradores de seis áreas urbanas em Manaus. A ação aconteceu no bairro Colônia Antônio Aleixo, e faz parte da programação da "Semana Solo Seguro Favela" no Amazonas.



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/11584-cgj-am-participa-da-entrega-de-registros-de-imoveis-a-moradores-de-seis-areas-urbanas-em-manaus#:~:text=Publica%C3%A7%C3%B5es,-CGJ%2FAM%20participa%20da%20entrega%20de%20registros%20de%20im%C3%B3veis%20a,seis%20%C3%A1reas%20urbanas%20em%20Manaus&text=A%20a%C3%A7%C3%A3o%20aconteceu%20no%20bairro,Solo%20Seguro%20Favela%E2%80%9D%20no%20Amazonas> e <https://www.instagram.com/p/C71kFcWAjt-/?igsh=MTZveWt6eDZwdzR6aw==>



Debate sobre Regularização Fundiária no Programa "Amazonas em Pauta" da CBN Manaus

No dia de encerramento da Semana "Solo Seguro - Favela", a temática 'regularização fundiária' foi levada à pauta do dia, em programa de rádio local.

Além da participação popular, jornalistas e convidados esclareceram a importância do registro para garantir a propriedade do imóvel e também abordaram outros assuntos relacionados a titulação de terras.

Participaram da entrevista o juiz auxiliar da Corregedoria do TJAM, Áldrin Henrique Rodrigues, que também é subcoordenador do Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade (NGFS/CGJAM); a oficial de Registros Públicos e professora adjunta da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Taís Batista Fernandes; e o professor Doutor Brytchn Ribeiro de Vasconcelos, pesquisador da UEA e do NGFS/CGJAM.



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/11662-mais-de-6-mil-registros-de-imoveis-foram-entregues-durante-a-semana-solo-seguro-favela-no-amazonas>

Para ouvir o programa "Amazonas em Pauta":

https://www.youtube.com/watch?v=7KchjO5_oFw



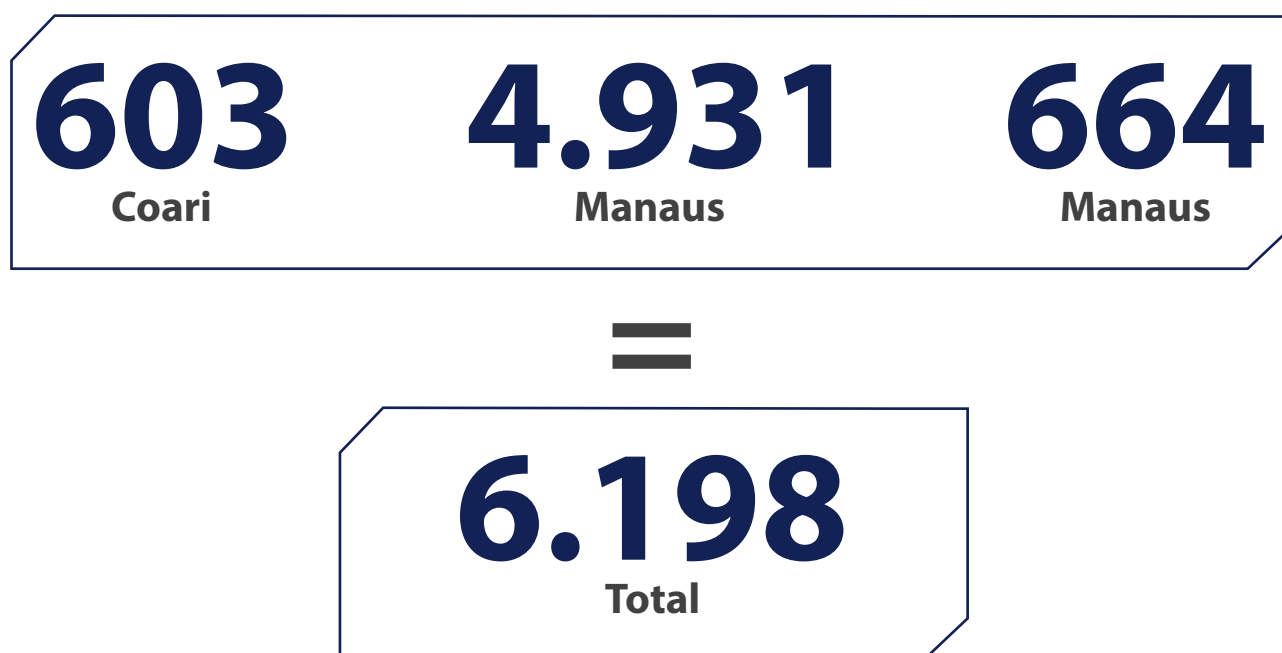
Resultados da Semana "Solo Seguro Favela"



O Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade da Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas enviou para a Corregedoria Nacional de Justiça o relatório de ações realizadas ao longo da Semana "Solo Seguro - Favela", que aconteceu de 3 a 7 de junho com iniciativas tanto na capital quanto no interior do estado. A mobilização cumpre as diretrizes do Provimento n. 158/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que criou o movimento nacional pela regularização fundiária de ocupações irregulares nos centros urbanos – espaços popularmente conhecidos como "favelas".

De acordo com os dados do relatório, durante a Semana "Solo Seguro - Favela", foram registrados e entregues um total de 6.198 títulos de propriedade, sendo 4.931 títulos em Manaus, 603 no município de Coari e 664 em Parintins (referentes a regularização de imóveis nos bairros Castanhal e Pascoal Alaggio).

Nº DE TÍTULOS REGISTRADOS



Audiência Pública "Reconhecimento Extrajudicial das Ocupações Urbanas por Indígenas" em Manaus

A Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ/AM), em 20/06/2024, por meio do Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade (NGFS), promoveu audiência pública do Programa "Solo Seguro – Favela" que reuniu instituições públicas, líderes indígenas e a comunidade do Parque das Tribos, no Tarumã-Açu, zona Oeste de Manaus, para tratar do tema "Reconhecimento extrajudicial das ocupações urbanas por indígenas".



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/11741-comunidade-indigena-do-parque-das-tribos-em-manaus-participa-de-audiencia-publica-do-programa-solo-seguro-favela-promovida-pela-cgj-am>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-



Disponível no link:

[https://www.instagram.com/p/C7hPMqegD3S/?igsh=MTc0Z3BINW45OGl3Yg==https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/11665-mais-de-6-mil-registros-de-imoveis-foram-entregues-durante-a-semana-solo-seguro-favela-no-amazonas#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20dados,bairros%20Castanhal%20e%20Pascoal%20Alaggio\).](https://www.instagram.com/p/C7hPMqegD3S/?igsh=MTc0Z3BINW45OGl3Yg==https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/11665-mais-de-6-mil-registros-de-imoveis-foram-entregues-durante-a-semana-solo-seguro-favela-no-amazonas#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20dados,bairros%20Castanhal%20e%20Pascoal%20Alaggio).)

https://www.instagram.com/p/C8MvtmAgQHT/?img_index=1



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Realização simultânea de audiências públicas no interior do Estado no dia 05/07/2024
(Semana Solo Seguro Favela) nas seguintes comarcas:

Alvarães	Atalaia do Norte
Barreirinha	Guajará
Humaitá	Iranduba
Juruá	Maués
Parintins	



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/11577-comarcas-do-amazonas-convocam-audiencia-publica-para-discutir-regularizacao-fundiaria-no-interior-do-estado>

<https://www.instagram.com/p/C7410HcP5zq/?igsh=dzRxN3YyYtldDI3>

<https://www.instagram.com/p/C74hPdoJPDA/?igsh=ZGkwem95YjFmNW5v>

<https://www.instagram.com/p/C74fmLmJvmf/?igsh=Mm03MXd0bmo0c2Uz>

<https://www.instagram.com/p/C74dFbPp29T/?igsh=MWMxNGc0bmhmdXZ4aw==>

<https://www.instagram.com/p/C7zd7bhvClv/?igsh=MTNnNXJqbHN0Z2h4OA==>



Nota Técnica N° 01/2024 – NGFS/CGJ

A Nota Técnica N° 01/2024 NGFS/CGJ, de 01 de abril de 2024, encaminhada ao Sr. Kleiton Wyllysson Pinheiro Batista, Prefeito do Município de Coari/AM, trata da necessidade de elaboração de projeto de lei pelo Município de Coari capaz de compensar os registros de imóveis (Reurb-S) ao cartório, tendo em vista que, da análise do conjunto legislativo municipal, em que pese a nova estrutura de gestão administrativa para controle das terras públicas e particulares que merecem todos os elogios, constata-se a imperiosa necessidade de atualizar o plano diretor do município em lei, a ser publicada na imprensa oficial, visto que até a presente data não há informação oficial dessa legislação indispensável a fomentar o progresso da regularização fundiária no município de Coari-AM:



Outros

Criação de banco de dados para cadastro multidisciplinar de profissionais especializados no atendimento aos povos originários, relativo ao Provimento Conjunto nº 01, de 05/03/2024 - CGJ/AM e EJUD (SEI 2024/000013013-00 e PjeCornº 0001131-13.2024.2.00.0804).

Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas (NUMOPEDE)

Participação do NUMOPEDE em live promovida pela OAB/AM, na qual o Dr. Áldrin apresentou o tema "Ações Predatórias - qual o atual entendimento do TJAM?"



LIVE

Comissão de Direito Bancário

Tema: Ações Predatórias - Qual o atual entendimento do TJAM?

Palestrante:
Dr. Áldrin Henrique
Graduado em Direito (Ciesa), especialista em processo civil (ILFG/Fametro), Mestre em Direito Constitucional (IDP), Juiz auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Amazonas, Presidente do Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas do TJAM.

Entrevistador:
Dr. Fernando Filho
Advogado Pós-Graduado em Direito Digital e Compliance, atuante no Direito Civil e Consumidor, com ênfase em Bancário.

@direitobancario.oabam

19 de Abril

Instagram da Comissão de Direito Bancário da OAB-AM

18h

OAB AM | Comissão de Direito Bancário



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

1ª Reunião de 2024 - Aprovação do Enunciado nº 4: "Recomendar que os Magistrados, Magistradas e servidores evitem a utilização da expressão "advocacia predatória" como sinônimo de litigância predatória."

O Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas, da Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas (Numopede/CGJAM), emitiu o 'Enunciado 4' recomendando que magistrados e servidores evitem a utilização do termo "advocacia predatória" como sinônimo de "litigância predatória". A medida visa a eliminar qualquer conotação pejorativa associada à profissão de advogado e promover um ambiente de cooperação e respeito mútuo no sistema judiciário.

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/11577-comarcas-do-amazonas-convocam-audiencia-publica-para-discutir-regularizacao-fundiaria-no-interior-do-estado7>

<https://www.instagram.com/p/C7410HcP5zq/?igsh=dzRxN3YyYtldDI3>

<https://www.instagram.com/p/C74hPdoJPDA/?igsh=ZGkwem95YjFmNW5v>

<https://www.instagram.com/p/C74fmLmJvmf/?igsh=Mm03MXd0bmo0c2Uz>

<https://www.instagram.com/p/C74dFbPp29T/?igsh=MWMxNGc0bmhmdXZ4aw==>

<https://www.instagram.com/p/C7zd7bhvClv/?igsh=MTNnNXJqbHN0Z2h4OA==>



Participação do NUMOPEDE na Semana Nacional dos Juizados Especiais, promovida pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, Dr. Áldrin na qualidade de formador, ministrando a oficina "Demandas Predatórias"

Data: 06/06/2024

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/11426-semana-nacional-dos-juizados-especiais-tera-programacao-tematica-no-amazonas>



Reunião com associação de advogados defensores do consumidor para apresentação de estudo sobre repetição de demandas ao NUMOPEDE

Data: 11/06/2024

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/11633-associacao-de-advogados-defensores-do-consumidor-apresenta-resultado-de-estudo-sobre-repeticao-de-demandas-ao-numopede>

<https://www.instagram.com/p/C8DaJfzvOtf/>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

2º Casamento Comunitário Indígena "Felizes para Sempre", realizado em cinco línguas (Nheengatu, Yanomami, Tukano, Baniwa e português) e Libras

Evento realizado em parceria com a EJUD na data: 10/03/2024

Portaria nº 43/2024

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/10826-em-acao-conjunta-cgj-am-e-ejud-realizam-2-casamento-comunitario-indigena-felizes-para-sempre>



Neste mesmo evento, o juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de justiça, Áldrin Rodrigues, celebrou na noite deste domingo (10/03), no Hospital da Guarnição de São Gabriel da Cachoeira (HGuSGC), unidade de saúde administrada pelo Exército Brasileiro, localizada no interior do Amazonas, o casamento civil do casal indígena João Ramos Moraes, 41 anos, com Lenilda Alves França, 32 anos, ambos da etnia Yanomami.



Disponível no link:

<https://www.instagram.com/p/C4Y6hixvxAU/?igsh=MTRtMG4yMWg3MzNyMg==>

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/10802-juiz-da-cgj-celebra-casamento-em-hospital-militar-na-comarca-de-sao-gabriel-da-cachoeira-no-amazonas#:~:text=O%20juiz%20auxiliar%20da%20Corregedoria,casal%20ind%C3%ADgena%20Jo%C3%A3o%20Ramos%20Moraes%2>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Apoio ao Casamento Social Coletivo do município de Coari/AM, que celebrou a união de 67 casais

Data: 12/06/2024

Disponível no link:

https://www.instagram.com/p/C8NEpmAJGLT/?img_index=1

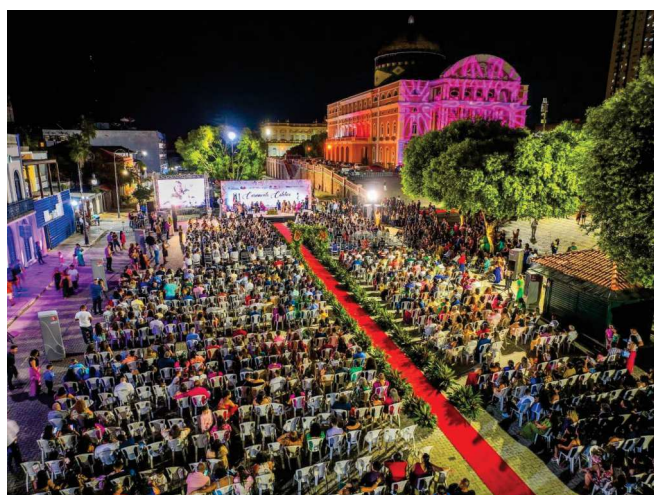


Casamento Coletivo "Cidadania para todos", o qual celebrou a união civil de 164 (cento e sessenta e quatro) casais que abrangem os grupos LGBTQIA+, PCDs, indígenas, idosos, pessoas com enfermidades e outros grupos socialmente vulneráveis

Evento realizado em parceria com o Governo do Estado, ANOREG/AM e OAB/AM

Data: 19/07/2024

Portaria nº 201/2024 - CGJ/AM



Disponível nos links:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/11961-164-casais-casamento-coletivo-organizado-pelo-poder-judiciario-do-amazonas-e-orgaos-parceiros-beneficia-grupos-socialmente-vulneraveis>

https://www.instagram.com/reel/C9dKWlqv_Wp/?igsh=ZHhxN3B6ejUxc3l4

<https://www.instagram.com/p/C9hmH8RArxH/?igsh=bXNxdTZrb3prajVk>

https://www.instagram.com/reel/C9h9G36J51_/?igsh=YnpmZm81bHJvNXY5



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Reunião para apresentação de práticas da CGJ/AM sobre governança administrativa dos litígios repetitivos e predatórios para a equipe da Corregedoria de Justiça do Maranhão

Data: 10/07/2024

Disponível no link:

https://www.instagram.com/p/C9TSMcmvNen/?img_index=1

<https://www.tjma.jus.br/midia/tj/noticia/514245/tribunais-de-justica-do-maranhao-e-amazonas-dialogam-sobre-monitoramento-de-demandas-predatorias>



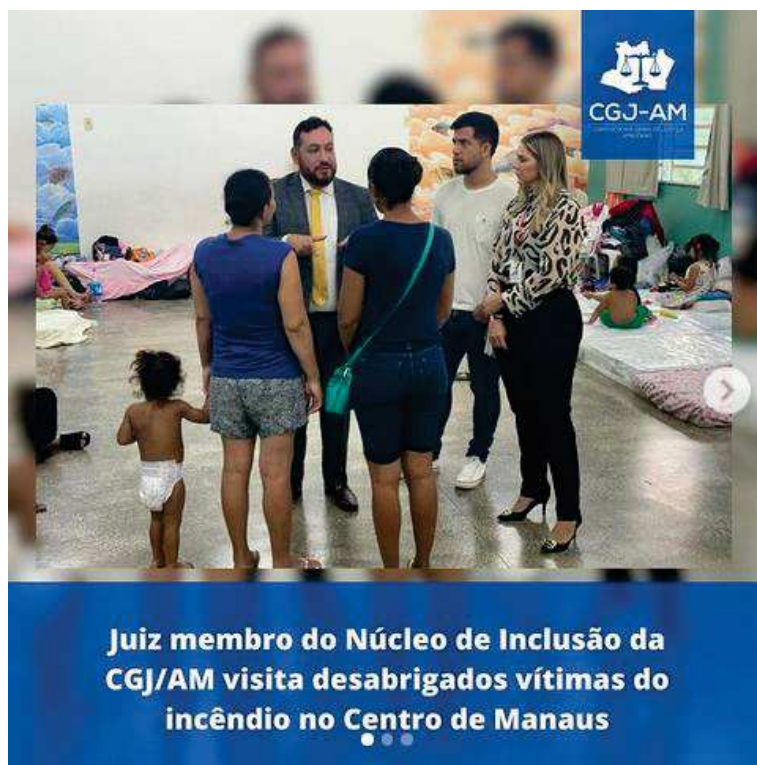
Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Proteção a Pessoas Socialmente Vulneráveis (NAAPV)

Visita à Escola Municipal Sérgio Alfredo Pessoa Figueiredo para conhecer as demandas dos desabrigados em decorrência do incêndio que ocorreu na Comunidade Bairro do Céu, em 20/01/2024.

Data: 23/01/2024

Disponível no link:

<https://www.instagram.com/p/C2dHVUWvU8B/?igsh=MXRyaGJnZGc4Y2p3bQ==>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

DILIGÊNCIAS PRESENCIAIS EM COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO RELATIVAS A PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

Comarca de Humaitá/AM

Sindicância em desfavor de D. B. L. B. (nº 0001804-40.2023.2.00.0804)

Data: 04/04/2024

Portaria nº 1.035/2024 - PTJ/AM

Resumo da atividade: Deslocamento à comarca de atuação do magistrado com o objetivo de coletar dados, informações e realizar entrevistas.

Participação na 1ª Reunião Preparatória para o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário em Brasília/DF

Data: 16/05/2024

Portaria 1475 - PTJ/AM

INICIATIVAS E COLABORAÇÕES

Provimento nº 438/2023 - CGJ/AM - Institui o Núcleo de Regularização Fundiária no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/8397-corregedoria-geral-de-justica-do-amazonas-institui-o-nucleo-de-regularizacao-fundiaria-no-ambito-do-judiciario-estadual>



Provimento nº 446/2023 - CGJ/AM - Altera o Provimento nº 438/2023 para dispor sobre o Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade (NGFS) no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/8397-corregedoria-geral-de-justica-do-amazonas-institui-o-nucleo-de-regularizacao-fundiaria-no-ambito-do-judiciario-estadual>



Provimento nº 450/2023 - Institui o Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Proteção a Pessoas Socialmente Vulneráveis (NAPPV) no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/9967-cgj-am-oficializa-nucleo-de-inclusao-acessibilidade-e-protecao-a-pessoas-socialmente-vulneraveis-durante-casamento-civil-coletivo-lgbtqiapn>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Correições, inspeções e diligências durante o ano de 2024

Correição Extrajudicial na Comarca de Lábrea/AM e Boca do Acre/AM e inspeção Relacionada às Atividades do Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade

Correição presidida pelo Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes

Data: 22 a 25/03/2024

Portaria nº 054/2024 - CGJ/AM

PjeCor nº 0000358-65.2024.2.00.0804

Inspeção no Cartório Extrajudicial de Autazes/AM

Inspeção presidida pelo Desdor Jomar Ricardo Saunders Fernandes

Data: 14 a 16/04/2024

Portaria nº 104/2024-CGJ/AM

PjeCor nº 0000588-10.2024.2.00.0804

Correição Extraordinária e Especializada em Tabatinga/AM

Correição presidida pela Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

De 19 a 22/05/2024

Provimento nº 458/2024 - CGJ/AM

Portaria nº 1.470/2024 - PTJ/AM

SEI nº 2024/000026594-00



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/11466-em-tabatinga-judiciario-do-am-realiza-correicao-inedita-focada-em-violencia-de-genero>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues–

Provimento nº 458/2024 - Determina a realização de correições extraordinárias e especializadas nas unidades judiciárias do interior do Estado do Amazonas com competência na apuração de violência contra a mulher e pessoa transgênero, no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

Provimento Conjunto nº 01, de 05 de março de 2024 (CGJ/AM e EJUD) - Implementa o programa permanente para visibilidade, proteção e atenção aos povos originários, coletando dados, incentivando e igualmente realizando pesquisas científicas, isoladamente pela Corregedoria e Escolas Judiciais ou em parceria com instituições públicas e privadas do Brasil ou do exterior.

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/10763-povos-originarios-terao-protocolo-de-atendimento-judicial-e-extrajudicial>



Provimento nº 456/2024 - Organiza o processamento dos relatórios de correição judicial e extrajudicial no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

Plano de Trabalho

Plano de Trabalho para Regularização Fundiária CGJ/AM - Ano 2023

Artigos Científicos

Perspectivas para a regularização fundiária no Amazonas e os reflexos para a qualidade do ar e preservação do ecossistema (Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade - NGFS - Fevereiro de 2024).

Governança Fundiária na Amazônia: A necessidade de uma rede colaborativa de regularização fundiária (Artigo em coautoria. Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade - NGFS - Julho de 2024).

Núcleos e Comissões

Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias (Portaria nº 09/2023 - CGJ/AM) Comissão de Apoio Técnico e Administrativo à Presidência do CCOGE - Portaria nº 001/2024 - CCOGE

Comissão Organizadora responsável pelo desenvolvimento de protocolo de atendimento aos povos originários (Provimento Conjunto nº 01, de 05 de março de 2024)

Inscrições no Prêmio Innovare

O Prêmio Innovare tem como objetivo identificar, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da Justiça no Brasil. Sua criação foi uma dessas raras oportunidades em que uma conjunção de fatores conspira a favor do bem público.

Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Participam das Comissão Julgadora do Innovare ministros do STF, STJ, TST, desembargadores, promotores, juízes, defensores, advogados e outros profissionais de destaque interessados em contribuir para o desenvolvimento do nosso Poder Judiciário.

Visto isso, o Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Proteção a Pessoas Socialmente Vulneráveis (NAPPV) e o Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demanda (NUMOPEDE) foram inscritos e submetidos ao prêmio.

RELATÓRIO DE PRÁTICAS 21ª Edição			
NOME DA PRÁTICA 1063. Aplicação das técnicas de Inteligência Artificial ao Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demanda (NUMOPEDE) no combate aos litígios predatórios			
LOCALIDADE Manaus / AM			
AUTOR(ES) Tribunal		DATA DA SUBMISSÃO 26/04/2024	
CATEGORIA Tribunal			
NOME DO TRIBUNAL Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM)		NOME DO PRESIDENTE Nélia Caminha Jorge	

RELATÓRIO DE PRÁTICAS 21ª Edição			
NOME DA PRÁTICA 642. Instituição do Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Proteção a Pessoas Socialmente Vulneráveis			
PROFISSÃO Juiz		LOCALIDADE Manaus / AM	
AUTOR(ES) Áldrin Henrique de Castro Rodrigues		DATA DA SUBMISSÃO 23/04/2024	
CATEGORIA Juiz			
ASSUNTO PREPONDERANTE Proteção de direitos das minorias		ENDEREÇO Avenida André Araújo, S/N, Aleixo, Manaus, AM	

Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues–

Colégio permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOG)

Reunião de transição da nova gestão do CCOGE em Salvador/BA

Data: 17/01/2024

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/10111-representantes-do-amazonas-participam-de-reuniao-de-transicao-da-nova-gestao-do-ccoge-em-salvador#:~:text=Publica%C3%A7%C3%B5es-,Representantes%20do%20Amazonas%20participam%20de%20reuni%C3%A3o%20de%20transi%C3%A7%C3%A3o,gest%C3%A3o%20do%20CCOGE%2C%20em%20Salvador&text=O%20desembargador%20Jomar%20Fernandes%20tomar%C3%A1,pr%C3%B3ximo%20dia%2029%2C%20em%20Bras%C3%ADlia.>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Visita técnica ao Tribunal de Justiça de Tocantins

Data: 05/02/2024

Disponível no link:

<https://www.instagram.com/p/C3DlouLr4IN/?igsh=ZWR5dm02ZnhwOWFy>



Reunião Virtual preparatória para o 93º Encontro Nacional dos Corregedores - ENCOGE na cidade de Palmas/TO

Data: 19/04/2024

Disponível no link:

<https://www.instagram.com/p/C59RHnpvMZs/?igsh=MWswZHlycWt5NmJuMA==>



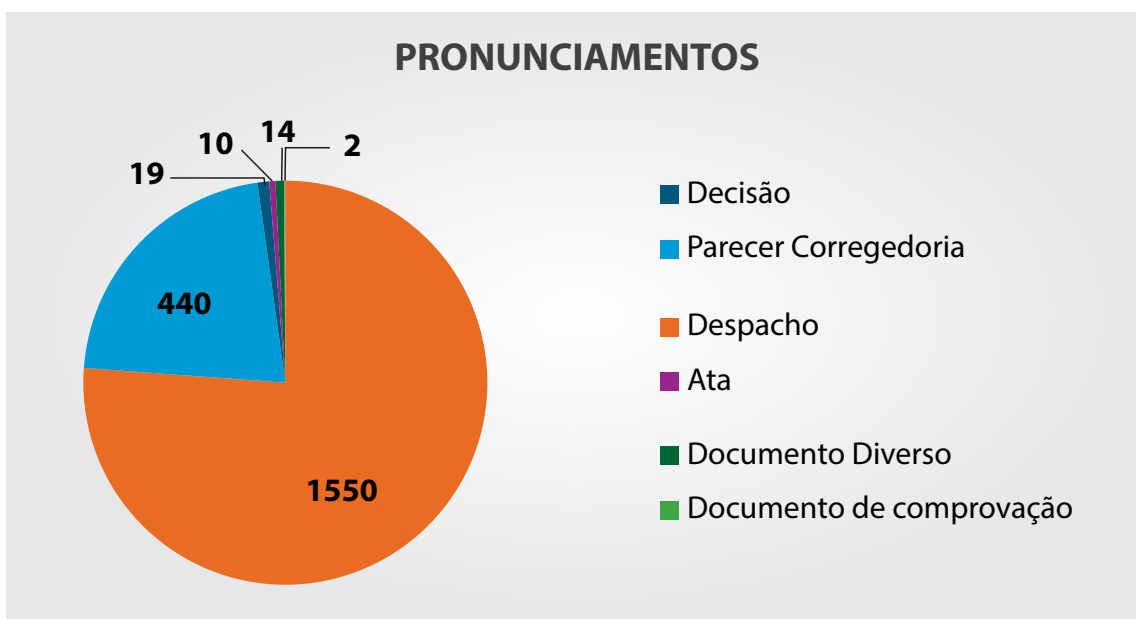
Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE – GAB. JUIZ AUXILIAR 1 (2023-2024)

ANO	MÊS	TIPO DE DOCUMENTO	QUANT
2023	1	DECISÃO	3
2023	1	DESPACHO	84
2023	1	DOCUMENTO DIVERSO	4
2023	1	PARECER CORREGEDORIA	17
2023	2	DESPACHO	164
2023	2	PARECER DA CORREGEDORIA	34
2023	3	ATA	2
2023	3	DESPACHO	243
2023	3	PARECER CORREGEDORIA	31
2023	4	ATA	2
2023	4	DESPACHO	53
2023	4	DOCUMENTO DIVERSO	2
2023	4	OFÍCIO	3
2023	4	PARECER CORREGEDORIA	21
2023	5	ATA	4
2023	5	ATA DA AUDIÊNCIA	2
2023	5	DECISÃO	2
2023	5	DESPACHO	140
2023	5	DOCUMENTO DIVERSO	4
2023	5	PARECER CORREGEDORIA	34
2023	6	DESPACHO	122
2023	6	DOCUMENTO DIVERSO	4
2023	6	PARECER CORREGEDORIA	36
2023	7	DECISÃO	1
2023	7	DESPACHO	70
2023	7	PARECER CORREGEDORIA	18

Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

ANO	MÊS	TIPO DE DOCUMENTO	QUANT
2023	8	DECISÃO	7
2023	8	DESPACHO	259
2023	8	PARECER CORREGEDORIA	109
2023	9	DESPACHO	47
2023	9	PARECER CORREGEDORIA	13
2023	10	DESPACHO	92
2023	10	DOCUMENTO DE COMPROVAÇÃO	2
2023	10	PARECER CORREGEDORIA	28
2023	11	DECISÃO	2
2023	11	DESPACHO	197
2023	11	PARECER CORREGEDORIA	31
2023	12	DECISÃO	4
2023	12	DESPACHO	79
2023	12	PARECER CORREGEDORIA	68



TOTAL DE PRONUNCIAMENTOS EM 2023:

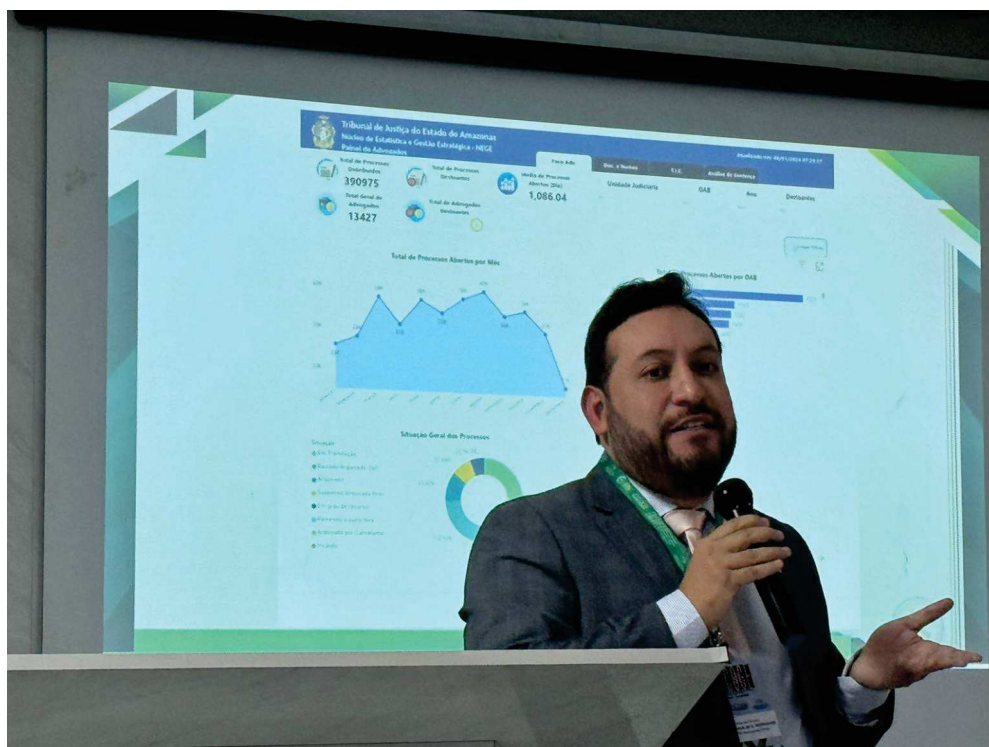
2.038

Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Participação do 93º Encontro Nacional dos Corregedores - ENCOGE na cidade de Palmas/TO, na qualidade de debatedor da oficina "As Experiências da CGJ/AM para Diagnosticar e Combater os Litígios Predatórios"

Período: 07/04/2024 a 13/04/2024

SEI nº 2024/000007642-01



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/11247-cgj-am-apresenta-experiencias-de-combate-as-demandas-predatorias-no-93-encoge>



Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

Total de relatórios finais de Processos Administrativos Disciplinares (PAD's) e Sindicância realizados	7
Total de Termos de Ajuste de Conduta (TAC) realizados	4
Total de PAD's em tramitação	6
Total de Sindicância em tramitação:	7

Gabinete 01 - Juiz Auxiliar - Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues-

ANO	MÊS	TIPO DE DOCUMENTO	QUANT
2024	1	DECISÃO	1
2024	1	DESPACHO	113
2024	1	PARECER CORREGEDORIA	49
2024	2	DECISÃO	2
2024	2	DESPACHO	114
2024	2	PARECER CORREGEDORIA	41
2024	3	DECISÃO	5
2024	3	DESPACHO	112
2024	3	PARECER CORREGEDORIA	38
2024	4	DECISÃO	28
2024	4	DESPACHO	36
2024	4	DOCUMENTO DE COMPROVAÇÃO	18
2024	4	PARECER CORREGEDORIA	36
2024	5	DECISÃO	18
2024	5	DESPACHO	107
2024	5	PARECER CORREGEDORIA	28
2024	6	DECISÃO	20
2024	6	DESPACHO	83
2024	6	PARECER CORREGEDORIA	33
2024	7	DECISÃO	28
2024	7	DESPACHO	126
2024	7	DOCUMENTO DE COMPROVAÇÃO	21
2024	7	PARECER CORREGEDORIA	63
2024	8	DESPACHO	5
2024	8	PARECER CORREGEDORIA	10

TOTAL DE PRONUNCIAMENTOS EM 2024:

1.041

GABINETE 02

**JUIZ AUXILIAR
DR. JULIÃO LEMOS
SOBRAL JÚNIOR**



Atribuições

- Oficiar nos procedimentos administrativos que lhes forem distribuídos;

- Emitir parecer nos processos que versem sobre matéria de sua competência;

- Conduzir sindicâncias, processos administrativos disciplinares, inspeções e correções, com apresentação de relatórios e pareceres conclusivos;

- Requisitar certidões, diligências, informações ou quaisquer outros esclarecimentos;

- Opinar sobre a necessidade da elaboração de atos normativos de competência da Corregedoria;

- Orientar servidores e magistrados no que for necessário ao desempenho de suas funções, no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça;

- Prestar atendimento às partes, advogados, servidores e magistrados, nos assuntos de sua competência;

- Sugerir ao Corregedor-Geral medidas que visem a dinamizar e acelerar a prestação jurisdicional dos órgãos de 1ª instância e da Corregedoria Geral;

- Despachar pessoalmente com o Corregedor-Geral, nos assuntos de sua competência;

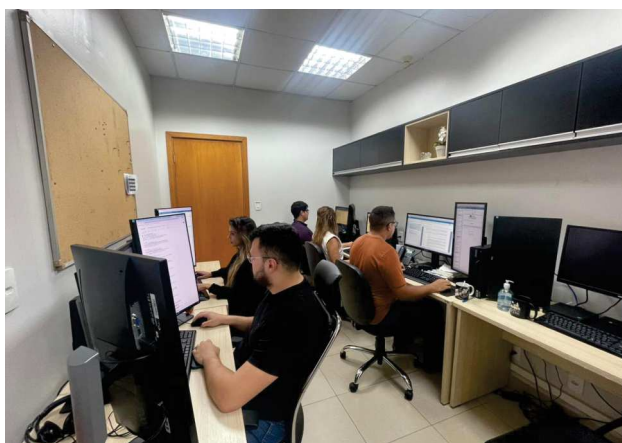
- Elaborar propostas, sugestões e projetos que julgar convenientes à melhoria e aperfeiçoamento dos serviços judiciários;

- Representar o Corregedor-Geral nas solenidades e atos oficiais;

- Coordenar, sob a orientação do Corregedor-Geral da Justiça, as semanas nacionais da conciliação, do registro civil, bem como demais que venham a ser criadas pelo Conselho Nacional de Justiça ou pela Corregedoria-Geral da Justiça;

- Zelar pelos prazos dos procedimentos inerentes às suas atribuições;

- Executar outras atividades compatíveis com sua natureza.



- Correição Ordinária nos Juízos de Direito e Correição Extraordinária nos Cartórios Extrajudiciais das Comarcas de Benjamin Constant, Atalaia do Norte, Amaturá, Santo Antônio do Itá e Tonantins - Portaria n. 251/2023 - CGJ/AM, Portaria n. 260/2023 - CGJ/AM, Portaria n. 271/2023 - CGJ/AM, Portaria n. 274/2023 - CGJ/AM e Portaria n. 275/2023 - CGJ/AM;
- Correição Ordinária no Juízo de Direito da 23ª Vara Cível da Comarca de Manaus/AM - Portaria n. 279/2023 - CGJ/AM e Portaria n. 09/2024 - CGJ/AM;
- Correição Ordinária no Juízo de Direito da Comarca de Urucurituba - Portaria n. 34/2024 - CGJ/AM;
- Correição Extraordinária no Cartório Extrajudicial da Comarca de Apuí - Portaria n. 35/2024 - CGJ/AM;
- Correição Extraordinária no Cartório Extrajudicial da Comarca de Lábrea, bem como Atividade de Inspeção relacionada às Atividades do Núcleo de Governança e Sustentabilidade da CGJ/AM - Portaria n. 49/2024 - CGJ/AM;
- Correição Ordinária no Juízo de Direito da Comarca de Silves - Portaria n. 150/2024 - CGJ/AM;
- Correição Extraordinária no Cartório Extrajudicial da Comarca de Silves - Portaria n. 151/2024 - CGJ/AM;
- Correição Ordinária no Juízo de Direito da Comarca de Itapiranga - Portaria n. 152/2024 - CGJ/AM;
- Correição Extraordinária no Cartório Extrajudicial da Comarca de Itapiranga - Portaria n. 153/2024 - CGJ/AM;
- Correição Ordinária no Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Humaitá - Portaria n. 159/2024 - CGJ/AM;
- Correição Extraordinária no Cartório Extrajudicial da Comarca de Lábrea - Portaria n. 186/2024 - CGJ/AM;
- Correição Extraordinária no Cartório Extrajudicial da Comarca de Apuí - Portaria n. 187/2024 - CGJ/AM;
- Correição Ordinária no Juízo de Direito da Comarca de Apuí - Portaria n. 188/2024 - CGJ/AM;
- Correição Ordinária no Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itacoatiara - Portaria n. 197/2024 - CGJ/AM;
- Correição Extraordinária no Juízo de Direito da 7ª Vara da Família da Comarca de Manaus - Portaria n. 202/2024 - CGJ/AM;

Membro das Seguintes Comissões

• Equipe de Transição da Corregedoria-Geral de Justiça para o Biênio 2023-2024 - Portaria n. 4068/2022 - CGJ/AM;

• Comissão Permanente de Procedimentos administrativos e Disciplinares e Sindicância - Portaria n. 181/2023 - CGJ/AM;

• Núcleo de Regularização Fundiária no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas - Portaria n. 119/2023 - CGJ/AM;

• Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Amazonas - CEJAIA, biênio 2023-2024 - Portaria n. 4722/2023 - TJAM;

• Comitê Gestor Local da Política Judiciária da Primeira Infância - Portaria n. 3506/2023 - TJAM;

• Comissão Organizadora do Concurso para Provimento Inicial e por Remoção das Serventias Extrajudiciais - Portaria n. 3171/2023 - TJAM;

• Semana Nacional de Conciliação 2023 - Portaria n. 222/2023 - CGJ/AM;

Participação das seguintes correições ordinárias e extraordinárias nas unidades judiciais e extrajudiciais do Estado do Amazonas

• Correição Ordinária no Juízo de Direito da Comarca de Boca do Acre - Portaria n. 177/2023 - CGJ/AM;

• Correição Ordinária no Juízo de Direito da Comarca de Eirunepé - Portaria n. 185/2023 - CGJ/AM;

• Correição Extraordinária no Cartório Extrajudicial da Comarca de Eirunepé - Portaria n. 189/2023 - CGJ/AM;

• Correição Ordinária no Juízo de Direito da Comarca de Maués - Portaria n. 220/2023 - CGJ/AM;

• Correição Extraordinária no Cartório Extrajudicial da Comarca de Maués - Portaria n. 221/2023 - CGJ/AM;

• Correição Ordinária no Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Parintins - Portaria n. 238/2023 - CGJ/AM;

• Correição Extraordinária no 1º Ofício da Comarca de Parintins - Portaria n. 240/2023 - CGJ/AM;

• Correição Extraordinária no 2º Ofício da Comarca de Parintins - Portaria n. 241/2023 - CGJ/AM;

Participação em Eventos, Cursos, Representações e Viagens Institucionais:

- 92º Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça - ENCOGE em São Luis;
- 93º Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça - ENCOGE em Tocantins;
- Curso "Os desafios da democracia no século XXI";
- Apoio e acompanhamento do devido arquivamento das execuções fiscais extintas, nos termos do art. 1º, §1º, da Resolução n. 547/2024 - CNJ;
- Solenidade de transmissão do cargo de Corregedor-Geral de Justiça de Pernambuco;
- Posse do Excelentíssimo Senhor Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes como Presidente do Colégio de Corregedores-Permanentes na cidade de Brasília;
- II Congresso FONAJUS - Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde em Foz do Iguaçu/PR;
- 7º Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições em Foz do Iguaçu/PR;
- XLVIII Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis no Rio de Janeiro/RJ;
- Entrega de títulos registrados, como consequência das ações do Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade, na Comarca de Apuí/AM;
- Encontro Nacional de Tribunais de Justiça do Brasil na cidade de Porto Alegre/RS;

Metodologia de Trabalho

Inicialmente, observou-se uma elevada quantidade de procedimentos pendentes de conclusão, totalizando mais de 200. Uma força-tarefa foi organizada entre os servidores para solucionar a fila eletrônica "Ato do Magistrado - Minutar". Também foi notada uma alta distribuição de procedimentos, muitas vezes com prazos de resposta e resolução estabelecidos.

A manutenção do controle e da estabilidade das filas foi possível graças ao aumento do quadro de servidores, com o aval do Excelentíssimo Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, além das técnicas a seguir descritas.

Para otimizar a gestão, foi criada uma planilha em drive para a distribuição prévia de procedimentos entre os assessores, bem como para a catalogação das demandas urgentes e aquelas classificadas como Metas de Nivelamento do CNJ.

No entanto, o prazo de 140 dias para atingimento da Meta 3 mostrou-se exíguo, resultando em alguns procedimentos não finalizados dentro do período estipulado.

As audiências de sindicância e os procedimentos administrativos disciplinares foram pautados de acordo com a demanda existente, não havendo um acervo contínuo para tanto.

Os atendimentos aos jurisdicionados são diários, e os procedimentos no sistema SEI são verificados continuamente, sem demanda pendente de providências.

As ferramentas disponibilizadas pelo Gabinete deste Órgão Censor são de grande valia para as atividades laborais. Destacam-se, por exemplo, o BI de Normativos, que compila os provimentos da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas e do Conselho Nacional de Justiça, e o link de controle de metas e prazos processuais do CNJ, que permite o acompanhamento em tempo real da tramitação dos dados.

Assim sendo, a implementação e a utilização de tais ferramentas possibilitaram um controle eficaz e uma maior eficiência na análise e tramitação dos procedimentos de atribuição deste juízo.

Resultados Alcançados

A partir de toda a metodologia aplicada, no decorrer deste período (junho de 2023 até julho de 2024), o Juízo-Corregedor Auxiliar 02 obteve os seguintes dados estatísticos de produtividade:

minuta	quantidade
Parecer	1.010
Decisão	116
Despacho	1.891
Outros	20
Total	3.039

Não há procedimentos parados há mais de 100 dias no gabinete. Ademais, há 46 procedimentos pendentes de assinatura e 27 procedimentos pendentes de elaboração de minutas.



Disponível no link:

https://www.instagram.com/p/CxyNFgmr94/?img_index=1 



Disponível no link:

https://www.instagram.com/p/Cx_UfrPPB6t/ 



Disponível no link:

<https://www.instagram.com/p/CyOHE6VrlEx/> 



Disponível no link:

<https://www.instagram.com/p/CyVtbpwL2WL/> 

O acervo de **procedimentos classificados nas Metas de Nivelamento do Conselho Nacional de Justiça** consta disposto da seguinte maneira:

- **67 (sessenta e sete)** procedimentos distribuídos na totalidade;
- **29 (vinte e nove)** procedimentos julgados;
- **6 (seis)** procedimentos aguardam a decisão final do Excelentíssimo Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes;
- **3 (três)** procedimentos aguardam análise e assinatura proferida por este gabinete.

Quanto ao **percentual de cumprimento das referidas metas**, tem-se o seguinte.



Obteve-se **resultados expressivos na campanha do ano de 2023**, superando todas as metas estabelecidas.





Disponível no link:

<https://www.instagram.com/p/Cyo8b43roi9/>







MINUTO DA CONCILIAÇÃO



Semana Nacional da Conciliação deste ano bate metas no Amazonas

🕒 21 de novembro de 2023 - 📁 Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias



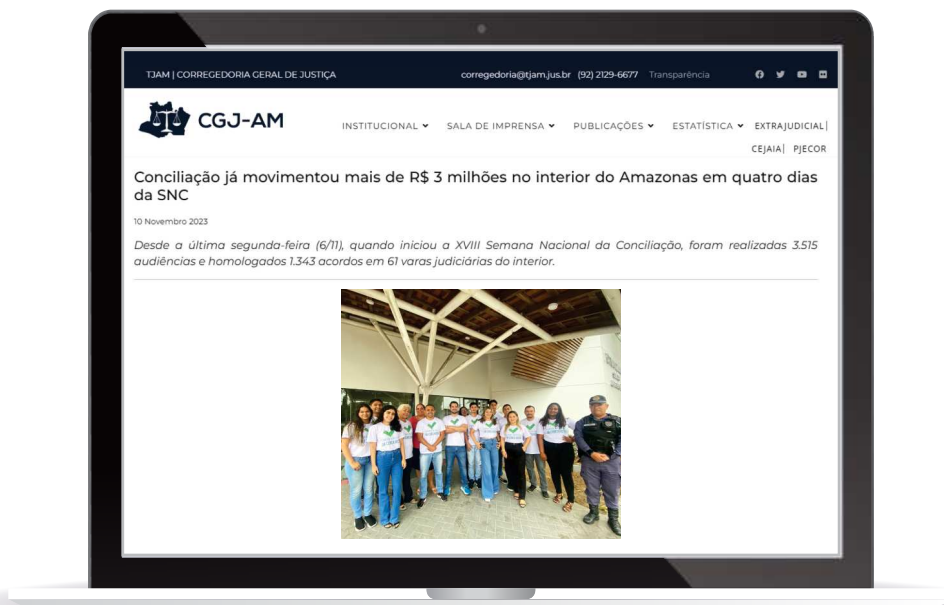
As audiências no Amazonas foram realizadas nos formatos presencial, virtual (quando as partes participam por meio de videoconferência) e híbrido (as partes estão presencialmente e de forma virtual). Foto: Raphael Alves | Arquivo TJAM



<https://www.cnj.jus.br/semana-nacional-da-conciliacao-deste-ano-bate-metas-no-amazonas/>



Matérias Destaques



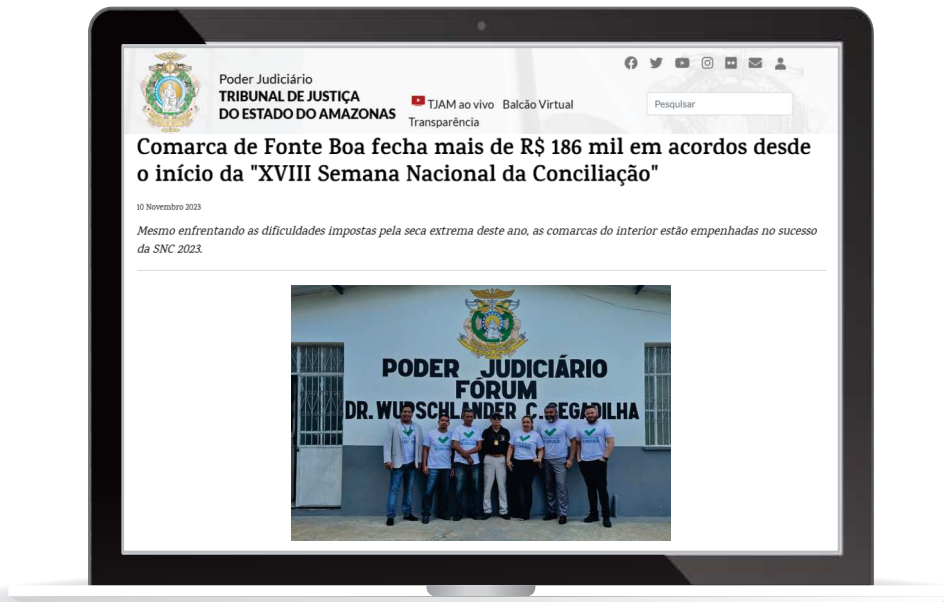
<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9779-conciliacao-ja-movimentou-mais-de-r-3-milhoes-no-interior-do-amazonas-em-quatro-dias-da-snc>



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9787-centro-judiciario-adaptou-espaco-para-os-servidores-que-realizam-o-atendimento-de-familias-fragilizadas-pelo-processo-de-separacao-durante-a-snc-2023>



Matérias Destaques



<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/9777-comarca-de-fonte-bo-fecha-mais-de-r-186-mil-em-acordos-desde-o-inicio-da-xviii-semana-nacional-da-conciliacao>



<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/9746-snc-2023-audiencias-no-2-grau-terminam-em-acordo-e-reforcam-compromisso-do-judiciario-com-a-pacificacao-dos-conflitos>



Matérias Destques

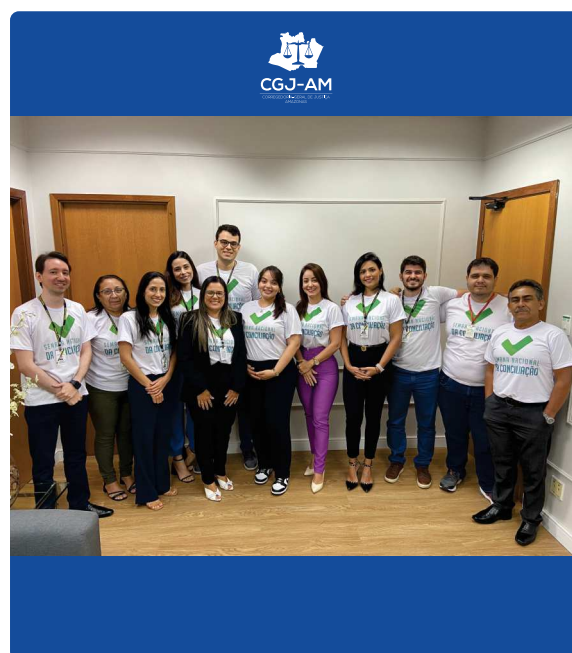


<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9772-judiciario-do-am-realiza-mais-de-1-7-mil-audiencias-no-primeiro-dia-da-semana-nacional-de-conciliacao-bloqueado>



<https://www.portaldoholanda.com.br/amazonas/justica-encerra-briga-entre-vizinhos-que-acumulava-5-processos-no-amazonas>

Gabinete 02 - Juiz Auxiliar - Dr. Julião Lemos Sobral Júnior





Magistrado e servidores da 10ª Vara Criminal no movimento pela conciliação



Servidores do Setor de Protocolo da CGJ na Semana Nacional da Conciliação 2023



Desembargador Elci Simões e Equipe seguem engajados na Semana Nacional da Conciliação 2023



2.º Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal de Manaus na SNC 2023

Gabinete 02 - Juiz Auxiliar - Dr. Julião Lemos Sobral Júnior





XIX SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

2024

12.416

audiências designadas

9.466

foram realizadas



21.550

atendidas durante a campanha

12.515 Acordos Homologados

= 84.408.271,63



Nupemec, Ejud e CGJ preparam servidores e estagiários para atuarem na XIX Semana Nacional da Conciliação



Corregedoria do AM divulga edital para participação de grandes litigantes na Semana Nacional de Conciliação deste ano

Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/12655-nupemec-ejud-e-cgj-preparam-servidores-e-estagiarios-para-atuarem-na-xix-semana-nacional-da-conciliacao>



Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/12240-corregedoria-do-am-divulga-edital-para-participacao-de-grandes-litigantes-na-semana-nacional-de-conciliacao-deste-ano>





Disponível no link:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/12836-amazonas-inicia-a-semana-nacional-da-conciliacao-com-quase-14-mil-processos-pautados>





MINUTO DA CONCILIAÇÃO



Video gerado por Inteligência Artificial

No Amazonas, Semana da Conciliação movimentou mais de R\$ 39 milhões em dois dias

🕒 7 de novembro de 2024 - 📁 Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias



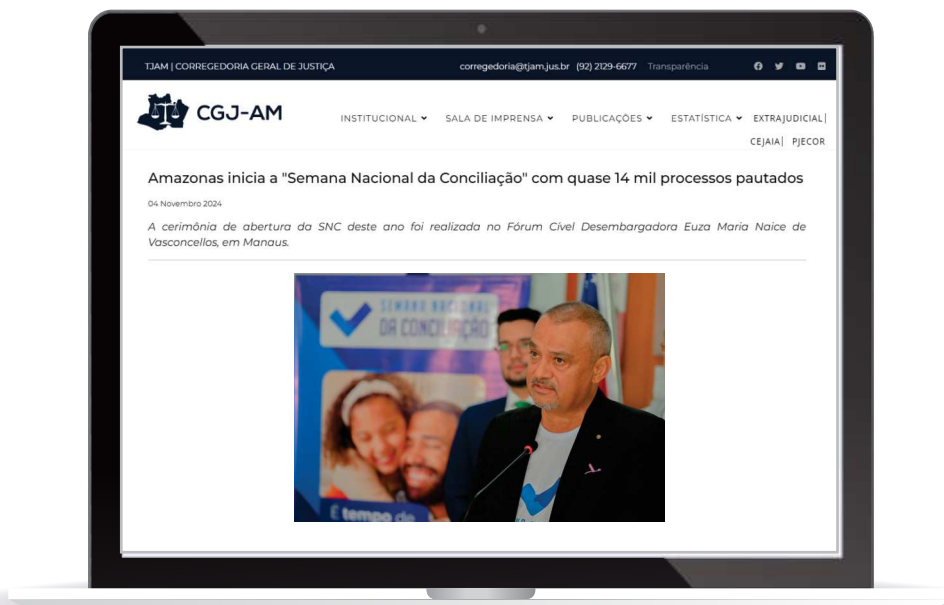
Foto: Raphael Alves



<https://www.cnj.jus.br/no-amazonas-semana-da-conciliacao-movimentou-mais-de-r-39-milhoes-em-dois-dias/>



Matérias Destaques



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/12836-amazonas-inicia-a-semana-nacional-da-conciliacao-com-quase-14-mil-processos-pautados>



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/12864-comarca-de-benjamin-constant-concilia-75-dos-processos-civeis-pautados-para-o-primeiro-dia-da-semana-nacional-de-conciliacao-2024>



Matérias Destaques



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/12913-demandas-relacionadas-ao-sus-entraram-na-pauta-da-xix-semana-nacional-de-conciliacao-no-amazonas>



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/13002-balanco-final-da-xix-semana-nacional-da-conciliacao-no-am-supera-todas-as-metas-e-movimentou-mais-de-r-84-milhoes>

Gabinete 02 - Juiz Auxiliar - Dr. Julião Lemos Sobral Júnior

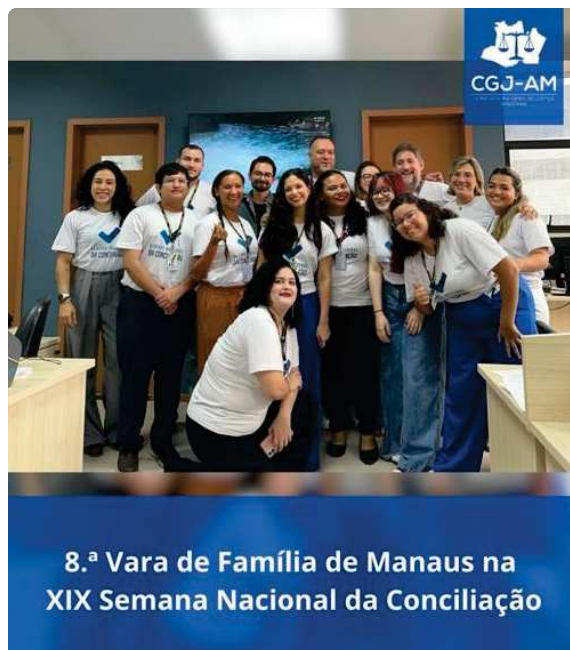


Gabinete 02 - Juiz Auxiliar - Dr. Julião Lemos Sobral Júnior







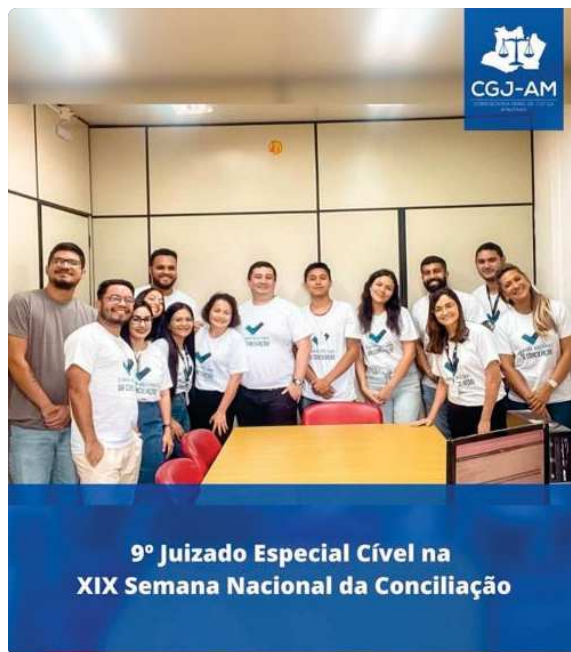




Objetivos

Diante das considerações apresentadas e em consonância com as diretrizes e metas de nivelamento do Conselho Nacional de Justiça, o Gabinete do Juiz-Corregedor Auxiliar 2, sob a liderança do Magistrado Auxiliar, Dr. Julião Lemos Sobral Júnior, estabeleceu uma série de objetivos estratégicos para aprimorar continuamente a eficiência e a qualidade das atividades laborais. A seguir, apresentamos os principais objetivos perquiridos que guiarão as ações e iniciativas deste gabinete até o término da gestão do Excelentíssimo Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes.

- Aumentar o número de decisões de mérito proferidas dentro dos prazos estabelecidos, com foco na meta 3 do Conselho Nacional de Justiça;
- Atingir as Metas de Nivelamento do Conselho Nacional de Justiça;
- Contribuir com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, promovendo a uniformidade e a excelência na prestação jurisdicional;
- Priorizar e decidir os procedimentos administrativos disciplinares e sindicâncias, garantindo a celeridade e a efetividade na resolução de questões disciplinares;
- Velar pelo controle dos processos distribuídos, assegurando que todos os procedimentos sejam acompanhados e finalizados dentro dos prazos estipulados;
- Manter as filas de conclusão estáveis, evitando o acúmulo de processos e garantindo a fluidez na tramitação dos procedimentos;
- Permanecer pautando audiências de procedimentos administrativos disciplinares e de sindicâncias em tempo exíguo, assegurando a celeridade e a eficiência nas decisões;
- Manter o fluxo do sistema SEI controlado, garantindo que todos os procedimentos sejam acompanhados e finalizados de maneira eficiente;
- Contribuir com atualizações normativas, incluindo o provimento de correções nas unidades judiciais e extrajudiciais; manual de procedimentos administrativos disciplinares e sindicâncias; manual de normas das atividades judiciais e extrajudiciais; manual de procedimentos de nomeação de interventores e interinos nas serventias extrajudiciais e atos subsequentes de prestação de contas e provisionamento; provimento de procedimento de cobrança de custas judiciais; e provimento de medidas disciplinares alternativas (TAC).



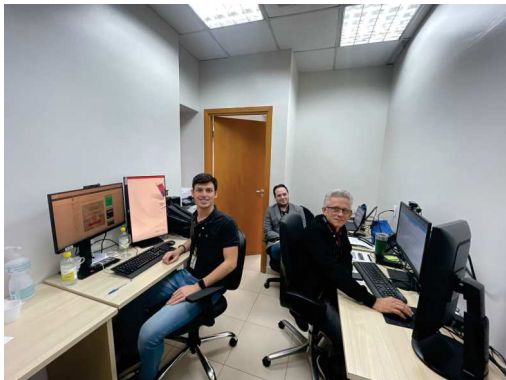
Considerações Finais

O Gabinete do Juízo-Corregedor 02 averba seu comprometimento e compromisso contínuo com a alta produtividade, cumprimento rigoroso de prazos e eficiência na gestão de procedimentos, alinhando-se com as metas e diretrizes de nivelamento e celeridade na prestação jurisdicional. A colaboração e cooperação do Gabinete do Excelentíssimo Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, foram primordiais para os resultados obtidos, que, ao nosso sentir, são satisfatórios e indicam um progresso significativo em direção aos objetivos perquiridos.

GABINETE 03

JUIZ AUXILIAR
DR. RAFAEL ALMEIDA
CRÓ BRITO





2023

1ª DILIGÊNCIA: Formação de Grupo de Whatsapp

O grupo iniciou com alguns gestores dos setores do Tribunal de Justiça, lideranças de Pastorais de rua, da representante do Comitê Interno de Apoio à Implementação e Monitoramento da Política Nacional Judicial de Atenção das Pessoas em Situação de Rua, entre outros. Antes da abertura da ação social já contava com 90 participantes.

2ª DILIGÊNCIA: Segunda reunião

No dia 13 de abril, houve a primeira inspeção técnica oficial e reunião promovida pelo do Juiz Auxiliar da CGJ, Dr. Rafael Almeida Cró Brito, com a presença das gestoras da Divisão de Serviço Social e Acessibilidade, do Patrimônio do TJ/AM, a gestora do Centro de Convivência, Sra. Maria Elisabete Maciel da Silva, assessora do Centro de Convivência, Sra. Gleiciane Leite e os representantes dos seguintes órgãos: Polícia Civil, Funai, Força Nacional, Anoreg/AM, Pastoral do Povo de Rua, TRE/AM, DPE/AM, Arpen/AM, Cartório 9.º Ofício, Cartório 8.º Ofício, Cartório 7.º Ofício, Cartório 4.º Ofício, Cartório 5.º Ofício.

O objetivo da inspeção foi conhecer o espaço a ser realizada a Semana Nacional do Registro Civil – Registre-se, no Centro Estadual de Convivência da Família Padre Pedro Vignola e já iniciar os primeiros planejamentos com a equipe que estava presente.



Realização de Eventos, Ações Sociais e Correições

Uma das principais ações se deu pela realização do evento "Registre-se!", o qual ocorreu por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por intermédio do Provimento n.º 140/2023, estabelecido o Programa de Enfrentamento ao Sub-registro Civil e de Ampliação ao Acesso à Documentação Básica por Pessoas Vulneráveis e instituída a Semana Nacional do Registro Civil, a ser realizada anualmente em todo o País, devendo prestar atendimento aos indivíduos considerados socialmente vulneráveis (população em situação de rua, povos originários, população ribeirinha e refugiados).

O evento teve presença no ano de 2023, nos dias 8 a 12 de maio (Portaria n.º 38/2023-CGJ/AM, de 03 de março de 2023) e 2024, nos dias 13 a 17 de maio, contando com mais de 20.000 (vinte mil) atendimentos no Estado do Amazonas.

Atribuições

- Oficiar nos procedimentos administrativos que lhes forem distribuídos;

- Emitir parecer nos processos que versem sobre matéria de sua competência;

- Conduzir sindicâncias, processos administrativos disciplinares, inspeções e correições, com apresentação de relatórios e pareceres conclusivos;

- Requisitar certidões, diligências, informações ou quaisquer outros esclarecimentos;

- Opinar sobre a necessidade da elaboração de atos normativos de competência da Corregedoria;

- Orientar servidores e magistrados no que for necessário ao desempenho de suas funções, no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça;

- Prestar atendimento às partes, advogados, servidores e magistrados, nos assuntos de sua competência;

- Sugerir ao Corregedor-Geral medidas que visem a dinamizar e acelerar a prestação jurisdicional dos órgãos de 1ª instância e da Corregedoria Geral;

- Despachar pessoalmente com o Corregedor-Geral, nos assuntos de sua competência;

- Elaborar propostas, sugestões e projetos que julgar convenientes à melhoria e aperfeiçoamento dos serviços judiciários;

- Representar o Corregedor-Geral nas solenidades e atos oficiais;

- Coordenar, sob a orientação do Corregedor-Geral da Justiça, as semanas nacionais da conciliação, do registro civil, bem como demais que venham a ser criadas pelo Conselho Nacional de Justiça ou pela Corregedoria-Geral da Justiça;

- Zelar pelos prazos dos procedimentos inerentes às suas atribuições;

- Executar outras atividades compatíveis com sua natureza.

3ª DILIGÊNCIA: Segunda reunião



No dia 18 de abril, ocorreu a segunda reunião oficial com integrantes dos órgãos, instituições e entidades parceiras, às 10 h, no 5.º andar, Setor 01, na Divisão de Serviço Social e Acessibilidade do Tribunal de Justiça, no Fórum Ministro Henoch Reis, localizado na Av. Jornalista Umberto Calderaro, s/n – São Francisco, Manaus – AM, 69079-265. Participaram as lideranças das Pastorais, Sub-Secretária da Semasc, gestora e assessora do Centro de Convivência, assistentes sociais, e o representante do Gabinete do Juiz Auxiliar da CGJ, orquestrando assim a organização das populações que seriam atendidas.

4ª DILIGÊNCIA: Terceira reunião



5ª DILIGÊNCIA: Quarta reunião

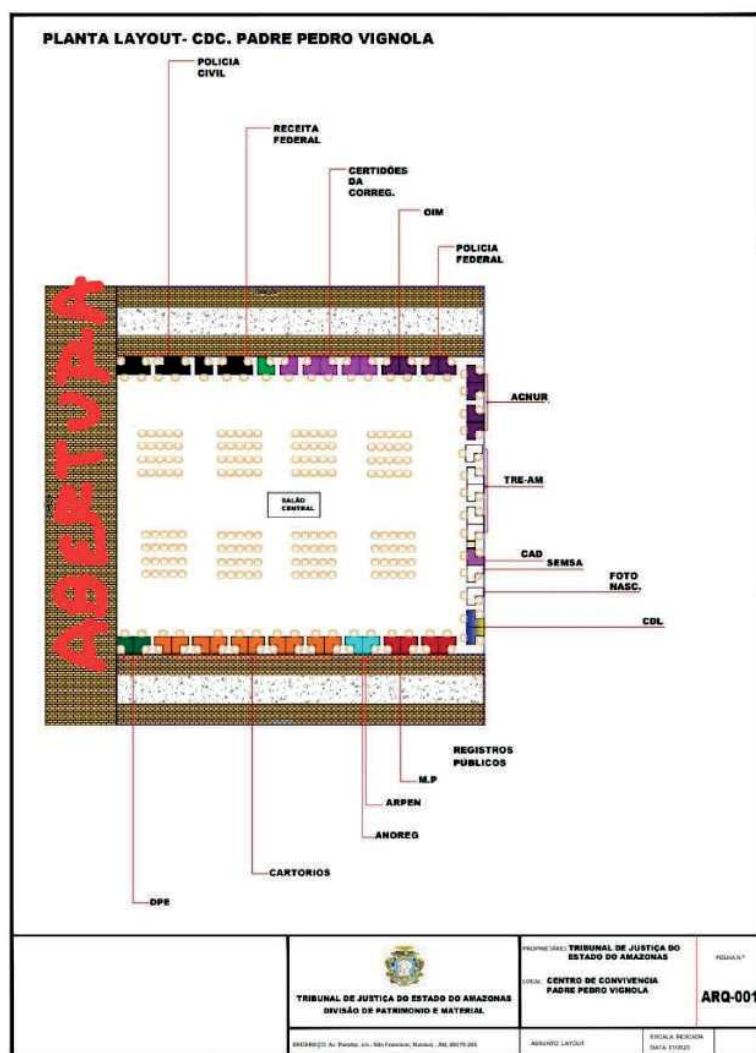


Alguns registros dos trabalhos





LAYOUT do espaço de Convivência ficou sob a responsabilidade da Diretora do Patrimônio.



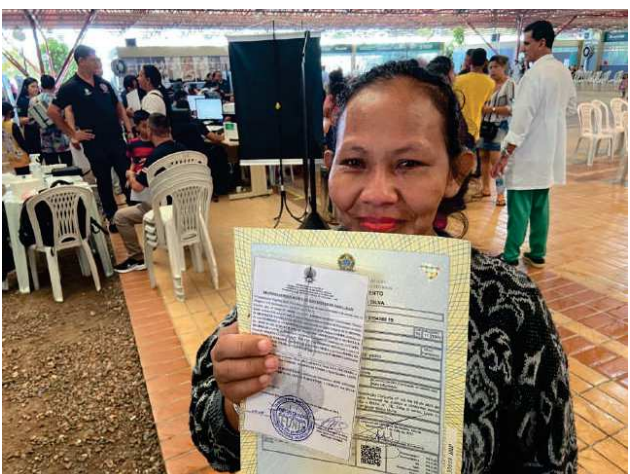
6ª DILIGÊNCIA: Etapa de instalações elétricas e cabeamento



Abertura da Semana Nacional da Conciliação 2023



Alguns registros dos trabalhos



Alguns registros dos trabalhos



Destaques aos povos originários



Registre-se!

Semana Nacional do Registro Civil

AMAZONAS

+10 mil

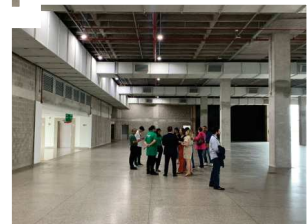
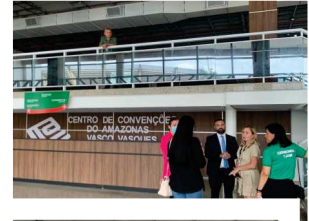
número geral de
atendimentos na ação

em 2023

Inspeção no local do evento

2024

Inspeção do Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques - CCA2. E após vistoria de todos os ambientes foi concluído que o espaço atenderia a ação.



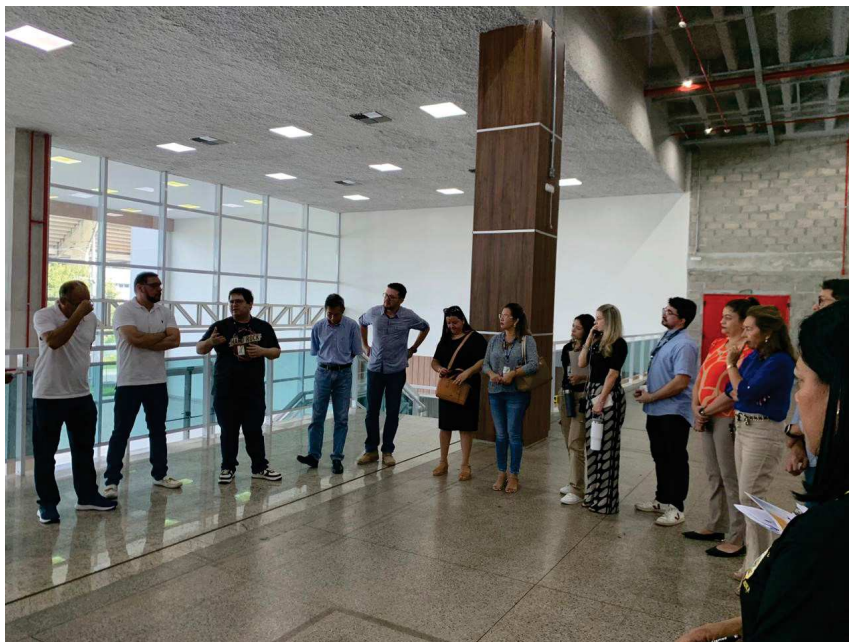
Assinatura do Termo de Cessão de Uso

No dia 26 de fevereiro, o Corregedor-Geral de Justiça do Amazonas, Desembargador Jomar Fernandes, assinou o Termo de Cessão de Uso, com a Direção da Empresa Estadual de Turismo (Amazonastur), presente o Presidente da Amazonastur, Ian Henderson Carmo Ribeiro, viabilizando a utilização do Centro de Convenções Vasco Vasques, localizado em Manaus, com objetivo de o local sediar as atividades da II Semana Nacional de Registro Civil – “Registre-se”.



Gabinete 03 - Juiz Auxiliar - Dr. Rafael Almeida Cró Brito

Inspeção do local com parceiros



Reunião com equipes e parceiros



Gabinete 03 - Juiz Auxiliar - Dr. Rafael Almeida Cró Brito



Reunião com SEAP e Presidente da ANOREG



Dia 29/03/2024 – Reunião com as lideranças indígenas e COPIME para alinhamento do deslocamento de transporte.



30/03/24 Entrevista com o Juiz Corregedor Auxiliar Rafael Cró, no programa Jornal da Rios, rádio Rios FM, às 07h00



30/03/24 - Entrevista com o Juiz Corregedor Auxiliar Rafael Cró, Telejornal do meio-dia



30/04/2024 - Treinamento dos Setores e órgãos apoiadores que atuarão na triagem, realizado no Vasco Vasques.



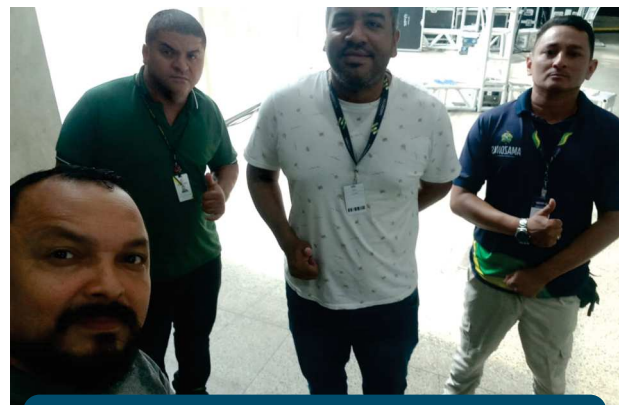
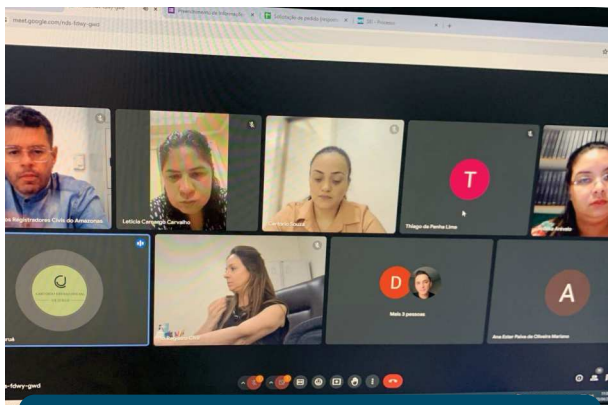
09/05/2024 - Treinamento realizado pela ANOREG, DPE, objetivando orientar toda a equipe da triagem para atendimento de todo público-alvo

Abertura do Registre-se no Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques

O ministro do Superior Tribunal de Justiça Mauro Campbell Marques, esteve participando da ação realizada em Manaus, para emissão de certidão de registro civil à população socialmente vulnerável, notadamente à população indígena.



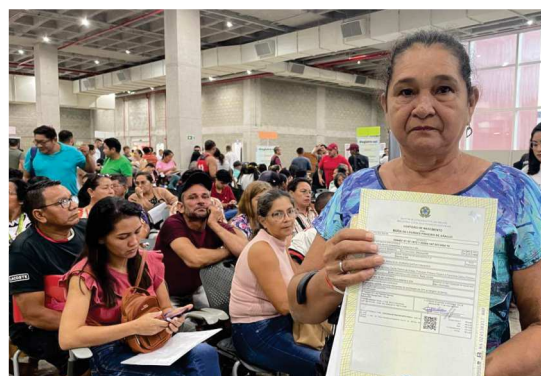
Gabinete 03 - Juiz Auxiliar - Dr. Rafael Almeida Cró Brito



Abertura do Registre-se no Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques



IMAGENS DO REGISTRE-SE EM MANAUS - 2024



IMAGENS DO REGISTRE-SE EM BARCELOS - 2024



IMAGENS DO REGISTRE-SE EM MANAUS - 2024



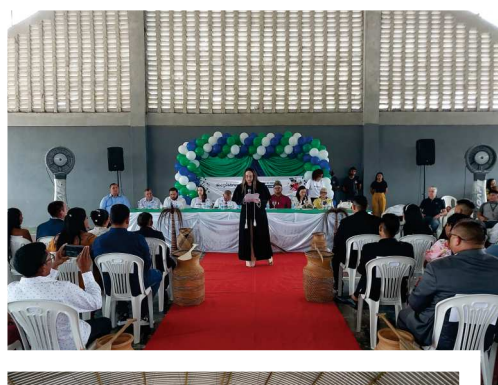
IMAGENS DO REGISTRE-SE NA COMUNIDADE INDÍGENA EM BELÉM DO SOLIMÕES

Ministro Luís Felipe Salomão, na época Corregedor Nacional de Justiça, Desembargador Jomar Fernandes e demais autoridades participaram do evento “Registre-se” na comunidade indígena de Belém do Solimões.



IMAGENS DO REGISTRE-SE EM BARCELOS - 2024

Celebração do casamento coletivo



IMAGENS DO REGISTRE-SE EM TABATINGA NA COMUNIDADE INDÍGENA DE UMARIAÇU



IMAGENS DO REGISTRE-SE EM TABATINGA NA COMUNIDADE INDÍGENA DE UMARIAÇU

Celebração do casamento coletivo



IMAGENS DO REGISTRE-SE NA COMUNIDADE INDÍGENA EM BELÉM DO SOLIMÕES

Celebração do casamento coletivo



IMAGENS DO REGISTRE-SE EM FEIJOAL - 2024



IMAGENS DO REGISTRE-SE EM FEIJOAL - 2024



**TOTAL DOS DADOS ESTATÍSTICOS DE MANAUS,
BARCELOS, TABATINGA, BELÉM DO SOLIMÕES E FEIJOAL**

MUNICÍPIOS	APURAÇÃO FINAL
Manaus	11651
SEAP	148
Município de Barcelos	4503
Comunidade Indígena de Feijoal - Benjamin Constant	2.511
Tabatinga - população carcerária	148
Tabatinga - Comunidade Indígena de Umariáçu	3.947
Tabatinga - Belém do Solimões	3708

Registre-se!

Semana Nacional do Registro Civil

AMAZONAS

26.616

número geral de
atendimentos na ação

em 2024

Gabinete 03 - Juiz Auxiliar - Dr. Rafael Almeida Cró Brito





Campanha

Registro Civil e Cidadania

Rio Preto da Eva





Matérias Destaques



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/12547-campanha-de-registro-civil-e-cidadania-em-rio-preto-da-eva-realiza-cerca-de-800-atendimentos-nas-primeiras-horas-da-acao>



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/12550-historias-de-moradores-de-rio-preto-da-eva-ganham-novo-capitulo-com-a-campanha-de-registro-civil-e-cidadania-no-municipio>

Gabinete 03 - Juiz Auxiliar - Dr. Rafael Almeida Cró Brito





Campanha

Registro Civil e Cidadania

Novo Airão





Matérias Destaques



Campanha de Registro Civil e Cidadania em Novo Airão inicia com quase 800 atendimentos a população local



Idoso com deficiências visual e auditiva e mobilidade reduzida recebe atendimento na ação de Registro Civil e Cidadania, em Novo Airão



Indígena de 80 anos consegue pela primeira vez sua certidão de nascimento na Campanha de Registro Civil e Cidadania em Novo Airão (AM)

Participação das seguintes correições

- Correição extraordinária no cartório extrajudicial da comarca de São Gabriel da Cachoeira/AM, segundo os termos das portarias Nº 15/2023-CGJ/AM E 108/2023-CGJ/AM, no período de 15 a 21.04.23;
- Correição Ordinária no Juízo de Direito da Comarca de Nova Olinda do Norte/AM, Portaria n.º 3014, de 21 de julho de 2023, no período de 25/07/2023 a 27/07/2023;
- Correição Extraordinária realizada junto à Vara única da comarca de Santo Antônio do Içá/AM, no período compreendido entre os dias 20 a 29 de OUTUBRO de 2023, conforme previsão no Cronograma Anual de 2023 e instituída pela Portaria nº 251/2023, alterada pelas Portarias nº 260/2023, 271/2023, 274/2023 e 275/2023 – CGJ/AM;
- Correição Extraordinária realizada no Cartório Judicial e Anexos de Atalaia do Norte/AM, consoante as Portarias 251/2023-CGJ/AM, 260/2023-CGJ/AM, 271/2023-CGJ/AM, 274/2023-CGJ/AM e 275/2023-CGJ/AM, no período de 20 a 29 de outubro de 2023;
- Correição no Cartório Extrajudicial da Comarca de Tabatinga/AM, Portaria nº 269/2023-CGJ/AM – no período de 23.10.2023 a 27.10.23;
- Correição Ordinária na Vara única da comarca de Benjamin Constant/AM, Portaria nº 251/2023 – CGJ/AM, 260/2023-CGJ/AM, 271/2023-CGJ/AM, 274/2023 –CGJ/AM e 275/2023 – CGJ/AM, no período compreendido entre os dias 20 a 29.10.2023;
- Correição extraordinária no cartório extrajudicial na Comarca de Novo Airão/AM Portaria Nº 1754, de 21 de maio de 2024, no período de 22 a 26/05/2024;
- Correição no Cartório Extrajudicial da Comarca De Anamá/AM (2º Ofício), Portaria nº 678, de 05 de março de 2024, no período de 06/03/2024 a 10/03/2024.

Participação das seguintes Comissões

- Grupo de Trabalho Interinstitucional Direitos para Povos Indígenas e Justiça Criminal Institui e regulamenta no âmbito do Poder Judiciário do Amazonas, através do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo, as atribuições do Grupo de Trabalho Interinstitucional Direitos para Povos Indígenas e Justiça Criminal para a implementação da Resolução CNJ nº 287/2019 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas. 1243/2023 de 28/03/2023;
- Grupo De Monitoramento Carcerário – GMF/TJAM Grupo De Trabalho Interinstitucional Temáticos Criados No Âmbito do GMF/TJAM. Objetivo: propor Ações Estaduais de atenção integral ao paciente judiciário, a proteção de direitos fundamentais da pessoa com transtorno mental e sua desinstitucionalização, no Estado do Amazonas 01/2023 – GMF/TJAM 03/2023 – GMF/TJAM;
- Juiz coordenador - Grupo de Trabalho do Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas (NUMOPEDE) – Portaria n.º 195, de 16 de janeiro de 2023;
- Grupo de Trabalho Interinstitucional Direito para Povos Indígenas e Justiça Criminal - Portaria nº 1243, de 28 de março 2023 – atuando como Juiz Corregedor Auxiliar – TJAM;
- Juiz Coordenador – Comissão de acompanhamento do desenvolvimento e implementação do Sistema de Fiscalização da atividade Extrajudicial - Portaria nº 2955, de 18 de julho de 2023;
- Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial do Amazonas – CEIMPA – Portaria Conjunta nº 16/2024 -Juiz como Juiz Representante da CGJ-AM (Titular).

Ainda, há de se ressaltar as iniciativas quanto ao processo de n.º 0003161-89.2022.2.00.0804, em que houve parecer elaborado pelo magistrado signatário objetivando reunir as três esferas de poderes do Estado do Amazonas para auxiliar nas metas traçadas pela Política Nacional Judicial de Atenção às Pessoas em Situação de Rua, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ n. 307/2019, Resolução CNJ n. 306/2019 e ao Provimento CNJ n. 104/2020).

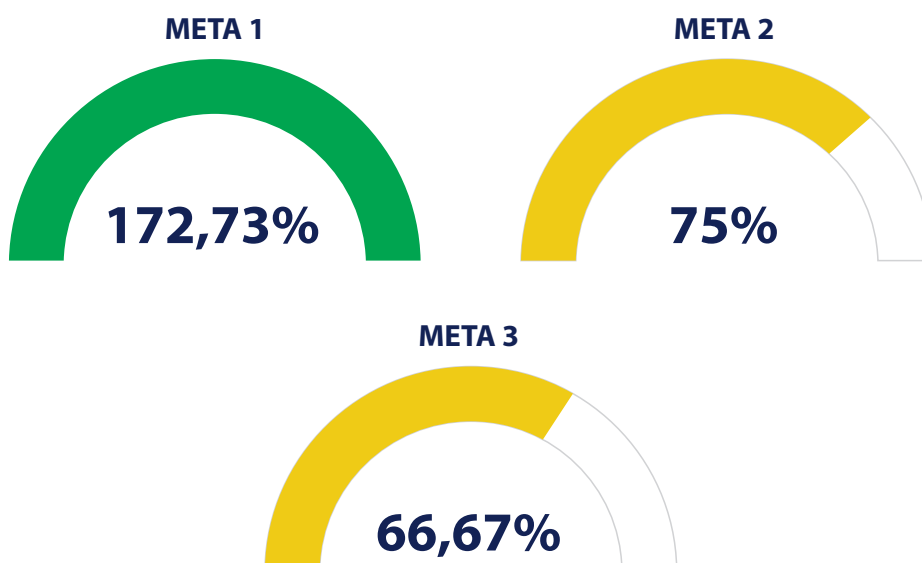
• Igualmente, no processo de n.º 0000804-68.2024.2.00.0804, foi realizada iniciativa quanto ao Registre-se Indígena relacionado à população LBTQIAPN+, objetivando direcionar pautas inclusivas às minorias do cotidiano amazonense.

Participação das seguintes Comissões

Conforme relatório elaborado pelo Setor de Estatística da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, até o dia da confecção do presente relatório, a produtividade do Gabinete 03, contada desde meados de fevereiro de 2023, é a que segue:

minuta	quantidade
Parecer	1.135
Decisão	224
Despacho	1.436
Outros	4
Total	2.799

No que tange ao percentual das Metas Nacionais traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, até a elaboração e juntada do presente relatório tem-se o numerário que segue:



Ainda no que se refere à produtividade, não constam processos paralisados há mais de 100 (cem) dias no gabinete, ao passo que o feito mais antigo possui data de conclusão no dia 09/08/2024. No mais, no momento de elaboração desse relatório, há 1 (um) processo concluso para decisão, e 2 (dois) processos conclusos para assinatura.

Considerações Finais

Inicialmente, ressalta-se que o Gabinete 03 buscou sempre trabalhar conforme os princípios da celeridade e economia processual, bem como obedecendo à proporcionalidade e ao princípio da dignidade da pessoa humana.

A efetividade nos ofícios e o tratamento humano dispensando aos jurisdicionados que buscaram auxílio nesta Corregedoria sempre foram as diretrizes pelas quais este setor se pautou, o que resultou, invariavelmente, em grandes ações sociais e bons índices das Metas Nacionais outrora traçadas.

No mais, o bom relacionamento interpessoal e o ambiente de trabalho criados podem igualmente ser citados como pilares para o sucesso da gestão.



94^o ENCOGE

Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça
& 6º Fórum Fundiário Nacional

MANAUS-AM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS





94º ENCOGE

Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça
& 6º Fórum Fundiário Nacional

MANAUS-AM

ENCOGE - Manaus sediará o 94.º Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça no segundo semestre

A escolha por Manaus aconteceu no final da tarde desta quinta-feira (25/4), um pouco antes do encerramento do 93.º Encoge, realizado em Palmas.

26 de Abril de 2024



<https://ccoge.org.br/noticias/encoge-manaus-sediara-o-94-encontro-nacional-dos-corregedores-gerais-dos-tribunais-de-justica-no-segundo-semester>





94º ENCÔGE

Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça
& 6º Fórum Fundiário Nacional

MANAUS-AM

Ministro do STJ é convidado para palestrar no 94.º Encoge, em Manaus

O Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça do Brasil será realizado na capital amazonense, no mês de novembro.

02 de Setembro de 2024



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/12341-ministro-do-stj-e-convidado-para-palestrar-no-94-encoge-em-manauas>





94º ENCÔGE

Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça
& 6º Fórum Fundiário Nacional

MANAUS-AM

Fórum Fundiário Nacional abre inscrições para apresentação de boas práticas no Encoge/Manaus

O fórum será realizado no próximo mês na capital amazonense.

08 de Outubro de 2024



**FÓRUM
FUNDIÁRIO
NACIONAL**
**DAS CORREGEDORIAS
GERAIS DA JUSTIÇA**



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/12627-forum-fundiario-nacional-abre-inscricoes-para-apresentacao-de-boas-praticas-no-encoge-manaus>





94º ENCÔGE

Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça
& 6º Fórum Fundiário Nacional

MANAUS-AM

Centro de Convenções Vasco Vasques sediará o 94.º Encoge e o 6.º Fórum Fundiário Nacional em novembro

A cidade de Manaus foi escolhida em abril para sediar os dois eventos nacionais.

14 de Outubro de 2024



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/12669-centro-de-convencoes-vasco-vasques-sediara-o-94-encoge-e-o-6-forum-fundiario-nacional-em-novembro>





94º ENCÔGE

Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça
& 6º Fórum Fundiário Nacional

MANAUS-AM

Resumo sobre a parceria entre o Judiciário e Estado para a realização do 94.º Encoge e 6.º Fórum Fundiário Nacional

14 de Outubro de 2024

O que vai acontecer?

Corregedores de Justiça de todo o Brasil vão se reunir em Manaus, entre os dias 20 a 22 de novembro, para discutir como estratégias e experiências que possam aperfeiçoar os serviços judiciários.

O que vai acontecer nos dias do evento?

- **Palestras:** Especialistas vão falar sobre temas importantes relacionados à Justiça.
- **Oficinas:** Os participantes vão participar de atividades práticas para aprender mais sobre os temas abordados.
- **Discussões em grupo:** Os corregedores vão discutir e trocar ideias sobre como melhorar o trabalho do Judiciário.
- **Oficinas:** Os participantes vão participar de atividades práticas para aprender mais sobre os temas abordados.
- **Discussões em grupo:** Os corregedores vão discutir e trocar ideias sobre como melhorar o trabalho do Judiciário.

Em tópicos:

Data: 20 a 22 de novembro | **Local:** Manaus, Amazonas

Participantes: Corregedores, juízes e servidores de todo o Brasil

Atividades: Palestras, oficinas, discussões em grupo



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/12670-resumo-sobre-a-parceria-entre-o-judiciario-e-estado-para-a-realizacao-do-94-encoge-e-6-forum-fundiario-nacional>





94º ENCÔGE

Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça
& 6º Fórum Fundiário Nacional

MANAUS-AM

ENCOGE e FÓRUM FUNDIÁRIO - CGJ e órgãos parceiros realizam visita técnica ao Centro de Convenções Vasco Vasques

Mais de 250 corregedores, juízes auxiliares e assessores das Corregedorias-Gerais dos Tribunais de Justiça de todo o Brasil estarão em Manaus na próxima semana.

13 de Novembro de 2024



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/12923-encoge-e-forum-fundiario-cgj-e-orgaos-parceiros-realizam-visita-tecnica-ao-centro-de-convencoes-vasco-vasques>







Cerimônia de abertura do 94.º Encoge e o 6.º Fórum Fundiário Nacional





Cerimônia de abertura do 94.º Encoge e o 6.º Fórum Fundiário Nacional





Cerimônia de abertura do 94.º Encoge e o 6.º Fórum Fundiário Nacional





Cerimônia de abertura do 94.º Encoge e o 6.º Fórum Fundiário Nacional





Cerimônia de abertura do 94.º Encoge e o 6.º Fórum Fundiário Nacional





Cerimônia de abertura do 94.º Encoge e o 6.º Fórum Fundiário Nacional





Cerimônia de abertura do 94.º Encoge e o 6.º Fórum Fundiário Nacional





Cerimônia de abertura do 94.º Encoge e o 6.º Fórum Fundiário Nacional





Cerimônia de abertura do 94.º Encoge e o 6.º Fórum Fundiário Nacional





Cerimônia de abertura do 94.º Encoge e o 6.º Fórum Fundiário Nacional





Cerimônia de abertura do 94.º Encoge e o 6.º Fórum Fundiário Nacional





Cerimônia de abertura do 94.º Encoge e o 6.º Fórum Fundiário Nacional





Cerimônia de abertura do 94.º Encoge e o 6.º Fórum Fundiário Nacional





Cerimônia de abertura do 94.º Encoge e o 6.º Fórum Fundiário Nacional





94º ENCÔGE

Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça
& 6º Fórum Fundiário Nacional

MANAUS-AM

Conferência de abertura do 94.º Encontro Nacional de Corregedores-Gerais de Justiça destaca “A Amazônia e os Direitos Fundamentais de seus Habitantes”

O tema, conduzido pelo ex-ministro Aldo Rebelo, fortalece os debates relacionados às questões ambientais, fundiárias e de promoção dos direitos fundamentais – que estão na pauta de discussões dos magistrados ao longo dos próximos dois dias de evento.

25 de Novembro de 2024



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/12997-conferencia-de-abertura-do-94-encontro-nacional-de-corregedores-gerais-de-justica-destaca-a-amazonia-e-os-direitos-fundamentais-de-seus-habitantes>









Momentos do 94.º ENCOGE - Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça no Vasco Vasques





A group of people are walking on a green carpet in a modern building lobby. In the foreground, a man in a blue suit and a woman in a grey blazer are walking towards the camera. The man is holding a smartphone. In the background, other people are visible, including a man in a dark suit and a woman in a grey blazer. The lobby has a wooden wall and a large glass door. A large potted plant is on the left side of the image.





Momentos do 94.º ENCOGE - Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça no Vasco Vasques





Momentos do 94.º ENCOGE - Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça no Vasco Vasques





Momentos do 94.º ENCOGE - Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça no Vasco Vasques





94º ENCÔGE

Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça
& 6º Fórum Fundiário Nacional

MANAUS-AM

Ministro Mauro Campbell reúne-se com corregedores brasileiros no "94.º Encoge", em Manaus

Foi a primeira reunião de Campbell como corregedor nacional de Justiça com os titulares das corregedorias estaduais.

25 de Novembro de 2024



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/13005-ministro-mauro-campbell-reune-se-com-corregedores-brasileiros-no-94-encoge-em-manaus>





Momentos do 94.º ENCOGE - Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça no Vasco Vasques





Momentos do 94.º ENCOGE - Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça no Vasco Vasques



©periclesdias





Momentos do 94.º ENCOGE - Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça no Vasco Vasques





Momentos do 94.º ENCOGE - Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça no Vasco Vasques





**Lançamento da Coletânea “Os 35 anos do Superior Tribunal de Justiça”
do Ministro Mauro Campbell Marques**





FÓRUM FUNDIÁRIO NACIONAL

**DAS CORREGEDORIAS
GERAIS DA JUSTIÇA**





Palestras do 6.º Fórum Fundiário Nacional no Vasco Vasques





Palestras do 6.º Fórum Fundiário Nacional no Vasco Vasques







Palestras do 6.º Fórum Fundiário Nacional no Vasco Vasques





Palestras do 6.º Fórum Fundiário Nacional no Vasco Vasques





Oficinas do 6.º Fórum Fundiário Nacional no Vasco Vasques





Oficinas do 6.º Fórum Fundiário Nacional no Vasco Vasques





Oficinas do 6.º Fórum Fundiário Nacional no Vasco Vasques





Oficinas do 6.º Fórum Fundiário Nacional no Vasco Vasques





94º ENCÔGE

Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça
& 6º Fórum Fundiário Nacional

MANAUS-AM

Corregedores definem diretrizes na “Carta de Manaus”, no final do 94.º Encoge

O evento foi concluído no final da tarde desta quinta-feira, data em que também foram eleitos os novos dirigentes do CCOGE e Fórum Fundiário.

25 de Novembro de 2024



<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/13009-corregedores-definem-diretrizes-na-carta-de-manaus-no-final-do-94-encoge>





94º ENCOGE

Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça
& 6º Fórum Fundiário Nacional

MANAUS-AM



CARTA DE MANAUS



O Colégio Permanente de Corregedoras e dos Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE) reuniu-se presencialmente, em assembleia geral, no 94º ENCOGE, realizado nos dias 20 e 21 de novembro de 2024, na cidade de Manaus – Amazonas e, após as exposições temáticas, os debates e as deliberações, aprovou, à unanimidade, os seguintes enunciados:

1. ESTIMULAR a desjudicialização de demandas, nas hipóteses em que a lei autoriza a resolução consensual e preventiva, incentivando o estabelecimento de protocolos institucionais de cooperação entre os Tribunais de Justiça e as serventias extrajudiciais, para a sistematização e o aperfeiçoamento dos procedimentos adotados, bem como a criação, pelos tabeliães e registradores, de núcleos de conciliação extrajudicial, com observância às disposições contidas no Provimento nº 149, do Conselho Nacional de Justiça;

2. SUGERIR aos tabeliães e/ou prepostos autorizados que, quando da recepção dos títulos encaminhados para protesto, incluam em seus procedimentos a indagação prévia aos credores acerca do interesse em fazerem uso dos mecanismos extrajudiciais de composição consensual, dando expressa ciência aos devedores, a fim de reduzir a incidência de judicialização de demandas executivas;

3. RECOMENDAR que as Corregedorias dos Tribunais de Justiça desenvolvam metodologia básica para a realização das campanhas de erradicação ao sub-registro civil, especialmente o Registre-se, incluindo: a) identificação e estimativa da população a ser atendida; b) definição dos locais e da logística de atuação; c) especificação dos serviços a serem prestados; d) formalização de parcerias com os órgãos e entidades públicas e privadas; e) quantificação dos atendimentos e consolidação dos resultados; f) ações de orientação e fiscalização para a concretização das finalidades da campanha, com destaque ao seu caráter social;





94º ENCÔGE

Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça
& 6º Fórum Fundiário Nacional

MANAUS-AM



CARTA DE MANAUS



4. FOMENTAR a ampliação, pelas Corregedorias dos Tribunais de Justiça, do Programa “Registre-se”, do Conselho Nacional de Justiça, voltado à erradicação do sub-registro civil, mediante a realização periódica de ações itinerantes em localidades de difícil acesso, comunidades tradicionais e áreas de vulnerabilidade social, observando-se as especificidades culturais e étnicas da população atendida, tendo em vista tratar-se de trabalho fundamental para o fortalecimento da cidadania, aplicando-se o art. 4º do Provimento nº 140/2023 do CNJ;

5. INCENTIVAR as Corregedorias dos Tribunais de Justiça a implementarem a educação midiática, através de notícias judiciais, como meio importante para combater a desinformação e os desertos de notícias, a fim de minimizar as dificuldades de informações nas comunidades vulneráveis.

6. RECOMENDAR que as Corregedorias dos Tribunais de Justiça orientem os juízes de direito a efetiva utilização da Central de Informações de Registro Civil de Pessoas Naturais (CRC) como ferramenta para a obtenção de informações processuais relacionadas ao registro civil de pessoas naturais.

7. SUGERIR ao Conselho Nacional de Justiça a regulamentação das gravações nas sessões do Tribunal do Júri, com o propósito de preservar a imagem e intimidade dos jurados e testemunhas.

8. PROPOR ao CNJ a liberação de acesso com visão ou consulta em cópias das bases de dados do BNMP e do SEEU para construção de Painéis BI no âmbito das Corregedorias-Gerais, com o propósito de efetivar o controle e acompanhamento da entrada e saída de presos no sistema carcerário.

Manaus/AM, 21 de novembro de 2024.





94º ENCÔGE

Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça
& 6º Fórum Fundiário Nacional

MANAUS-AM



CARTA DE MANAUS



Desembargador JOMAR RICARDO SAUNDERS FERNANDES

Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Amazonas

Presidente do Colégio Permanente de Corregedoras e Corregedores-Gerais dos
Tribunais de Justiça do Brasil– CCOGE e Anfitriã do evento

Desembargadora ANA BERNADETE LEITE DE CARVALHO ANDRADE

Corregedora-Geral da Justiça do Estado de Sergipe

1º Vice-Presidente do Colégio Permanente de Corregedoras e Corregedores-Gerais dos
Tribunais de Justiça do Brasil– CCOGE

Desembargador MARCUS HENRIQUE PINTO BASÍLIO

Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

2º Vice-Presidente do Colégio Permanente de Corregedoras e Corregedores-
Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil– CCOGE

Desembargador LEANDRO CRISPIM

Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Goiás

1º Secretário do Colégio Permanente de Corregedoras e Corregedores-Gerais
dos Tribunais de Justiça do Brasil– CCOGE

Desembargador LUIZ ANTÔNIO ZANINI FORNEROLLI

Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina

1º Tesoureiro do Colégio Permanente de Corregedoras e Corregedores-Gerais
dos Tribunais de Justiça do Brasil– CCOGE





94º ENCÔGE

Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça
& 6º Fórum Fundiário Nacional

MANAUS-AM



CARTA DE MANAUS



Desembargador SAMOEL MARTINS EVANGELISTA

Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Acre

2º Tesoureiro do Colégio Permanente de Corregedoras e Corregedores-Gerais
dos Tribunais de Justiça do Brasil– CCOGE

Desembargadora MAYSA VENDRAMINI ROSAL

Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Tocantins e Anfitriã do evento
Presidente do Fórum Fundiário Nacional

Desembargadora JACQUELINE ADORNO

Vice-Corregedora da Justiça do Estado do Tocantins

Desembargador ROBERTO MAYNARD FRANK

Corregedor-Geral da Justiça do Estado da Bahia

Desembargadora PILAR CÉLIA TOBIA DE CLARO

Corregedora das Comarcas do Interior do Estado da Bahia

Desembargador FRANCISCO JOSÉ DOS ANJOS B. DE MELLO

Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Pernambuco

Desembargador FRANCISCO EDUARDO LOREIRO

Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo





94º ENCÔGE

Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça
& 6º Fórum Fundiário Nacional

MANAUS-AM



CARTA DE MANAUS



Desembargador LUIZ CARLOS DE AZEVEDO CORRÊA JÚNIOR

Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Minas Gerais

Desembargador JUVENAL PEREIRA DA SILVA

Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Mato Grosso

Desembargadora FABIANNE BRETON BAISCH

Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Desembargador CARLOS MARTINS BELTRÃO FILHO

Corregedor-Geral da Justiça do Estado da Paraíba

Desembargador WILLIAN SILVA

Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo

Desembargador OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO

Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Piauí

Desembargador AMAURY MOURA

Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Norte

Desembargador LUIZ ANTÔNIO ZANINI FORNEROLLI

Corregedora-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina





94º ENCÔGE

Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça
& 6º Fórum Fundiário Nacional

MANAUS-AM



CARTA DE MANAUS



Desembargador DOMINGOS DE ARAÚJO LIMA NETO

Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Alagoas

Desembargador FERNANDO MAURO MOREIRA MARINHO

Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

Desembargador MÁRIO-ZAM BELMIRO ROSA

Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Distrito Federal e Territórios

Desembargador GILBERTO BARBOSA BATISTA DOS SANTOS

Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Rondônia

Desembargador JAYME HENRIQUE FERREIRA

Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Amapá





CGJ-AM

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
AMAZONAS